



Miguel Miró OAR

Viver a pobreza Graça e desafio

«Bem-aventurados vós, que sois pobres,
porque vosso é o Reino de Deus!» (Lc 6,20)



agostinianos
recoletos

Ilustração de: Jaazeal Jakosalem OAR

Em primeiro plano está Jesus, que endossa a dor daqueles que sofrem com a pobreza, a destruição ecológica e a crise de saúde, e lhes dá esperança. Seu coração é grande e representa nossa própria identidade agostiniana: chamados a viver a caridade e a difundi-la.

Ao fundo, os agostinianos recoletos, que, seguindo Jesus e unidos a ele, transmitem a mensagem de esperança da Igreja ao povo e a toda a Criação.

MIGUEL MIRÓ OAR

Viver a pobreza: graça e desafio

«Bem-aventurados vós, que sois pobres,
porque vosso é o Reino de Deus!» (Lc 6,20)



Conteúdo

Viver a pobreza: graça e desafio

1

“Bem-aventurados os pobres!”

- 1.1. O espírito das Bem-aventuranças..9
- 1.2. A pobreza numa Igreja em saída.. 13

2

Optamos por seguir o Cristo pobre

- 2.1. O caminho das Bem-aventuranças... .. 17
- 2.2. Somos Profetas do Reino.. 18
- 2.3. A economia a serviço do carisma e da missão 22
 - 2.3.1. Memória vivente do Cristo pobre 23
 - 2.3.2. O olhar de Deus: carisma e missão 24
 - 2.3.3. Dimensão econômica e missão 25
 - 2.3.4. Indicações práticas 26

3

A pobreza em Santo Agostinho e nos Recoletos

- 3.1. Em Santo Agostinho 31
- 3.2. Entre os agostinianos recoletos 33
- 3.3. A pobreza nas Constituições 35

4

Nossa pobreza: graça e esperança

4.1. Pobreza libertadora	39
4.2. Nossas atitudes, desejos e pobreza	41
4.2.1. Caminho de graça e humildade... ..	43
4.2.2. Discernimento e comunhão	45
4.2.3. Simplicidade, sobriedade e austeridade de vida	48
4.3. Comunhão de bens, trabalho, solidariedade..	51
4.4. Opção preferencial pelos pobres.	53
4.5. Repensar em nossa economia.	54
4.6. Ecologia integral e pobreza evangélica... ..	58
4.7. Uma história para contar, uma história para construir... ..	62
4.7.1. Evangelização da Ilha de Negros, nas Filipinas	63
4.7.2. A Fazenda do Centro (Espírito Santo, Brasil)... ..	64
4.7.3. Apostolado social no século passado	64
4.7.4. Uma história para construir	66

5

Orientações para viver a pobreza

5.1. Itinerário pessoal	72
5.2. Processo e compromisso comunitário	76
5.3. Rede solidária internacional agostiniana recoleta.	84

6

Vosso é o Reino de Deus

Viver a pobreza: graça e desafio

«Bem-aventurados vós, que sois pobres, porque vosso é o Reino de Deus!» (Lc 6,20)

O Papa Francisco convidava-nos a nós, agostinianos recoletos, “a manter com espírito renovado o sonho de Santo Agostinho, de viver como irmãos «com um só coração e uma só alma» (Regra 1, 2)”. E explicava: um sonho “que reflita o ideal dos primeiros cristãos e seja profecia vivente de comunhão neste nosso mundo, a fim de que não haja divisões, nem conflitos nem exclusões, mas que reine a concórdia e se promova o diálogo”.

A esse sonho quisera eu que voltássemos o olhar. Convido-vos a sonhar, mais uma vez, em companhia de Santo Agostinho; porque, em tal sonho, está em jogo a nossa felicidade. O Senhor quer-nos felizes, a isso nos chama e é o que nos manda anunciar. Podemos perguntar-nos: o que teríamos que fazer para ser mais felizes? O que teria que fazer eu para que o sonho de Agostinho se torne realidade? Com frequência, nós nos perdemos no labirinto de ideias, ideologias e relatos. Busquemos tempos e espaços para escutar no silêncio. Deixemos que as palavras proclamadas por Jesus do alto da montanha ressoem na planície da nossa vida e cheguem a nosso coração: “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos céus!” (Mt 5,3).

Com efeito, na primeira das bem-aventuranças, Jesus de Nazaré propõe um caminho de felicidade. Podemos ser pobres e ser muito felizes! Descubramos novos horizontes: deixa o pobre a sua vida nas mãos de Deus, vive de esperança, sente-se sempre agradecido, prefere necessitar de pouco a ter muito; tem a liberdade e a audácia dos profetas; não tem medo, porque nada tem a perder. O pobre de verdade simplesmente ama, serve, fala com liberdade, é profundamente solidário e partilha com alegria. O pobre, mesmo no sofrimento, experimenta a verdadeira alegria.

¹ FRANCISCO, *Discurso aos participantes no 54º Capítulo Geral dos Agostinianos Recoletos* (Vaticano, 20 de outubro de 2016).

Foi-me pedido que preparasse um documento sobre a pobreza². Respondendo a esta petição, proponho considerar a pobreza em sua dimensão vivencial, como seguimento de Jesus de Nazaré e experiência libertadora em nossa vida e em nossa missão. A pobreza, como a própria vida, é simples e complexa, requer fazer opções para integrá-la na própria “unidade pessoal”. A pobreza está arraigada em nosso coração, na vida de cada um de nós, em nossas relações com Deus, com os demais e com toda a criação. Deixemos que ressoe mais uma vez o chamado a seguir o Cristo pobre, a partir da vocação e do carisma que recebemos. Meu desejo é propor-vos encarnar esta vivência no contexto atual, com seus riscos, desafios e oportunidades. Sugiro-vos uma mudança de paradigma: passar do afã de possuir e de consumir a viver com gratidão a pobreza e a sobriedade evangélicas.

Na exposição, parto da primeira das bem-aventuranças: “Bem-aventurados os pobres!”. Em segundo lugar, proponho vivamos com coerência e alegria a opção de pobreza que professamos. O capítulo terceiro quer ser uma breve consideração sobre Santo Agostinho, a história da Ordem e nossas Constituições. No capítulo quarto, sugiro algumas disposições para viver a pobreza, a opção preferencial pelos pobres, repensar na economia e na relação da pobreza com a ecologia. No quinto capítulo, dou orientações concretas para vivermos hoje a pobreza pessoal e institucional. E termino com um convite à gratidão e à esperança.

² Cf. AGOSTINIANOS RECOLETOS, *Projeto de Vida e Missão* 2016-2022, G.1.



La sublime redención
Se consuma en una cruz
Donde Aquel que todo es luz,
Murió como un ladrón.
Entendamos el corazón
Ante el bello monumento
Que al malo le dió escarmiento
Y al bueno le prometiera
Residir o residiera
El Autor del firmamento.

1

“Bem-aventurados os pobres!”

“Bem-aventurados os pobres!” – diz Jesus aos homens e mulheres de todos os tempos. E no-lo diz também hoje a nós, nesta mudança de época que vivemos. Di-lo a uma Humanidade vulnerável, que procura ansiosamente a segurança, o bem-estar e a felicidade. É evidente que todos nós desejamos ser felizes, que buscamos a felicidade³.

As bem-aventuranças respondem ao desejo de felicidade que Deus pôs no coração humano para atraí-lo a Si, ao ser Ele o único que o pode satisfazer. Ensina-o Santo Agostinho, quando se pergunta: “Por que devo procurar-te, Senhor?”. A resposta que se dá é taxativa: “Quando te procuro, ó meu Deus, procuro a felicidade da vida”. E daí nasce a sua petição: “Que eu te procure para que minha alma viva. O meu corpo, com efeito, vive da minha alma, e a alma vive de ti”⁴.

Temos necessidade de acercar-nos a Jesus, ou melhor, de deixar-nos encontrar por Ele, de escutar Sua palavra e de abrir o nosso coração para intuir que do amor a Cristo surge uma pobreza que brota do fundo do coração, uma atitude de pobreza que nos liberta do egoísmo, acerca-nos ao Deus da vida e faz-nos solidários com os pobres deste mundo.

1.1. O espírito das Bem-aventuranças

Jesus de Nazaré anuncia a boa-nova do Reino aos pobres e aos pecadores. O próprio Jesus opta por ser pobre e acerca-Se aos pobres para manifestar-lhes o amor, a misericórdia e o perdão de Deus. E chama-os «bem-aventurados». Jesus faz uma proposta exigente àqueles que querem segui-l’O: “Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Lc 16,13). Sua palavra profética opõe-se à felicidade

³ Cf. SERGIO CENTOFANTI, “Papa Francisco y el camino de la verdadera felicidad” em *Vatican News* (19 de março de 2019); SANTO AGOSTINHO, *Sobre a vida feliz*; ENRIQUE ROJAS, *Una teoría de la felicidad* (35ª ed.).

⁴ SANTO AGOSTINHO, *Confissões* 10,20,29.

dos ricos e poderosos, e ao desejo de acumular riquezas, nutrido por tantas pessoas.

“Um caminho surpreendente –reconhece o Papa Francisco–, e um estranho objeto de bem-aventurança, a pobreza”⁵. E afirma noutra ocasião: “Jesus manifesta a vontade de Deus de conduzir os homens à felicidade. Esta mensagem já estava presente na pregação dos profetas: Deus está próximo dos pobres e dos oprimidos e liberta-os de quantos os maltratam. Mas, nesta Sua pregação, Jesus segue um caminho particular: começa com o termo “bem-aventurados”, ou seja, felizes; prossegue com a indicação da condição para ser tais; e conclui fazendo uma promessa. O motivo da bem-aventurança, isto é, da felicidade, não consiste na condição exigida –“pobres em espírito”, “afritos”, “famintos de justiça”, “perseguidos”...–, mas na promessa sucessiva, que deve ser acolhida com fé como dom de Deus. Parte-se da condição de mal-estar para se abrir ao dom de Deus e aceder ao mundo novo, o “Reino” anunciado por Jesus. Este não é um mecanismo automático, mas um caminho de vida na esteira do Senhor, motivo pelo qual a realidade de mal-estar e de aflição é considerada numa perspectiva nova e experimentada segundo a conversão que se realiza. Não podemos ser bem-aventurados se não nos convertemos, se não formos capazes de apreciar e viver os dons de Deus”⁶.

A quem Se refere Jesus quando declara felizes os pobres? Segundo Lc 6,20, são felizes os pobres em sentido social; ao passo que, em Mt 5,3, o são os pobres “de espírito”, ou seja, os humildes, que não confiam em suas riquezas, mas somente em Deus Pai.

Em Mateus, Jesus proclama as bem-aventuranças num monte. Estas, colocadas no começo do ministério de Jesus, constituem o primeiro de Seus cinco grandes discursos, o que lhes outorga um caráter programático do conjunto do Evangelho. No “sermão da montanha”, o primeiro dos evangelistas faz uma apresentação solene das bem-aventuranças, que são como a nova lei. Jesus é o novo Moisés num novo Sinai, que já não propõe um caminho de esforço voluntarista, mas um novo estilo de vida que só Deus pode conceder e que, portanto, deve ser pedido na oração.

Lucas, por sua vez, coloca as bem-aventuranças no chamado “sermão da planície”. É um sermão mais breve, e nele também há certa alusão a Moisés que, ao descer da montanha, encontra o povo que viera escutá-lo, necessitado de salvação. Jesus Se acerca a este povo, perdoa o seu pecado, cura suas enfermidades, salva e instaura o Reino de Deus. A mensagem de Jesus dirige-se à comunidade de fiéis; seu caráter exortativo é acentuado pelo uso da

⁵ FRANCISCO, *Audiência geral* (5 de fevereiro de 2020).

⁶ FRANCISCO, *Angelus* (29 de janeiro de 2017).

segunda pessoa e, em geral, pelo destaque que se dá aos pobres neste sermão da planície⁷.

Na lógica de Lucas, será necessário corrigir as estruturas injustas, compartilhar os bens materiais, transformar a ordem econômica, para que os pobres tenham o que lhes pertence conforme a justiça. Neste Evangelho, encontramos as mesmas exigências de justiça social que nos profetas. Na lógica de Mateus, por outro lado, exige-se uma nova atitude com relação ao possuir. Este evangelista pede reconhecer que, ante Deus, todos nós somos pobres; quer que se aceite depender de Deus e que o homem seja valorizado pelo que é, e não pelo que tem⁸.

O Papa Francisco aprofunda tudo isso quando se pergunta o que se entende por “pobre” no Evangelho: “Se Mateus usasse apenas esta palavra, então o significado seria simplesmente econômico, ou seja, indicaria pessoas que têm pouco ou nenhum meio de subsistência e precisam de ajuda dos outros. Mas o Evangelho de Mateus, ao contrário de Lucas, fala de «pobres em espírito». O que significa isto? O espírito, segundo a Bíblia, é o sopro da vida que Deus comunicou a Adão; é a nossa dimensão mais íntima, digamos, a dimensão espiritual, a mais íntima, a que nos torna humanos, o núcleo mais profundo do nosso ser. Então os «pobres em espírito» são aqueles que são e se sentem pobres, mendigos, nas profundezas do seu ser. Jesus proclama-os bem-aventurados, porque o Reino do céu lhes pertence”⁹.

O Papa reconhece que “pobreza” é uma palavra que sempre cria dificuldade; e, para fundamentar melhor a sua «teologia da pobreza», recorre ao ensinamento de São Paulo em 2Cor 8,1-9: “«Jesus Cristo, sendo rico –da riqueza de Deus–, Se fez pobre», rebaixou-Se por nós. Donde se deduz o significado da primeira Bem-aventurança: «Bem-aventurados os pobres de espírito», isto é, «ser pobre é deixar-se enriquecer pela pobreza de Cristo e não querer ser rico com riquezas outras que as de Cristo; é fazer o que fez Cristo». Não é só fazer-se pobre, mas trata-se de dar «mais um passo», porque –diz– «o pobre me enriquece»”¹⁰.

Os pobres, em sentido evangélico, mantêm viva a meta do Reino dos céus e manifestam, já neste mundo, a felicidade que vem de Deus. Afirma o Papa Francisco: “A felicidade dos pobres – dos pobres em espírito – tem uma dúplice dimensão: em relação aos bens e em relação a Deus. Relativamente aos bens, aos bens materiais, esta pobreza em espírito é sobriedade: não necessariamente

⁷ Cf. SANTIAGO GUJARRO OPORTO, “Evangelio según san Mateo” em *Comentario al Nuevo Testamento, Casa de la Biblia*, 44-46; LUIS FERNANDO GARCÍA-VIANA, “Evangelio de Lucas” em *Comentario al Nuevo Testamento, Casa de la Biblia*, 206-208; S. A. PANIMOLLE: “Pobreza” em *Nuevo diccionario de Teología bíblica* (1990), 1484-1500.

⁸ Cf. JOSÉ RODRÍGUEZ CARBALLO: “Líneas bíblicas y eclesiológicas” em *Actas del Simposio “La gestión de los bienes eclesiales de los institutos de vida consagrada”* (2015), 39-40.

⁹ FRANCISCO, *Audiência geral* (5 de fevereiro de 2020).

¹⁰ FRANCISCO, *Homília em Santa Marta* (16 de junho de 2015).

renúncia, mas capacidade de apreciar o essencial, de partilhar; capacidade de renovar todos os dias a admiração pela bondade das coisas, sem sucumbir à opacidade do consumo voraz. Quanto mais tenho, mais quero; quanto mais tenho, mais quero...: esse é o consumo voraz. E isso mata a alma... Em relação a Deus, é louvor e reconhecimento de que o mundo é bênção e que, na sua origem, está o amor criador do Pai. Mas é também abertura a Ele, docilidade à Sua senhoria: Ele é o Senhor, Ele é o Grande, eu não sou grande porque tenho muitas coisas! É Ele: Ele que quis o mundo para todos os homens, e o quis para que os homens fossem felizes”¹¹.

E, descendo já à realidade concreta da vida cotidiana, Francisco afirma que, «quando damos uma ajuda aos pobres, não fazemos cristãmente obras de beneficência». Certamente, estamos ante um ato «bom», um ato «humano»; mas «isso não é a pobreza cristã, que Paulo quer, a que ele prega». “Pobreza cristã” significa «que eu dou do que é meu, e não só do supérfluo, mas até mesmo do necessário, ao pobre, porque sei que ele me enriquece». E por que o pobre me enriquece? – pergunta-se; ao que responde: «Porque Jesus disse que Ele próprio está no pobre»¹².

Os que sofrem a pobreza material e humana são pobres diante de Deus e diante dos homens. Neste sentido, a pobreza do indigente é um mal, e seu grito chega ao coração do Pai. A resposta do Pai é Jesus Cristo e Seu Reino de justiça e de paz. São pobres as vítimas da injustiça, os marginalizados pela sociedade, que passam necessidade em sua enfermidade e solidão; são pobres, os que carecem dos bens necessários para viver com dignidade. São pobres, também, os que estão psicologicamente atormentados e vivem amargurados; as vítimas da própria cobiça e das próprias obsessões, os que em si mesmos de tal maneira se encerram, que não conhecem a misericórdia de Deus nem são capazes de compadecer-se dos demais.

Em suma, pobres são todos os que enchem o grande hospital do mundo, que a seus fiéis descrevia o Bispo dos Pobres, Santo Tomás de Vilanova: “Este mundo, ao modo de um grande hospital, está repleto de pessoas necessitadas e de pobres... Não penseis que sejam pobres apenas aqueles que assim chamais, e a quem dais comida e vestuário. Por acaso não é mais pobre quem não tem fé, sabedoria, juízo, sindérese, razão nem sentido? Compadeces-te das chagas do corpo, e não das úlceras que se trazem n’alma? Abre os olhos e, aonde quer que olhes, distinguirás uma multidão de pessoas que necessitam da tua ajuda”¹³.

¹¹ FRANCISCO, *Angelus* (29 de janeiro de 2017)

¹² Cf. FRANCISCO, *Homilia em Santa Marta* (16 de junho de 2015).

¹³ SANTO TOMÁS DE VILANOVA, *In Dom, VI post Pentecosten*, vol I, 749.

A todos eles, Jesus anuncia o amor do Pai, a libertação, a paz e a esperança de serem felizes, apesar do seu infortúnio.

“Pobre de espírito”, pelo contrário, é aquele que tem o mesmo espírito que animou Jesus. Não é o rico, que põe seu coração nas riquezas. Nem o pobre com mentalidade de rico. É o pobre que, como Jesus, pensa nos pobres, reconhece o seu valor, acerca-se a eles, manifesta-lhes, com seu amor, o amor do Pai e dá a vida por eles. Pobre de espírito é Maria, a mãe de Jesus; ela proclama a misericórdia do Senhor, seu espírito se alegra em Deus, seu salvador. Sente-se ditosa e agradecida, porque o Senhor olhara a pequenez e a pobreza de Sua escrava, derrubara do trono os poderosos e enaltecera os humildes (cf. Lc 1, 46-55). Maria, no Magnificat, sintetiza a esperança e a espiritualidade messiânica dos pobres de Javé.

1.2. A pobreza numa Igreja em saída

Para propor-nos adequadamente a pobreza na Ordem e a sua vivência, é necessário situar-nos na Igreja, que é essencialmente evangelizadora e missionária. Com toda a simplicidade, no-lo dizia o Papa Francisco aos superiores gerais: “A Igreja nasceu em saída. Encontrava-se encerrada no cenáculo e, depois, saiu. E deve permanecer em saída. Não deve voltar a encerrar-se no cenáculo. Jesus quis que fosse assim. E «fora» significa o que eu chamo de «periferias», existenciais e sociais. Os pobres existenciais e os pobres sociais impulsionam a Igreja a sair de si”¹⁴.

O Concílio Vaticano II já propunha a pobreza como caminho de seguimento de Cristo: “Assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho para comunicar aos homens os frutos da salvação”¹⁵. Por fidelidade à sua origem e missão, a Igreja não pode cair na tentação de entrincheirar-se em espaços de influência e de poder políticos, nem em populismos efêmeros. “Daí, seu chamado a colaborar não só com todo aquilo que há de positivo nas pessoas de boa vontade, mas também a iniciar e a promover, em colaboração honesta e leal, processos de longo curso que podem desenvolver e aperfeiçoar o desenvolvimento humano integral”¹⁶.

Francisco não faz senão seguir o ensinamento do Concílio ao apresentar o caminho de Cristo neste mundo como fundamento do caminho da Igreja. “No coração de Deus, ocupam lugar preferencial os pobres, tanto que até Ele

¹⁴ FRANCISCO, *El Evangelio hay que tomarlo sin calmantes. Conversación con los superiores generales. Recopilación de Antonio Spadaro* (25 de novembro de 2016) – tradução livre.

¹⁵ CONC. ECUM. VATICANO II, *Lumen Gentium* 8.

¹⁶ JORDI BERTOMEU FARNÓS, “Francisco y la guerra mundial a pedazos 2.0”, in *Vida Nueva* 3.186 (11-17 de julho de 2020), 26 – tradução livre.

mesmo Se fez pobre (cf. 2Cor 8, 9). Todo o caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres...” O Salvador nasceu “numa pequena povoação perdida na periferia dum grande império... nasceu num presépio... cresceu num lar de simples trabalhadores, e trabalhou com Suas mãos para ganhar o pão. Quando começou a anunciar o Reino, seguiam-n’O multidões de deserdados, pondo assim em evidência o que Ele mesmo dissera: «O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para anunciar a Boa-nova aos pobres» (Lc 4, 18). A quantos sentiam o peso do sofrimento, acabrunhados pela pobreza, assegurou que Deus os tinha no âmago do Seu coração: «Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus!» (Lc 6, 20); e com eles Se identificou: «Tive fome e destes-me de comer», ensinando que a misericórdia para com eles é a chave do Céu (cf. Mt 25, 35s)”¹⁷.

Por conseguinte, todos nós seremos julgados por nossa relação com os pobres. “E se eu, hoje, ignoro os pobres, se os deixo de lado, se faço de conta que não estão aí, o Senhor me ignorará no dia do juízo. Quando Jesus diz: «Tendes os pobres sempre convosco», quer dizer: «Sempre estarei contigo nos pobres. Estarei presente aí». E isso não é ser comunista, é o centro do Evangelho: seremos julgados por isto”¹⁸.

Não se trata de uma questão dos nossos dias, nem de uma moda ou de uma corrente passageira. O Espírito sempre suscitou na Igreja vozes proféticas que despertavam as consciências, e moveu o coração de homens e de mulheres que, como bons samaritanos, se aproximaram de quem sofria e estava abandonado no caminho. Agora, o Papa Francisco convida a Igreja universal e cada Igreja particular a entrar “decididamente num processo de discernimento, purificação e reform”¹⁹, o que exige oração, estudo, reflexão e capacidade para escutar e dialogar. E nós, como Ordem, podemos dizer que necessitamos também com urgência de um processo de discernimento e de transformação missionária, de um processo que passe pela pobreza evangélica e pela solidariedade com os pobres. Tal processo requer abertura ao Espírito e disponibilidade para uma conversão pessoal, comunitária e ecológica

¹⁷ FRANCISCO, *Evangelii gaudium* (2013) 197.

¹⁸ FRANCISCO, *Homília em Santa Marta* (6 de abril de 2020).

¹⁹ FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 30.





Agostinianos recoletos em Banes (Cuba)

2

Optamos por seguir o Cristo pobre

Na Igreja, nós todos somos chamados a seguir Jesus. O chamado e o encontro com Ele tornam-se caminho, um caminho de fé e de amor que dá profundidade e sentido a toda uma vida. O encontro com Jesus leva-nos a experimentar o amor do Pai, inspira nosso desejo de amar e servir, propaga a força humanizadora do Evangelho e faz com que nos sintamos felizes. “As bem-aventuranças revelam uma ordem de felicidade e de graça, de beleza e de paz. Jesus celebra a alegria dos pobres, aos quais o Reino pertence desde já (Lc 6, 20)”²⁰.

2.1. O caminho das Bem-aventuranças

Seguir Jesus é optar pelo caminho que Ele seguiu e entender a própria vida em chave de mistério pascal. “A vereda das bem-aventuranças é um caminho pascal que conduz de uma vida em conformidade com o mundo para a vida segundo Deus, de uma existência guiada pela carne –isto é, pelo egoísmo– para a vida orientada pelo Espírito”²¹.

As bem-aventuranças são um dom da misericórdia do Pai, a promessa de uma graça de transformação interior, de um coração novo. A proposta de Jesus é muito mais exigente que a antiga Lei: não se contenta com um comportamento exterior correto, mas pede uma verdade, uma pureza, uma sinceridade que comprometem a profundidade do coração humano: «Se vossa justiça não for maior que a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos céus» (Mt 5, 20). Acolher o Evangelho significa ir diretamente à profundidade, à simplicidade, à unidade de toda a vida humana, perceber o seu sentido último

²⁰ *Catecismo da Igreja Católica*, 2546.

²¹ FRANCISCO, *Audiência geral* (29 de abril de 2020).

e compreender, assim, as condições da verdadeira felicidade. Ao considerar as bem-aventuranças, é preciso contemplar a segunda parte de cada uma, que graça nos oferece: possuir o Reino, ser consolado, receber a terra como herança, ser saciado, obter misericórdia, ver Deus, ser chamado filho de Deus; são diferentes nomes da felicidade. «Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus» (Mt 5, 11-12)²².

“No seguimento de Jesus Cristo, aprendemos e praticamos as bem-aventuranças do Reino, o estilo de vida do próprio Jesus: Seu amor e obediência filial ao Pai, Sua compaixão entranhável frente à dor humana, Sua proximidade aos pobres e aos pequenos, Sua fidelidade à missão encomendada, Seu amor serviçal até à doação de Sua vida. Hoje contemplamos Jesus Cristo tal como os Evangelhos no-I’O transmitem, para conhecermos o que Ele fez e para discernirmos o que nós devemos fazer nas atuais circunstâncias”²³.

2.2. Somos Profetas do Reino

EO Senhor chama a que O sigamos e a fazemos parte da Igreja. Nela, todos os fiéis, em virtude de sua regeneração em Cristo, participam de uma dignidade comum; todos são chamados à santidade; todos cooperam na missão da Igreja, cada um segundo a própria vocação e o dom recebido do Espírito (cf. Rm 12, 3-8). “A dignidade igual entre todos os membros da Igreja é obra do Espírito... Mas é também obra do Espírito a multiplicidade de formas. É Ele que faz da Igreja uma comunhão orgânica na sua diversidade de vocações, carismas e ministérios”²⁴. A Igreja rejuvenesce e manifesta sua vitalidade pelo poder do Evangelho, e o Espírito a renova continuamente, edificando-a e guiando-a «mediante os diversos dons hierárquicos e carismáticos»²⁵.

Em comunhão com a Igreja, recordemos com gratidão a multidão de formas históricas de vida consagrada, suscitadas pelo Espírito e ainda presentes hoje na Igreja. Elas aparecem como uma árvore cheia de ramos, que finca suas raízes no Evangelho e dá copiosos frutos em cada época da Igreja²⁶. Entre estas formas históricas, encontram-se as Ordens e congregações religiosas, com seu carisma próprio e sua missão.

²² Cf. JACQUES PHILIPPE, *La felicidad donde no se espera. Meditación sobre las Bienaventuranzas* [2ª ed.] (Madrid 2018), 5-39.

²³ V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, *Documento de Aparecida* (2007), 139.

²⁴ JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* (1996) 31; Cf. Id. *Christifideles Laici* (1988), 20-25; CONC. ECU. VATICANO II, *Lumen gentium*, 4; 12; 13; Id. *Gaudium et spes* 32; CONG. PARA A DOUTRINA DA FÉ, *Carta luvensescit Ecclesia* (2016).

²⁵ CONC. ECU. VATICANO II, *Lumen gentium*, 4; Cf. Id. 13; 39, 42; CONG. PARA A DOUTRINA DA FÉ, *Carta luvensescit Ecclesia* (2016), 1.8.

²⁶ Cf. CONC. ECU. VATICANO II, *Lumen gentium*, 43; JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* (1996) 5.

O carisma não é um ente abstrato nem uma bela teoria do passado para evadir-se da radicalidade evangélica. “Os carismas na Igreja –afirma o Papa Francisco– não são algo estático ou rígido, não são «peças de museu». São, antes, rios de água viva (cf. Jo 7, 37-39) que correm pelo terreno da história para regá-la e fazer germinar as sementes do bem. Às vezes, por causa de certa nostalgia estéril, podemos sentir a tentação de fazer «arqueologia carismática». Não venhamos a ceder ante esta tentação! O carisma é sempre uma realidade viva e, como tal, chamada a dar seus frutos, como nos ensina a parábola das moedas de ouro que um rei confiara a seus servos (cf. Lc 19, 11-26), para crescer em fidelidade criativa, como no-lo recorda constantemente a Igreja”²⁷. O carisma é a graça que flui do Espírito e chega cada dia ao nosso coração para configurar o nosso modo de amar, de viver e de servir. Acolher o próprio carisma com fidelidade é abrir-se à ação criadora do Espírito, que sempre renova e santifica nossa vida e nossa missão.

Os religiosos são chamados a ser sinal profético da santidade da Igreja. Vivendo o próprio carisma, querem tornar presente “aquela forma de vida que o Filho de Deus assumiu ao entrar no mundo para fazer a vontade do Pai e propôs aos discípulos que O seguiam”²⁸. Com a sua consagração pela profissão dos conselhos evangélicos, os religiosos desejam ter os mesmos sentimentos que teve Cristo, o qual «Se rebaixou a Si mesmo, assumindo a forma de escravo..., fazendo-Se obediente até à morte» (Fl 2, 7-8), e por nós «Se fez pobre, sendo rico» (2Cor 8, 9). Com humildade e movidos pelo Espírito, “seguem mais estreitamente a exinanição do Salvador e mais claramente a demonstram, aceitando a pobreza na liberdade dos filhos de Deus”²⁹.

O Magistério e a reflexão teológica posteriores ao Concílio têm aprofundado no seguimento de Jesus e no chamado a viver o amor em sua plenitude³⁰, a vida fraterna em comunidade³¹, o sentido escatológico dos conselhos evangélicos³², os carismas e a missão evangelizadora³³. E têm refletido igualmente sobre a

²⁷ FRANCISCO, *Mensaje a los participantes en el Segundo simposio internacional “En fidelidad al carisma. Repensar la economía”* (25 de novembro de 2016); cf. CONG. PARA A DOUTRINA DA FÉ, *Carta Iuvenescit Ecclesia* (2016).

²⁸ CONC. ECUUM. VATICANO II, *Lumen gentium*, 44; cf. *Ibid.* 13, 39, 42, 45, 46.

²⁹ CONC. ECUUM. VATICANO II, *Lumen gentium*, 42.

³⁰ Cf. PAULO VI, *Evangelica testificatio* (1971); JOÃO PAULO II, *Redemptionis Donum* (1984); Exortação apostólica *Vita consecrata* (1996); FRANCISCO, *Carta a los consagrados* (2014); CIVCSVA: *Elementos essenciais da doutrina da Igreja sobre a vida religiosa dirigidos aos Institutos dedicados a obras apostólicas* (1983); *Mutuae relationes* (1978); *Potissimum institutioni. Orientações sobre a formação nos institutos religiosos* (1990); *Vida fraterna em comunidade «Congregavit nos in unum Christi amor»* (1994); *Partir de Cristo* (2002); *O serviço da autoridade e da obediência* (2008); *Vultum Dei quaerere. Sobre a vida contemplativa feminina* (2016); *Instrução Cor orans* (2018); *A arte da busca de Deus* (2019); *O dom da fidelidade. A alegria da perseverança* (2020).

³¹ Cf. CIVCSVA, *Vida fraterna em comunidade. «Congregavit nos in unum Christi amor»* (1994).

³² Cf. JOÃO PAULO II, *Redemptionis Donum* (1984); *Audiência geral*, (8 de fevereiro de 1995). CIVCSVA, *Contemplai - Carta aos consagrados* (2015).

³³ Cf. FRANCISCO, *Carta aos consagrados* (2014); *Id. Hora de caminhar. A vida consagrada no Magistério pontifício* (2018); CIVCSVA, *Vida e missão dos religiosos na Igreja* (1980); *Id. Alegrai-vos* (2014); *Id. Contemplai* (2015); *Id. Perscrutai* (2016); *Id. Anunciai* (2016); *Id. Vinho novo, odres novos* (2017); *Id. O dom da fidelidade. A alegria da perseverança* (2020); CONG. PARA A DOUTRINA DA FÉ, *Carta Iuvenescit Ecclesia* (2016).

dimensão profética da vida consagrada; porque o religioso promete livremente viver a pobreza evangélica segundo o próprio carisma, sim, mas sempre buscando “a pobreza voluntária, motivada no seguimento de Cristo, de que se constitui, sobretudo nos dias de hoje, sinal muito apreciado”³⁴.

“O conselho evangélico de pobreza, à imitação de Cristo, que sendo rico, por nossa causa Se tornou pobre, para além de uma vida pobre na realidade e em espírito, laboriosamente vivida em sobriedade e alheia à riqueza da terra, importa a dependência e limitação no uso e disposição dos bens segundo as normas do direito próprio de cada instituto”³⁵. O caráter próprio que o carisma imprime não dilui a radicalidade da pobreza; antes, encarna-a e concretiza-a num modo comum de vivê-la, integrando-a no modo de ser e no modo de agir de cada religioso.

São João Paulo II o desenvolveu especialmente na Exortação apostólica *Vita consecrata*, onde afirma que “a pobreza evangélica, ainda antes de ser um serviço aos pobres, é um valor em si mesma, enquanto faz lembrar a primeira das bem-aventuranças na imitação de Cristo pobre. Com efeito, o seu primeiro significado é testemunhar Deus como verdadeira riqueza do coração humano. Mas, por isso mesmo, ela contesta vigorosamente a idolatria do dinheiro, propondo-se como *apelo profético* lançado a uma sociedade que, em tantos lugares do mundo abastado, se arrisca a perder sentido da medida e o próprio significado das coisas”³⁶.

Este é, em suma, um dos temas preferidos do Papa Francisco: “Espero que «desperteis o mundo», porque a nota característica da vida consagrada é a profecia. Como disse aos Superiores Gerais, «a radicalidade evangélica não é própria só dos religiosos: é pedida a todos. Mas os religiosos seguem o Senhor de uma maneira especial, de modo profético». Esta é a prioridade que agora se requer: ser profetas que testemunham como viveu Jesus nesta terra... Um religioso não deve jamais renunciar à profecia”³⁷.

A pobreza de Jesus prolonga-se na existência daqueles que, sendo pobres, se unem mais intimamente ao Corpo de Cristo que, como Senhor, é Cabeça dos pobres³⁸. Com sua pobreza consagrada, os religiosos testemunham uma qualidade de vida verdadeiramente humana que relativiza os bens temporais, já que só Deus pode preencher o coração. A “simplicidade e austeridade de vida”³⁹ das pessoas consagradas, conferem a estas uma total liberdade em Deus.

³⁴ CONC. ECUM. VATICANO II, *Perfectae caritatis* 13.

³⁵ CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, c. 600.

³⁶ JUAN PABLO II, *Vita consecrata*, 90. O tema do profetismo é desenvolvido na seção III, II: Um testemunho profético face aos grandes desafios, 84-95.

³⁷ FRANCISCO, *Carta aos consagrados*, II, 2.

³⁸ Cf. *Constituições* 45.

³⁹ FRANCISCO, *Discurso aos núncios apostólicos* (21 de junho de 2013); cf. CIVCSVA, *Economia ao serviço do carisma e da missão. Orientações* (2018) 8.

Nada nem ninguém pode ocupar a centralidade que cabe, tão somente, à adesão da pessoa a Cristo. E a partir dessa consideração, tem sentido renunciar à família, à própria vida e a todas as coisas: “Vendei o que possuís e dai esmolas; fazei para vós bolsas que não se gastam, um tesouro inesgotável nos céus, aonde não chega o ladrão, onde a traça não o destrói. Pois onde estiver o vosso tesouro, ali estará também o vosso coração” (Lc 12, 33).

A Bíblia fala de falsos profetas, e hoje também os há. E, hoje e sempre, a única garantia de autenticidade é a escuta da Palavra, de forma que o próprio profeta seja palavra encarnada que vem de Deus. “Todavia, se não se detém com sincera abertura a escutar essa Palavra, se não deixa que a mesma toque a sua vida, que o interpele, exorte, mobilize, se não dedica tempo para rezar com esta Palavra, então na realidade será um falso profeta, um embusteiro ou um charlatão vazio”⁴⁰.

Os religiosos dão testemunho do espírito das bem-aventuranças e, pela união com Cristo, mediante o voto de pobreza, tornam presentes os bens do Reino e fazem-se disponíveis para a evangelização do mundo, especialmente dos pobres⁴¹.

“O maior serviço que os religiosos prestam à humanidade, desenfreada pelo afã de ter e de desfrutar, é o testemunho de sua vida, evocando a primeira das bem-aventuranças de Jesus. Não é, pois, de estranhar que à vida consagrada se exija radicalismo evangélico. A pobreza é pedra de toque na renovação. De fato, não acaba de levantar-se a suspeita sobre a credibilidade do seu estilo de vida. Consagração religiosa e opção pelos pobres têm de caminhar unidas, pois é incompreensível seguir Jesus e não prolongar o Seu amor aos pobres. O povo de Deus espera dos religiosos uma vida mais coerente e mais solidária com os deserdados”⁴².

Os institutos de vida consagrada são chamados a ser voz profética e testemunho vivo da configuração com Cristo pobre e de Sua presença entre os pobres. “Esta pobreza amorosa é solidariedade, partilha e caridade, enquanto se manifesta na sobriedade, na busca da justiça e na alegria do essencial para alertar contra os ídolos materiais que ofuscam o sentido autêntico da vida. Não é necessária uma pobreza teórica, mas a pobreza que se aprende tocando a carne de Cristo pobre nos humildes, nos pobres, nos enfermos e nas crianças”⁴³.

⁴⁰ FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 151.

⁴¹ Cf. *Constituições 277*; CONC. ECUM. VATICANO II, *Lumen gentium* 31.

⁴² AQUILINO BOCOS, *Un relato del Espíritu. La vida consagrada postconciliar* [2^oed] (Madrid 2018), 333 – tradução livre; cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 151.

⁴³ FRANCISCO, *Mensagem aos participantes do Simpósio Internacional sobre “A gestão dos bens eclesiais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica. Ao serviço do humanum e da missão da Igreja”* (8 de março de 2014); cf. JOSÉ CRISTO REY GARCÍA PAREDES, *Cómplices del Espíritu. El nuevo paradigma de la Misión* (Madrid 2014) 195-236.

A liturgia é uma experiência cotidiana de encontro com o Senhor ressuscitado, e pela ação do Espírito torna toda a Igreja partícipe da salvação dos homens e da criação inteira. Isso é evidente, sobretudo, na Eucaristia; nela, o religioso, com sentido profético, pede ao Pai que una sua pobreza à oferenda de Cristo⁴⁴. A Eucaristia requer um compromisso em favor dos pobres: “Para receber, na verdade, o Corpo e o Sangue de Cristo entregue por nós, temos de reconhecer a Cristo nos mais pobres, Seus irmãos”⁴⁵. O religioso com a força da Eucaristia faz sua oração da Igreja e pede ao Senhor que lhe dê entranhas de misericórdia ante toda a miséria humana, que lhe inspire o gesto e a palavra oportuna frente ao irmão só e desamparado, e que o ajude a mostrar-se disponível para confortar os desanimados e oprimidos⁴⁶.

Hoje, como sempre, o profeta é o homem apaixonado por Cristo e pela humanidade, é uma pessoa livre que assume uma atitude que vai contra a corrente, está disposto a dar a vida, passa tempo em oração, a carregar o coração de graça e de amor. É quem sabe discernir o que vem de Deus do que é fruto do egoísmo humano, conhece a realidade deste mundo, fala de Deus sem medo do que se poderia dizer. O profeta sente-se pobre, escuta o grito dos pobres e denuncia a injustiça. Não se limita a vaguezas e abstrações, mas sabe ser concreto e realista na vida. Seu estilo não é a diplomacia, nem o partidarismo, porque vê as coisas na perspectiva da fé. O profeta, enfim, é quem tem sabedoria para discernir e não permanecer num espiritualismo egocêntrico, nem em mero ativismo social.

2.3. A economia a serviço do carisma e da missão

A mudança de época em que nos encontramos reclama uma renovação humana, social, cultural e religiosa. O momento histórico que vivemos obriga a Igreja e a vida consagrada a enfrentar com realismo e esperança a persistente crise econômica mundial.

Partindo dessa perspectiva, a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica (CIVCSVA), seguindo o Magistério do Papa Francisco e com sua aprovação, publicou, em 2018, o documento *“Economia a serviço do carisma e da missão. Boni dispensatores multiformis gratiae Dei. Orientações”*. Este documento é um chamado a que, em fidelidade ao próprio carisma, os institutos religiosos reflitam sobre a economia à luz do sentido eclesial e da gestão dos seus bens⁴⁷.

⁴⁴ Cf. FRANCISCO, *Una gran esperanza. La custodia de la Creación* (Città del Vaticano 2019) 33-35 - tradução livre.

⁴⁵ *Catecismo da Igreja Católica*, 1397.

⁴⁶ Cf. *Misal Romano* (7ª edic. 1992), *Oração Eucarística V/b*; JUAN PABLO MARTÍNEZ PELÁEZ, “La Eucaristía, el alimento partido y compartido por la Iglesia en la mesa de los pobres” - tradução livre - em AGOSTINIANOS RECOLETOS, *Programa de formação permanente 2020: Profetas do Reino*, 11.

⁴⁷ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 3-4.

As linhas orientadoras e os princípios expressos neste documento oferecem-se como uma ajuda “para que os Institutos respondam com renovada audácia e profecia evangélica aos desafios do nosso tempo, para continuar a ser sinal profético do amor de Deus”⁴⁸. Considero este documento de especial importância para refletirmos, na Ordem, sobre a vivência da pobreza, repensar na economia e administrar os bens com responsabilidade e transparência. Limitar-me-ei a destacar alguns aspectos significativos seguindo as suas quatro seções: “Memória vivente do Cristo pobre” (5-21); “O olhar de Deus: carisma e missão” (22-33); “Dimensão econômica e missão” (34-49); “Indicações práticas” (50-97).

2.3.1. “Memória vivente do Cristo pobre”

“Viver a novidade do Evangelho significa viver de tal forma que espelhemos a pobreza de Cristo, cuja vida estava inteiramente focalizada em fazer a vontade do Pai e servir os outros”⁴⁹. Destarte, vemos que Cristo pede a Seus seguidores acolher e viver o primado do Reino, ao qual nada se pode preferir ou antepor. Por isso, os pobres no espírito são chamados de “bem-aventurados” (Mt 5, 3), sendo eles os que estão em condição de esperá-lo, desejá-lo e acolhê-lo. Vivem a pobreza bem-aventurada que os torna interiormente livres e lhes permite viver na fé e na caridade. A pobreza bem-aventurada é aquela aconselhada por Jesus ao jovem que “foi embora cheio de tristeza, pois possuía muitos bens” (Mc 10, 22) e quer conservá-los para si⁵⁰.

Ao optarem pela pobreza, professando-a com voto segundo o carisma específico, as pessoas consagradas fazem-se testemunhas vivas e creíveis da sobriedade que se vive com liberdade. “Com a sua pobreza, os consagrados testemunham uma qualidade de vida verdadeiramente humana que relativiza os bens, indicando Deus como o Bem absoluto”⁵¹.

Os consagrados são chamados não só à pobreza pessoal, mas também à comunitária; não são pobres apenas os religiosos, mas também as instituições. Por conseguinte, a comunidade religiosa enquanto tal tem de solidarizar-se com os pobres e discernir com criatividade como colaborar para uma transformação social que lhes permita viver com dignidade.

Deve-se levar em conta que, segundo o Direito Canônico, um instituto religioso pode possuir bens (cf. c. 634,1), mas estes são “bens eclesiásticos” (cf. cc. 1257,1; 635,1). Ao ser um instituto religioso uma pessoa jurídica pública na Igreja, o fim dos “bens eclesiásticos” deve ser congruente com a missão da Igreja

⁴⁸ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 3. Cf. Ib. *Linhas orientadoras para a gestão dos bens nos Institutos de Vida Consagrada e nas Sociedades de Vida Apostólica* (2014) 6.

⁴⁹ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 5.

⁵⁰ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 5-8.

⁵¹ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 8.

(cf. c. 116,1). Deste modo, o instituto compartilha, por direito, o seu mesmo fim e compromisso, na forma evangélica da promoção humana, da evangelização, da partilha solidária e caritativa com o Povo de Deus, particularmente no cuidado dos mais pobres⁵². O critério fundamental para a valorização das obras é a fidelidade ao carisma e à missão. De modo que a rentabilidade não pode ser o único critério a levar em conta. Consequentemente, é necessário o discernimento para repensar na economia e na gestão dos bens dos institutos religiosos.

O fato de que se encomende a gestão econômica a alguns religiosos, não exige os demais membros de cuidar que os bens do Instituto estejam a serviço do próprio carisma. Os ecônomos e os conselhos de economia devem formar-se para a gestão econômica segundo o carisma. Para isso, deverão contar com o assessoramento de profissionais a fim de gerir os bens com transparência e comprometer-se em promover a justiça, a paz e a integridade da criação⁵³.

2.3.2. “O olhar de Deus: carisma e missão”

O documento de que falamos assinala como a relação entre carisma e visão de futuro é constitutiva da própria missão dos institutos. Visão de futuro que não é a de um olhar qualquer, mas um olhar que parte de Deus, da busca da Sua vontade, isto é, de uma experiência espiritual de discernimento. “O olhar além pede para evidenciar um projeto, ou seja, uma experiência espiritual e eclesial que toma forma por graus e se traduz em termos concretos, em ação”⁵⁴.

No contexto eclesial atual, requer-se uma mudança de mentalidade real: o compromisso de pensar junto com os organismos diocesanos e outras congregações religiosas em soluções que manifestem a significatividade das obras. Já não podemos falar de “nossas” obras ou das “obras dos religiosos”, sem que nos vejamos integrados na vida da Igreja local. O futuro das obras incumbe-nos como Igreja e, como tal, devemos encará-lo⁵⁵.

O documento fala de uma «rede de solidariedade» para integrar as ações individuais e “fazer juntos”, de modo que, com a colaboração de todos, se possam promover a qualidade e a fiabilidade dos serviços. E entende por «fiabilidade» um patrimônio de valores no qual se conjugam credibilidade (coesão e coerência com uma visão de projeto e de gestão), profissionalidade (aberta à aprendizagem não só à eficácia) e experiência (unida à continuidade temporal, mas, sobretudo, à inovação e à criatividade)⁵⁶.

⁵² Cf. *Código de Direito Canônico*, cc. 634,1; 635,1; 1257,1; 114,1; 116,1; CONC. ECUM. VATICANO II, *Gaudium et spes* 76; CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 15

⁵³ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 12-21.

⁵⁴ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 23.

⁵⁵ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 32

⁵⁶ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 32-33.

2.3.3. “Dimensão econômica e missão”

O Papa Francisco já se manifestara sobre o necessário discernimento na hora de decidir que obras devem continuar: “Ser fiel ao carisma requer muitas vezes um gesto de coragem: não se trata de vender tudo, nem de alienar todas as obras, mas de fazer um discernimento sério [...], o discernimento poderá sugerir que se mantenha viva uma obra que produz perdas – prestando muita atenção a fim de que estas não sejam geradas pela incapacidade nem pela incompetência”⁵⁷. E sobre isso insiste também o documento da CIVCSVA, segundo o qual, “para avaliar a sustentabilidade das obras é necessário adotar um método que considere cada aspecto e todas as inter-relações possíveis, tendo então unitariamente em conta as dimensões carismática, relacional e econômica, seja de cada uma das obras, seja do conjunto do Instituto”⁵⁸.

“É necessário recordar que entre carisma e gestão dos bens não existe contradição; gerir segundo critérios econômicos não sufoca o carisma, mas permite perseguir e realizar objetivos partilhados. Assegurar continuidade e vitalidade ao carisma implica não agir com superficialidade e imperícia”⁵⁹. Se não houver boa gestão, as obras serão insustentáveis e a missão ver-se-á frustrada.

É necessária, portanto, uma releitura da missão em função do carisma, elaborando-se uma planificação realizável, de maneira que não fiquemos com obras defasadas, abandonando outras que se deveriam potencializar para a evangelização. “Onde (...) a finalidade carismática é reconhecida, a economia se põe a serviço da profecia em um projeto concreto e eficaz”⁶⁰.

As obras serão geridas com um espírito de abertura, comunhão e corresponsabilidade, mesmo quando sua custódia se haja de confiar a poucos consagrados e se conte com outras pessoas. “Acontece frequentemente que não nos preocupamos pela formação de pessoas que possam assumir e dar justa continuidade à obra”⁶¹.

Para uma gestão ordenada e previsora dos bens, pede-se –com a obrigatoriedade assinalada no Direito Canônico– que se estabeleça o patrimônio estável de cada Instituto. O patrimônio estável composto por bens, imóveis ou móveis, garante a subsistência do Instituto, das Províncias e das casas legitimamente erigidas e de seus membros, assegurando a realização da sua missão.

⁵⁷ FRANCISCO, *Mensagem ao II Simpósio Internacional sobre o tema: “Em fidelidade ao carisma, repensar na economia dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica”* (Roma, 25 de novembro de 2016).

⁵⁸ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 34.

⁵⁹ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 37.

⁶⁰ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 35.

⁶¹ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 36.

O documento convida a uma clara definição dos critérios para a gestão desse patrimônio estável. Assim, como inovação especialmente destacável, recomenda que, no balanço de cada um dos níveis (geral, provincial ou local), se inclua uma específica representação sua, quer na rubrica “patrimônio”, quer no que se refere ao campo econômico. De igual modo, recomenda-se que, no «informe explicativo», exista uma seção específica que ilustre as “variações ocorridas, os resultados alcançados e sua destinação”⁶².

Assinalam-se, enfim, para a melhor gestão dos bens, três princípios inter-relacionados: responsabilidade, transparência e confiança. Não há responsabilidade sem transparência, a qual, por sua vez, gera confiança; e esta última supõe as duas anteriores.

Da responsabilidade deriva, pelo menos, a exigência de vigilância e de controle. A exigência de vigilância e controle não deve ser entendida “como uma limitação da autonomia dos entes ou como uma falta de confiança, mas representam um serviço à comunhão e à transparência, e uma tutela em relação a quantos desenvolvem tarefas delicadas de administração”⁶³. A responsabilidade e a transparência são uma exigência em todo tipo de informes e balanços econômicos.

2.3.4. “Indicações práticas”

Na administração dos bens e na gestão das obras dos institutos religiosos, a CIVCSVA propõe três horizontes, enquanto estabelece seis critérios de discernimento.

Os grandes horizontes em que se inserem as atividades econômicas são: uma economia que conte com o homem, com o homem todo e, em particular, com os pobres; a leitura da economia como instrumento da ação missionária da Igreja; e, por último, uma economia evangélica de intercâmbio e comunhão.

Estes horizontes concretizam-se em vários critérios fundamentais⁶⁴:

1. *La fidelidad a Dios y al Evangelio.* Toda vida consagrada põe o seu primado em Deus, na *sequela Christi*. Todo consagrado deve, em primeiro lugar, fixar-se n’Ele, contemplá-l’O, aprender d’Ele, imitá-l’O, segui-l’O, casto, pobre e obediente, para fazer-se fiel anunciador da Boa-nova. Para isso, é indispensável «o dom da escuta: escuta de Deus, até ouvir com Ele o grito do povo; escuta do povo, até respirar nele a vontade a que Deus nos chama».

⁶² CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 72.

⁶³ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 41.

⁶⁴ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 51.

2. *A fidelidade ao carisma.* Todo carisma «é sempre uma realidade viva», chamada a «desenvolver-se na fidelidade criativa». A fidelidade ao carisma é, portanto, a coerência das escolhas operacionais em um determinado contexto com as características identitárias do Instituto.
3. *A pobreza.* Uma «austeridade responsável», uma «sadia humildade e uma feliz sobriedade» favorecem o afastamento de uma concepção proprietária dos bens, e geram uma especial disponibilidade para escutar «o clamor dos pobres, dos pobres de sempre e dos novos pobres».
4. *O respeito à natureza eclesial dos bens.* Os bens dos Institutos de Vida Consagrada (...) são bens eclesiais (cf. c. 635,1), destinados à realização dos fins próprios da Igreja (cf. c. 1254). No uso deles, os Institutos são, portanto, chamados a salvaguardar-lhes a natureza e a observar a respectiva disciplina canônica.
5. *A sustentabilidade das obras.* As obras dos Institutos não são estranhas ao contexto social e econômico da inserção.
6. *A necessidade de prestar contas.* O prestar contas é uma atitude para partilhar as escolhas, os atos e os resultados.

Além desses critérios, devem-se levar em conta, no discernimento, as sãs tradições de cada Instituto e as peculiaridades do contexto jurídico e social respectivo. “Nem pode jamais ser desconsiderada a aplicação das leis civis em relação a cada um dos Institutos de Vida Consagrada e (...) suas províncias, ou partes do Instituto a elas equiparadas”⁶⁵.

Com um caráter mais acentuadamente jurídico e prático, esta quarta parte do documento recolhe indicações eminentemente práticas: algumas delas, próprias do Direito Canônico e outras, que se sugerem sejam incluídas na legislação própria⁶⁶. Cabem destacar-se a licença para a alienação de bens, as competências dos capítulos gerais e provinciais, a responsabilidade dos superiores e de seus conselhos com respeito à economia, o regimento administrativo, o ecônomo e o conselho de economia, a colaboração de profissionais externos, as formas de auditoria interna, a administração e gestão do patrimônio, a autorização da Santa Sé para a venda ou a doação de imóveis.

Finalmente, destaca-se a responsabilidade dos superiores com vistas a potencializar, tanto entre os religiosos como entre os leigos, itinerários formativos sobre a dimensão econômica, a Doutrina Social da Igreja, as diversas problemáticas econômico-administrativas...

⁶⁵ CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 54.

⁶⁶ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 54-97.

A CIVCSVA, por fim, conclui com um chamamento a que “todas” as pessoas consagradas sejam boas administradoras da multiforme graça de Deus (cf. IPd 4, 10): administradoras prudentes e fiéis (cf. Lc 12, 42), com a missão de cuidar com diligência daquilo que lhes foi confiado.





Cuidado humano e espiritual em Barquisimeto (Venezuela)

3

A pobreza em Santo Agostinho e nos Recoletos

3.1. Em Santo Agostinho

A reflexão de Santo Agostinho⁶⁷ sobre a pobreza parte, justamente, das bem-aventuranças, em particular da que se refere aos pobres em espírito. O Santo observa que os pobres em espírito são felizes porque reconhecem que seu único tesouro é Deus⁶⁸.

A pobreza, para ele, é condição espiritual, por meio da qual o ser humano é convidado a viver desapegado dos bens materiais, depositando sua confiança tão somente em Deus e aprendendo a usar (uti), em vez de fruir (frui), das coisas⁶⁹, sem aferrar-se a nenhuma delas, e sim apenas a Deus.

Pobre é quem reconhece que seu maior tesouro é Deus, e procura remover todos os ídolos que podem ocupar o seu coração: o dinheiro, o poder, a vaidade... A pobreza é entendida por Santo Agostinho como um processo de libertação interior; um processo pelo qual o homem se desapega das criaturas e de si mesmo, para poder elevar-se a Deus. O coração do homem não pode ficar ao nível das coisas da terra, mas tem de ascender a Deus, já que, ao ficar em meio às coisas da terra, o coração apodrece⁷⁰.

Por isso, para além das condições exteriores ao homem –o fato de se dispor de muitos ou de poucos bens–, a pobreza é uma questão, antes de mais,

⁶⁷ Cf. ENRIQUE EGUIARTE BENDÍMEZ, “San Agustín y los pobres de su tiempo”, em *Augustinus* 59 (2014) 47-76; JAVIER RUIZ PASCUAL (ed.), *San Agustín. Obras y textos monásticos*, vol. I (Madrid 2009); *Ibid.* Vol II (Madrid 2010); Serge Lancel, *Saint Augustine* (London 2001).

⁶⁸ SANTO AGOSTINHO, *Comentário ao Salmo 141,5*.

⁶⁹ SANTO AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã* 1,4,4.

⁷⁰ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Comentário ao Salmo 85,6*.

interior, uma atitude do coração. Entende-se assim que possa haver pobres em termos materiais que sejam ricos em soberba e avareza⁷¹; e, pelo contrário, que haja ricos em bens materiais que sejam pobres em espírito, isto é, humildes e caritativos⁷².

A pobreza deve levar o ser humano a reconhecer sua condição antropológica essencial de «mendigo de Deus»⁷³. Por si mesmo, o ser humano nada tem, para além dos próprios pecados; tudo o que tem é recebido de Deus⁷⁴.

Em suma, o pobre imita o exemplo de Cristo, que a Si mesmo Se humilhou e assumiu a condição de servo: «Bem-aventurados os pobres em espírito! Imitai Aquele que Se fez pobre, embora fosse rico, para enriquecer-vos com a Sua pobreza»⁷⁵.

Essa consciência de que nada lhe pertence leva o pobre à gratidão⁷⁶, bem como a sentir-se meramente um administrador de tudo quanto recebeu de Deus⁷⁷. Daí o profundo sentido social da pobreza para Santo Agostinho: todo ser humano é convidado a partilhar o que é e o que tem com os demais.

Por outro lado, ricos e pobres necessitam mutuamente uns dos outros⁷⁸. Estes últimos oferecem aos ricos uma ocasião para partilhar e para neles reconhecer a presença de Cristo. Este é um mistério que Agostinho gosta de contemplar no texto de Mt 25, 35; passagem que, segundo ele mesmo confessa, lhe causava impressão⁷⁹: «Tem o Cristo, que do alto outorga Seus dons; reconhece-O aqui necessitado. Aqui é pobre; lá é rico. Porquanto é Cristo pobre aqui, fala Ele próprio por nós: “Tive fome, tive sede, estive nu, fui forasteiro, estive no cárcere”»⁸⁰.

A pobreza, por outro lado, manifesta-se por meio do trabalho⁸¹, seja este manual ou espiritual, pastoral ou intelectual. Ninguém, dentro da comunidade, deve eximir-se de realizar um trabalho, seja uma obra concreta, seja a oração ou o oferecimento da própria vida ao Senhor. Para Santo Agostinho, será sempre um trabalho realizado a partir da comunidade e em nome dela, evitando-se o individualismo e antepondo-se as coisas comuns às próprias, conforme ele indica na *Regra*: «E assim, pois, que ninguém se dedique a coisa alguma para benefício próprio, mas todos os vossos trabalhos se realizem para o bem comum, com maior empenho e mais assídua presteza do que se cada um os fizesse para si. Porque a caridade, da qual está escrito “que não procura o próprio interesse” (1Cor 13, 5), se entende assim: antepõe as realidades

⁷¹ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 114B,11.

⁷² Cf. SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 14,4.

⁷³ SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 56,9.

⁷⁴ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 32, 10.

⁷⁵ SANTO AGOSTINHO, *A santa virgindade* 28.

⁷⁶ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 283,3.

⁷⁷ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 359A,11.

⁷⁸ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Comentário ao Salmo* 37,24.

⁷⁹ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 389,5.

⁸⁰ SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 123,4.

⁸¹ Cf. SANTO AGOSTINHO, *O trabalho dos monges* 3.

comuns às próprias, e não as próprias às comuns»⁸². Santo Agostinho convida os religiosos a compartilharem o fruto do trabalho com os pobres e a não acumularem bens, seguindo o modelo que ele vira num mosteiro de Roma, onde os monges “de modo algum se empenham para que tais bens sobrem, mas fazem de tudo para que não permaneça junto a si o que porventura tiver sobrado, a ponto de enviarem até mesmo navios carregados àqueles lugares habitados por pobres”⁸³.

Para Santo Agostinho, o exemplo da primitiva comunidade de Jerusalém foi decisivo. O texto dos Atos dos Apóstolos (4, 32-34) é sua principal referência. Para ele, a comunidade de bens é sinal e condição necessária da união de corações: fá-la possível, manifesta-a e, em consequência disso, converte a comunidade em templo do Senhor. Sem ela, a união de corações seria mera ilusão, porque a propriedade privada concentra o homem sobre si mesmo e sobre os bens materiais que, por serem limitados, não podem ser compartilhados por todos e conduzem ao individualismo e à discórdia⁸⁴.

Finalmente, para o Santo, o compromisso com os pobres não foi somente uma utopia ou um tópico teórico. Sua vida está repleta de gestos proféticos de amor aos necessitados. Baste recordar a «matricula pauperum», o rol dos pobres de Hipona aos quais se prestava socorro periódico⁸⁵; ou então a casa de acolhida para pobres, enfermos e peregrinos, o assim chamado *Xenodochium*, que ele mandara edificar⁸⁶; ou a refeição que oferecia a cada ano aos pobres de Hipona, por ocasião do aniversário da sua consagração episcopal⁸⁷. A bem da verdade, sentia por eles uma autêntica paixão, que inclusive o levaria a adotar, como seu título de glória, a designação de «mendigo dos mendigos»⁸⁸.

3.2. Entre os agostinianos recoletos⁸⁹

As Ordens mendicantes tinham surgido na Igreja do século XIII como uma denúncia profética das diferenças sociais que aumentavam, em decorrência da incipiente economia monetária. Tinham muito dos movimentos pauperistas, que aspiravam a uma pobreza privada e comum, do indivíduo e do convento. O frade mendicante abraçava a pobreza, porque queria compartilhar as humilhações e sofrimentos de Cristo; porque queria imitar o desvalimento dos apóstolos durante a sua missão.

⁸² SANTO AGOSTINHO, *Regra* 5,2.

⁸³ SANTO AGOSTINHO, *Sobre os costumes da Igreja Católica* 1,67.

⁸⁴ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Comentário ao Salmo* 131,5-6.

⁸⁵ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Carta* 20^a,2.

⁸⁶ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 356,10.

⁸⁷ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 339,4.

⁸⁸ SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 66,5.

⁸⁹ Cf. ÁNGEL MARTÍNEZ CUESTA, *Historia de los Agustinos Recoletos: Vol I Desde los orígenes hasta el siglo XIX* (Madrid 1995); Id. *Historia de los Agustinos Recoletos: Vol II El siglo XIX* (Madrid 2015); Id. *La Orden de Agustinos Recoletos. Evolución carismática* [2^a ed.] (Madrid 2020).

Com o passar do tempo, e já no século XVI, no seio da Ordem de Santo Agostinho, surgiu um desejo de maior perfeição, de maior austeridade, de vida comunitária mais intensa, maior recolhimento e oração mais autêntica. Os desejos dos religiosos que queriam abraçar esse teor de vida foram atendidos, e ficariam plasmados na quinta ordenação do Capítulo que a província agostiniana de Castela celebraria em Toledo (Espanha), em 1588.

Desde o seu nascimento, os agostinianos recoletos desterraram qualquer prática que violasse a pobreza individual ou quebrantasse a vida comum. Ninguém podia dispor de coisa própria, por mínima que fosse; e o tratamento, o vestuário, o alimento, a cama, tudo era idêntico para todos. Só os doentes mereciam atenções especiais.

Fizeram isso com plena liberdade, sem jamais considerá-lo um peso. E a prática refletiu-se na *Forma de Viver*, o documento que regulara o seu teor de vida durante os primeiros anos. Ali se lê: «A verdadeira pobreza do religioso não está somente em não ter coisa própria, mas principalmente em não ter apegado nem aficionado o ânimo a coisa alguma, pois esse é o fim a que se ordena a pobreza exterior. Mas, porque, de ordinário, se ama o que se possui, e o que não se tem nem se vê se despreza, para sermos pobres na afeição, muito convém que o sejamos na posse e no uso»⁹⁰.

E não se contentavam os primeiros recoletos com a simples pobreza individual. Aspiravam a que também o convento fosse pobre. Só admitiam a propriedade do edifício e da horta circundante, mas rejeitavam rendas e heranças. Durante os dois ou três primeiros decênios, a vida real das comunidades seguiu com fidelidade o austero caminho aberto pela *Forma de viver*. Suas possibilidades econômicas foram quase sempre muito modestas e contribuíram a criar nelas um sistema de vida humilde.

Em meados do século XVII, porém, começou a decair o amor à pobreza. Começam a vê-la como uma carga que lhes fora imposta por uma opção de vida do passado, que eles já não partilhavam. Em consequência disso, a pobreza passou a ser fonte de descontentamento e, portanto, a relaxação surgiu.

Os textos legais continuarão urgindo-a com rigor. As Constituições não deixam de ver na propriedade privada «a raiz de quase todos os males»⁹¹ e, por isso, proibirão decididamente todo ato de domínio ou usufruto particular de dinheiro, censos ou qualquer outra espécie de bens móveis e imóveis. Mas a vida prática se afastaria cada vez mais do espírito da *Forma de viver*.

A prática geral de outras Ordens e certa desenvoltura na concessão de permissões de administração e de usufruto de alguns bens abriram a porta à generalização do pecúlio. Este consistia em dinheiro, rendas, casas, campos e até capelanias, que exigiam amiúde a residência fora do convento. Só por

⁹⁰ *Forma de Viver* 4, 1.

⁹¹ *Constituições* de 1637, 94r; *Constituições* de 1664, 153.

ocasião da morte do religioso é que a importância se entregava ao Provincial, que costumava aplicá-la ao convento do finado ou a outro mais necessitado.

A revolução filipina (1896-1898) semeou o desânimo e o pânico entre os religiosos, e deixou a descoberto debilidades e corruptelas que, apesar de sua evidência, tinham passado quase despercebidas. Afortunadamente, a Ordem dispôs de religiosos que, longe de apavorar-se ou de deixar-se arrastar pelo derrotismo, esbanjaram abnegação e criatividade em busca de uma saída altiva para a crise. Perceberam que era necessária uma fidelidade maior ao carisma primitivo e às leis que tinham professado. Deram particular ênfase à restauração da vida comum e da pobreza individual.

Ideias estas que só começariam a ganhar consistência em meados do século XX e com a entrada da Ordem no campo da educação (1941). Em março de 1951, o Prior geral Fr. Eugenio Ayape (1950-1962) dedicou à pobreza uma ampla circular em que expunha a natureza da virtude e do voto, bem como o lugar central que tanto a Regra de Santo Agostinho como as diversas constituições recoletas lhe atribuem.

O Concílio Vaticano II foi para toda a Igreja um vento renovador que convidou, entre outras coisas, a redescobrir a autêntica pobreza evangélica, como seguimento de Cristo, e um coerente e credível testemunho do Reino dos céus⁹².

Em contraste, durante os primeiros anos do pós-concílio, foram frequentes os casos de religiosos que, sem levar em conta o valor da pobreza, administravam com grande autonomia consideráveis quantidades de dinheiro. Apesar disso, foi-se consolidando a centralização econômica das províncias e fortaleceu-se o espírito comunitário, evitando não poucos abusos. Paralelamente, os religiosos, com um maior conhecimento da História da Ordem e seguindo as orientações do Magistério da Igreja, aprofundar-se-iam na teologia da pobreza, a qual requer canais operativos que ajudem a vivê-la com renovado espírito evangélico.

3.3. A pobreza nas Constituições

Nossas Constituições foram renovadas segundo o espírito do Concílio Vaticano II e o carisma da Ordem, no Capítulo Geral de 1974. O texto atual, enriquecido com referências da Sagrada Escritura, de Santo Agostinho, da *Forma de viver* e do Magistério da Igreja, foi revisto e adaptado pelo Capítulo Geral de 2010 e aprovado pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as

⁹² Cf. RAMÓN SALA, "En el mundo por los pobres. El legado de la constitución *Gaudium et spes*", em *Concilio Vaticano II. 40 años después*, CTSA (Madrid 2006), 153-190; ENRIQUE GÓMEZ GARCÍA, *Pascua de Jesús, pueblos crucificados* (Salamanca 2012) 94-97.

Sociedades de Vida Apostólica (CIVCSVA) em 2011. Posteriormente, a mesma Congregação aprovou algumas modificações propostas pelo Capítulo Geral de 2016.

Ao explicarem a “pobreza consagrada”, as Constituições partem da consagração a Deus e o seguimento mais livre e radical de Cristo pela profissão dos conselhos evangélicos. O mistério da pobreza de Cristo, “Filho de Deus feito homem, que anunciou a boa-nova do Reino aos pobres, vivendo em pobreza e perseguição, prolonga-se na existência daqueles que, sendo verdadeiros pobres, se unem mais intimamente ao Corpo de Cristo o qual, como Senhor, é Cabeça dos pobres”⁹³.

Expõem-se em seguida as características próprias da pobreza agostiniana: a comunhão de bens (46-47), com clara referência à primitiva comunidade de Jerusalém (cf. At 4,32), a humildade (48), a sobriedade pessoal e comunitária (51), o trabalho (53), a vida comum (54).

As Constituições recolhem o ensinamento do Magistério e a reflexão teológica pós-conciliar, assumindo uma nova terminologia. Assim, no Capítulo de 2010, levando-se em conta a realidade eclesial latino-americana, incorpora-se ao texto constitucional a opção preferencial pelos pobres: “Os sinais dos tempos exigem da Ordem uma consciência comprometida ante os problemas reais da sociedade em cada momento histórico, que nos urge a assumir a opção preferencial pelos pobres, pela família e pela vida, arbitrando, a partir de um discernimento compartilhado, as respostas adequadas na evangelização e na pastoral”⁹⁴.

Segundo as Constituições, a pobreza não afeta só os religiosos em particular; as comunidades devem dar também testemunho coletivo de pobreza evangélica. No *Código adicional*, recorda-se o sentido social dos bens: “A pobreza supõe não só o desprendimento interior e a austeridade comunitária, mas também o compartilhar e o solidarizar-se com os pobres e os que sofrem, aos quais o próprio Senhor Se associou e cuja evangelização é dada como sinal da obra messiânica”⁹⁵. E faz-se, enfim, um chamamento aos religiosos para que se comprometam “naquelas iniciativas que promovam a justiça social, a solidariedade, a paz e a integridade da criação”⁹⁶.

A Ordem, como tal, pode adquirir, possuir, administrar e alienar bens temporais. Esta capacidade não é excluída nem limitada expressamente pelas Constituições⁹⁷; todavia, nelas se indica que há de evitar-se toda espécie de

⁹³ *Constituições* 45.

⁹⁴ *Constituições* 282.

⁹⁵ *Código adicional* 57.

⁹⁶ *Constituições* 317.

⁹⁷ Cf. *Código de Direito Canônico*, c. 634.

luxo, de lucro imoderado e de acumulação de bens⁹⁸. Indicam-se, além disso, os fins em vista dos quais essa posse é lícita: “o culto divino, a manutenção das casas de formação, o digno sustento da comunidade, as obras de apostolado e para ajudar os mais necessitados”⁹⁹.

Estabelece-se, também, que se nomeiem os ecônomos geral, provincial e local, os quais deverão desempenhar seu ofício segundo as diretrizes e sob a vigilância do respectivo superior. Indicam-se, igualmente, a nomeação do conselho econômico e a possibilidade de acudir a pessoas seculares especialistas¹⁰⁰.

Em suma, as Constituições são a referência comum do seguimento de Cristo e da vida no Espírito. Marcam o nosso estilo de vida, a organização da Ordem e o modo de realizar o apostolado. Por conseguinte, são também referência para a nossa pobreza pessoal, para a comunhão de bens, para a solidariedade com os pobres e para a organização da economia na Ordem.

⁹⁸ *Constituições* 51; cf. CONC. ECUM. VATICANO II, *Perfectae caritatis* 13.

⁹⁹ *Constituições* 473.

¹⁰⁰ Cf. *Constituições* 474-476.

Viagem de Palawan a Casian de barco "pumpboat" (Filipinas)



4

Nossa pobreza: graça e esperança

Em nossa reflexão sobre a pobreza, partimos de Cristo que, sendo de condição divina, a Si mesmo Se humilhou e Se fez homem para que nós fôssemos filhos de Deus. Ele chama bem-aventurados os pobres, porque estes acolhem o Reino de Deus. A todos os que creem em Jesus, é dirigido o chamado a viver a pobreza de espírito, a cuidar da criação e a solidarizar-se com os pobres.

Nós, agostinianos recoletos, pela profissão dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência, queremos tornar Cristo presente e ser profetas do Reino, optando pelo mesmo estilo de vida que o Filho de Deus levou neste mundo. Perante Deus e os demais, escolhemos ser pobres segundo o carisma e a missão da Ordem. É chegado o momento de reconsiderarmos a pobreza, a fim de seguirmos o Cristo pobre e reavivarmos a voz profética, escutando o grito dos pobres de hoje.

4.1. Pobreza libertadora

A Ordem, como parte viva da Igreja¹⁰¹, e em comunhão com ela, é chamada a “cumprir sua missão seguindo os passos de Jesus e adotando suas atitudes (cf. Mt 9, 35-36). Ele, sendo o Senhor, Se fez servidor e obediente até à morte de cruz (cf. Fl 2, 8); sendo rico, escolheu ser pobre por nós (cf. 2Cor 8, 9), ensinando-nos o caminho de nossa vocação de discípulos e missionários. No Evangelho, aprendemos a sublime lição de ser pobres seguindo a Jesus pobre (cf. Lc 6, 20; 9, 58), e a de anunciar o Evangelho da paz sem bolsa nem alforje, sem colocar nossa confiança no dinheiro nem no poder deste mundo (cf. Lc 10, 4).

¹⁰¹ Cf. *Constituições* 6; 10; 28; 286.

Na generosidade dos missionários se manifesta a generosidade de Deus; na gratuidade dos apóstolos aparece a gratuidade do Evangelho¹⁰².

Isso é, também, o que nós professamos, levados por um grande desejo de amar e de seguir Jesus, um Jesus pobre. E não podemos limitar-nos à consideração meramente teórica e doutrinal da pobreza; como religiosos, desejamos vivê-la, e vivê-la com alegria, como Jesus no-la propôs nas bem-aventuranças.

A pobreza se vive no coração; tem seu assento nas pessoas. Nosso grande patrimônio como Ordem não é o dinheiro que possamos ter, nossa riqueza são os religiosos, sua entrega incondicional a Cristo e seu serviço humilde e singelo aos demais. Abramos os olhos e vejamos com espírito de fé os idosos e doentes, que entregaram a vida com fidelidade e alegria, trabalhando muito, poupando o mais que podiam e sendo sempre generosos com os demais. Admiramos os jovens que hoje deixam seu emprego, seus sonhos humanos e suas seguranças para ser agostinianos recoletos. Recordemos a entrega dos irmãos que estão diariamente ao lado dos pobres nas missões ou em ministérios de pobreza humana e espiritual. Valorizemos os religiosos que, com abnegação e sacrifício, trabalham cheios de entusiasmo para continuar atendendo às áreas de missão, às paróquias, aos centros educativos e às casas de formação.

Em nosso itinerário pessoal, obviamente, ideal e realidade entram em conflito. Surge a tensão entre o que faço e o que desejo fazer. Tensão que não nos deve levar ao desalento, mas há de converter-se em tempo de graça, de escuta, de encontro e de comunhão. Desejamos ser coerentes e necessitamos de sinceridade e de profecia para viver o realismo que só o Evangelho nos pode dar. A partir do encontro com Jesus, a tensão pessoal e a crise de realismo convertem-se em oportunidade para que nosso amor seja mais autêntico. Um momento de crise é um momento de escolha e uma oportunidade que nos coloca ante as decisões que temos de tomar.

Podemos viver a nossa consagração e, portanto, a pobreza, de forma egocêntrica –inclusive com aparências religiosas– ou com um amor oblato que nos liberta e nos faz crescer humana e espiritualmente. É questão de permanecermos unidos a Cristo e abertos ao Espírito que renova, transforma e santifica. Quando se cede ao “mundanismo” e voltamos atrás o olhar, empreendendo um itinerário de desencanto e de abandono da oração, a pobreza converte-se então numa carga e os motivos para vivê-la esvaecem. Com efeito, “quem exclui Deus do seu horizonte falsifica o conceito de ‘realidade’ e, por conseguinte, só pode terminar por caminhos equivocados e com receitas destruidoras¹⁰³.”

¹⁰² V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, *Documento de Aparecida* 31.

¹⁰³ BENEDICTO XVI, *Discurso inaugural da V Conferência geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe* (Aparecida, 13 de maio de 2007) 3.

A pobreza está na própria base da comunhão fraterna. “A pobreza de cada um, que comporta um estilo de vida simples e austero, não só liberta das preocupações inerentes aos bens pessoais, mas sempre enriqueceu a comunidade, que podia assim colocar-se mais eficazmente ao serviço de Deus e dos pobres”¹⁰⁴. Daí que, na Ordem, não possa sentir-se bem quem almeja ascender e ser importante; quem se serve da comunidade para alimentar o próprio ego; não se aceita um irmão que ande atrás de “poder” ou se sinta superior aos demais.

“Com Jesus Cristo, pelo contrário, renasce sem cessar a alegria”¹⁰⁵. Porque só Ele pode preencher o nosso coração, e assim o experimentava Agostinho: “Uma só coisa reconheço: é que tudo me corre mal fora de ti, Senhor, e não só à minha volta, mas em mim mesmo, e que toda riqueza, que não seja o meu Deus, para mim é indigência”¹⁰⁶. Se optarmos por uma vida aburguesada, cujo critério é a comodidade, nossa vida tornar-se-á insípida e acabará por aborrecer-nos e cansar-nos. Eis quando passamos a mendigar afetos fora da comunidade, atrás de um pouco de felicidade.

Como pessoas consagradas, no entanto, somos chamados a converter-nos em profecia a partir da nossa vida animada pela caridade, pela lógica do dom, da gratuidade; somos chamados a criar fraternidade, comunhão, solidariedade para com os pobres e necessitados. Se quisermos ser verdadeiramente humanos, teremos de “dar espaço ao princípio da gratuidade como expressão de fraternidade”¹⁰⁷.

Necessitamos, em nossas comunidades, de mais vida fraterna, de mais diálogo, mais esperança e alegria. Para alcançá-lo, temos de sentir-nos mais pobres, necessitados de Deus e dos irmãos. Necessitamos da inquietude e da alegria dos jovens e da experiência dos maiores para quebrar seguranças e estereótipos que nos impedem de viver com confiança e de oferecer à comunidade tudo o que temos, e, a partir da comunidade, de servir o povo de Deus com entusiasmo.

4.2. Nossas atitudes, desejos e pobreza

O que nos diz, hoje, o convite à pobreza, a uma vida pobre em sentido evangélico? O Papa Francisco é taxativo: “Tais palavras dizem-nos, antes de mais nada, qual é o estilo de Deus. Deus não Se revela através dos meios do poder e da riqueza do mundo, mas com os da fragilidade e da pobreza: «Sendo rico, Se fez pobre por vós...». Cristo, o Filho eterno de Deus, igual ao Pai em

¹⁰⁴ CIVCSVA, *Vida fraterna em comunidad* (1994) 44.

¹⁰⁵ FRANCISCO, *Evangelii gaudium* (2013) 1.

¹⁰⁶ SANTO AGOSTINHO, *Confissões* 13, 8,9.

¹⁰⁷ BENTO XVI, *Caritas in veritate* (2009) 34.

poder e glória, fez-Se pobre; desceu ao nosso meio, aproximou-Se de cada um de nós; despojou-Se, “esvaziou-Se”, para tornar-Se em tudo semelhante a nós (cf. Fl 2, 7; Hb 4, 15). A encarnação de Deus é um grande mistério! Mas, a razão de tudo isso é o amor divino, um amor que é graça, generosidade, desejo de proximidade, não hesitando em doar-Se e sacrificar-Se pelas Suas amadas criaturas. A caridade, o amor, é partilhar, em tudo, a sorte do amado. O amor torna semelhante, cria igualdade, abate os muros e as distâncias. Foi o que Deus fez conosco”¹⁰⁸.

Como religiosos, optamos por seguir Cristo. Comprometemo-nos a ir detrás d’Ele e com Ele, e a percorrer um caminho de pobreza que leva à felicidade do Reino dos céus (cf. Mt 5, 3; Lc 6, 20). Como discípulos d’Ele, temos de seguir Seus passos. “E quais são os passos de Cristo? –pergunta-se o Papa Francisco–: a pobreza. Deus Se fez homem! Rebaixou-Se! Despojou-Se! A pobreza que conduz à mansidão, à humildade. Jesus humilde anda pela rua para curar. E, assim, um apóstolo com esta atitude de pobreza, de humildade, de mansidão, tem autoridade para dizer: ‘Convertei-vos’, para abrir os corações”¹⁰⁹.

Custa-nos entrar na lógica de Deus. Mateus narra a multiplicação dos pães e dos peixes (cf. Mt 14, 13-21). Jesus compadeceu-Se da multidão. Ao entardecer, os discípulos, com sentido prático, disseram-Lhe que despedisse aquela gente para que desse seu jeito e fosse atrás de alguma coisa para comer. Jesus compadeceu-Se da multidão e disse aos discípulos: «Dai-lhes vós mesmos de comer». O Papa Francisco diz que Jesus “quer educar os Seus amigos de ontem e de hoje na lógica de Deus. E qual é a lógica de Deus que vemos aqui? A lógica de cuidar do próximo. A lógica de não lavar as mãos, a lógica de não olhar para o outro lado... ‘Que se arranjem’ não faz parte do vocabulário cristão”¹¹⁰.

Quando partilhamos com amor e alegria, Jesus Se compadece e o milagre acontece. “Oferece livremente os pães que tens, e não só os pães: enriquecidos sejam com dois peixes especiais, a saber, a caridade e a alegria. Deus não olha para o ‘quanto’, mas para o ‘como’; pois diz: «Deus ama o que dá com alegria» (2Cor 9, 7). Não com tristeza ou com aspereza: pois «mostra alegre o teu rosto quando deres» (Eclo 35, 11). Oh, como se transforma a esmola em alegria! Deus não quer dádivas obrigadas. Se desses com alegria, recolherias, sem dúvida, sete cestos para a glória futura”¹¹¹.

Quando nos ocupamos de tantas coisas que nem temos sequer um pouco de tempo para partilhar, pode ser salutar recordarmo-nos daquelas palavras de São Basílio: “Como deverias ser grato ao benéfico Doador, que

¹⁰⁸ FRANCISCO, *Mensagem para a Quaresma de 2014* (26 de dezembro de 2013).

¹⁰⁹ FRANCISCO, *Homilia em Santa Marta* (7 de fevereiro de 2019).

¹¹⁰ FRANCISCO, *Angelus* (2 de agosto de 2020).

¹¹¹ SANTO TOMAS DE VILANOVA, *In Dom. VI post Pentecosten*, vol. I, c 752.

teve considerações por ti! Não te alegras, não te regozijas por não teres que ir bater à porta dos outros, mas que eles venham à tua? Agora, no entanto, és rabugento, com dificuldade consegue alguém te falar: evitas encontros; não acontece teres de abrir a mão nem que seja um pouquinho. Conheces só uma frase: «Não tenho nem dou; também sou pobre». És pobre, na verdade, indigente de todo bem: pobre de amor, pobre de bondade, pobre de fé em Deus, pobre de esperança eterna¹¹².

4.2.1. Caminho de graça e humildade

A humildade é a atitude e a virtude que abre o coração a Deus, ao passo que a soberba não deixa resquício para a graça: “Todos vós, em vosso mútuo tratamento, revesti-vos de humildade, porque Deus resiste aos soberbos, mas dá a Sua graça aos humildes” (IPd 5, 5). A humildade é a base da oração e da relação do homem com Deus. A oração vem da terra, do *humus* –palavra de que deriva ‘humilde’, ‘humildade’–; vem do nosso estado de precariedade, da nossa constante sede de Deus. A humildade tem fundamento cristológico e abre o coração às virtudes teologais¹¹³.

A pobreza religiosa bem vivida leva a optar pelo caminho de salvação que Jesus escolheu: um caminho de humildade, graça e entrega de si mesmo. Deus Se dá ao humilde porque a humildade se opõe à soberba, que é a autossuficiência de quem não tem necessidade de Deus e se sente superior aos demais. O verdadeiro pobre é humilde e, por isso, a pobreza consagrada tem relação íntima com a humildade, opõe-se à soberba e ao egoísmo, que é ânsia de possuir com exclusão dos demais¹¹⁴.

O humilde pode ver, sem medo, a sua própria realidade, sem perfeccionismos nem pessimismos, e porque é capaz de dizer-se a verdade a si mesmo e de reconhecer a dignidade e o caráter relacional de toda pessoa humana, pode ser solidário com os demais. Se formos humildes, sentir-nos-emos pobres, aceitamos nossa imperfeição e, ao mesmo tempo, sentir-nos-emos chamados a superar nossas deficiências com simplicidade e confiança. Santo Agostinho, nas *Confissões*, ao narrar como vivia então, percorre os sentidos para confessar a sua felicidade e a sua necessidade: “Longe de mim, Senhor, longe do coração do teu servo, que se confessa diante de ti, longe o pensamento de que uma alegria qualquer possa torná-lo feliz. Há uma alegria que não é concedida aos ímpios, mas àqueles que te servem por puro amor: essa alegria és tu mesmo. E esta é a felicidade: alegrar-nos em ti, de ti e por ti¹¹⁵. Agostinho sente-se pobre e necessitado diante de Deus¹¹⁶; deposita, então, com humildade, a sua

¹¹² SÃO BASÍLIO MAGNO, *Homília 6 sobre a caridade 6*.

¹¹³ Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 2259; 2560-2561.

¹¹⁴ Cf. *Constituições 48*.

¹¹⁵ SANTO AGOSTINHO, *Constituições 10,22,32*.

¹¹⁶ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Constituições 10,38,63*.

esperança na misericórdia do Senhor: “Nem a abundância me fará rico, nem a necessidade me tornará pobre... Aprendi a adaptar-me às necessidades; sei viver na abundância, e sei também como haver-me na penúria. Tudo posso n’Aquele que me fortalece (Fl 4, 11.13)... Fortalece-me, para que também eu seja forte. Concede-me aquilo que ordenas, e ordena o que quiseres”¹¹⁷.

A humildade permite-nos ver “os limites do que nos é próprio, e abre assim o caminho à Verdade maior. Só a humildade pode encontrar a Verdade e a Verdade, por sua vez, é o fundamento do Amor, do qual, em última instância, depende tud”¹¹⁸. A autossuficiência encerra-nos em nós mesmos, ao passo que a comunhão, o diálogo e o serviço ensinam-nos a ver as coisas com mais humildade e ajudam-nos a ser mais realistas e mais humanos.

A humildade é morada da caridade¹¹⁹. Se não houver humildade e caridade, de nada servirá a pobreza, porque a soberba corromperá o coração do religioso. Recordemos as palavras de Santo Agostinho na *Regra*: “Qualquer outro vício consiste em realizar obras más, ao passo que a soberba arma insídias inclusive às obras boas, para que se percam. E que proveito se tira de desfazer-se da propriedade e de dá-la aos pobres (cf. Sl 111, 9; Lc 18, 22; 1Cor 13, 3), assim como de tornar-se pobre, se a alma miserável mais soberba se faz desprezando as riquezas, do que o foi possuindo-as?”¹²⁰.

Quando se fala de humildade, com frequência se pensa na humilhação, e não se tomam como referência os salmos de louvor e de ação de graças: “Eu vos louvo e vos dou graças, ó Senhor, porque de modo admirável me formastes! Que prodígio e maravilha as vossas obras! Até o mais íntimo, Senhor, me conheceis” (Sl 138, 14). A humildade é uma virtude que vai além da humilhação, porque aceita serenamente os próprios limites e reconhece como dons recebidos as próprias qualidades, sem orgulhar-se delas. No sofrimento e nas incompreensões, o humilde é fiel e continua a confiar em Deus. Sofre na humilhação, mas transcende-a. Na humildade, encontra-se a felicidade¹²¹.

A cruz, por si mesma, sem amor e sem a luz da ressurreição, é necedade e escândalo; considerada com os olhos do coração, é poder e salvação de Deus. Não há razões humanas para explicar a cruz; não é um problema técnico a resolver, mas um mistério que se deve viver: um mistério que se aceita ou se rejeita, mas não se discute, contempla-se e vive-se. Cruz e amor são um binômio inseparável, um termo requer o outro. O amor faz-se credível apenas na dor, e esta só tem valor no amor. A cruz adquire valor pelo fato de que Cristo

¹¹⁷ SANTO AGOSTINHO, *Confesiones* 10,31,45; cf. 10,29,40; 10,37,60.

¹¹⁸ BENEDICTO XVI, *Saudação do Papa emérito por ocasião do 50º aniversário de instituição da Comissão Teológica Internacional* (22 de outubro de 2019) – tradução livre; cf. *Deus caritas est*, 35.

¹¹⁹ Cf. SANTO AGOSTINHO, *A santa virginidade* 51,52.

¹²⁰ SANTO AGOSTINHO, *Regra*, 1,7; cf. *Sermão* 85,2.

¹²¹ Cf. GABRIELE FERLISI, *Solo, davanti a te. Meditazioni agostiniane* (Milano 2006), 269-273; 281-287; Id. *El carisma de los agustinos descalzos* (Teramo 2020); Id. “Formarsi alla kenosi dell’umile Gesù per essere felici di servire l’Altissimo in spirito di umiltà”, em *Presenza agostiniana* (2020/ 2) 20-24.

Se deixou pregar nela e nela deu a vida por amor. Portanto, é possível ser feliz na exinanição, carregando a cruz de cada dia como Jesus o fez (cf. Mt 16, 24)¹²².

Pode-se dizer que a humildade é honestidade intelectual, e que é fruto do amor. Quem é humilde reconhece sua dependência de Deus, conhece os próprios limites e sente-se agradecido pelos dons que recebeu. Para Santo Agostinho, o pobre em seu significado mais profundo é o humilde. A humildade dispõe a agir com liberdade de coração, a ser solidário com os necessitados e a ser um sinal escatológico creível¹²³.

Não basta apenas não ter bens ou pô-los em comum; é preciso ver o que é que realmente desejamos. Não nos enganemos, não aconteça vivermos reprimidos e amargurados, desejando o que não possuímos e crendo que, porque temos pouco, já somos pobres. Se, mesmo sendo pobres, apetercermos as vaidades terrenas, diz Santo Agostinho, “os mosteiros começarão a ser de utilidade para os ricos e não para os pobres, caso os ricos pratiquem neles a humildade enquanto os pobres, ali mesmo, se tornam soberbos”¹²⁴.

Sem humildade e espírito de pobreza, não podemos receber o dom do Espírito, que é graça. Se não tivermos humildade, teremos que pedi-la. São conhecidas as palavras de Santo Agostinho a Dióscoro: “Não busques para perseguir e alcançar a verdade outro caminho que o que foi garantido por Aquele que, como Deus, viu a debilidade dos nossos passos. Esse caminho é, em primeiro lugar, a humildade; em segundo lugar, a humildade; em terceiro lugar, a humildade; e quantas vezes me perguntares, isso mesmo eu te diria. Não é que não haja outros preceitos a dar-se; mas, se a humildade não preceder, acompanhar e seguir tudo aquilo que fizemos de bom, de modo que olhemos para ela quando se nos propõe, a ela adiramos quando está ao nosso lado e por ela sejamos subjugados quando se nos impõe, no momento em que nos estivermos já a felicitar por alguma boa ação praticada, a soberba no-la arrancará das mãos”¹²⁵.

O caminho da graça e da humildade permite-nos voltar ao coração e encontrar-nos com Cristo, com nós mesmos e com os demais. Eis como o expressam as Constituições: “Só com a ajuda de Cristo, através da purificação pela humildade, pode o homem recolher-se e entrar de novo em si mesmo, onde começa a buscar os valores eternos, reencontra Cristo e reconhece os irmãos. Essa é a interiorização transcendida agostiniana, princípio de toda piedade. Esse é o recolhimento ou a recolção da Forma de viver, caminho que leva diretamente à contemplação, à comunidade e ao apostolado”¹²⁶.

¹²² Cf. GABRIELE FERLISI, “Formarsi alla kenosi dell’umile Gesù per essere felici di servire l’Altissimo in spirito di umiltà”, en *Presenza agostiniana* (2020/ 2) 16-25.

¹²³ Cf. GABRIELE FERLISI, *Solo, davanti a te. Meditazioni agostiniane*, 269-273; 281-287.

¹²⁴ SANTO AGOSTINHO, *Regra* 1,6.

¹²⁵ SANTO AGOSTINHO, *Carta* 118, 22.

¹²⁶ *Constituições* 11.

4.2.2. Discernimento e comunhão

Temos de continuar perguntando-nos o que o Senhor pede hoje a nós, agostinianos recoletos, o que a Igreja espera de nós e de que necessita o povo de Deus. Como podemos sabê-lo? Como distinguir os sinais dos tempos? Como viver hoje a pobreza evangélica? Como podemos conhecer se nossas inspirações provêm de Deus, ou se são enganos nossos?¹²⁷.

Na Exortação *Gaudete et exsultate*, o Papa Francisco pergunta-se: “Como é possível saber se algo vem do Espírito Santo ou se deriva do espírito do mundo e do espírito maligno? A única forma é o discernimento. Este não requer apenas uma boa capacidade de raciocinar e sentido comum; é também um dom que é preciso pedir. Se o pedirmos com confiança ao Espírito Santo e, ao mesmo tempo, nos esforçamos por cultivá-lo com a oração, a reflexão, a leitura e o bom conselho, poderemos certamente crescer nesta capacidade espiritual”¹²⁸.

Fala-nos o Papa de duas vozes: por um lado, da voz de Deus, “que fala amavelmente à consciência” e, por outro, da voz tentadora “que induz ao mal”. “A voz de Deus nunca obriga: Deus propõe-Se, Ele não Se impõe. Ao contrário, a voz maligna seduz, agride, força, suscita ilusões deslumbrantes, emoções tentadoras, mas transitórias. No início, lisonjeia-nos, faz-nos acreditar que somos onipotentes, mas depois deixa-nos vazios por dentro e acusa-nos: ‘Tu não vales nada’. A voz de Deus, pelo contrário, corrige-nos, com muita paciência, mas encoraja-nos sempre, consola-nos: alimenta-nos sempre de esperança”. “A voz maligna gira sempre em torno do ego, dos seus impulsos, das suas necessidades, de tudo e já” –diz Francisco–, enquanto a voz de Deus “convida-nos a ir além do nosso ego para encontrar o verdadeiro bem, a paz”¹²⁹.

Outra diferença que o Papa faz notar diz respeito precisamente ao modo de encarar a vida. “A voz do inimigo distrai-nos do presente e quer que nos concentremos nos receios do futuro ou nas tristezas do passado... faz ressurgir as amarguras, as recordações das injustiças sofridas, daqueles que nos magoaram”. Por outro lado, a voz de Deus “fala ao presente”: “Agora podes fazer o bem, agora podes exercer a criatividade do amor, agora podes renunciar aos arrependimentos e remorsos que mantêm o teu coração prisioneiro”¹³⁰.

E recorda-nos ainda o sentido sobrenatural do discernimento, embora seja verdade que “o discernimento espiritual não exclui as contribuições de sabedorias humanas, existenciais, psicológicas, sociológicas ou morais; mas transcende-as. Não bastam sequer as normas sábias da Igreja. Lembremo-nos sempre de que o discernimento é uma graça. Embora inclua a razão e a

¹²⁷ Cf. JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* (1996) 84-86.

¹²⁸ FRANCISCO, *Gaudete et exsultate* Sobre a chamada à santidade no mundo atual (2018), 166.

¹²⁹ FRANCISCO, *Regina coeli* (3 de maio de 2020).

¹³⁰ FRANCISCO, *Regina coeli* (3 de maio de 2020).

prudência, supera-as, porque se trata de entrever o mistério daquele projeto único e irrepitível, que Deus tem para cada um e que se realiza no meio dos mais variados contextos e limites¹³¹.

A formação da própria consciência, aprendendo a discernir, é hoje particularmente necessária, porque “a vida atual oferece enormes possibilidades de ação e distração, sendo-nos apresentadas pelo mundo como se fossem todas válidas e boas. Todos, mas especialmente os jovens, estão sujeitos a um *zapping* constante. É possível navegar simultaneamente em dois ou três visores e interagir ao mesmo tempo em diferentes cenários virtuais. Sem a sapiência do discernimento podemos facilmente transformar-nos em marionetes à mercê das tendências da ocasião¹³².

O discernimento não é necessário apenas em momentos extraordinários, o quando temos de resolver problemas graves ou quando se deve tomar uma decisão crucial. É-nos sempre útil, para sermos capazes de reconhecer os tempos de Deus e de Sua graça, para não desperdiçarmos as inspirações do Senhor, para não ignorarmos o Seu convite a crescer. É um instrumento de luta para seguir melhor o Senhor, e frequentemente isto se decide nas coisas pequenas, no que parece irrelevante, porque a magnanimidade mostra-se nas coisas simples e diárias¹³³.

Francisco assinalou três dificuldades na vida da Igreja: o clericalismo, a mundanidade e o mexerico¹³⁴. Podemos dizer que essas dificuldades atingem diretamente a vivência da pobreza. Não se entende que um religioso que queira ser pobre ande atrás do poder e do domínio clerical, mantenha uma vida dupla e se sirva da difamação para estar acima dos demais. O clericalismo é a tendência a conferir aos sacerdotes e religiosos um poder de domínio e de superioridade por gozarem eles de uma potestade espiritual, moral e, em algumas ocasiões, inclusive, econômica. Pode ser “favorecido pelos próprios sacerdotes ou pelos leigos¹³⁵ e, em palavras de Francisco, resume-se em que “os clérigos se sintam superiores, se afastem das pessoas¹³⁶.

Não podemos ignorar que, entre as principais causas dos abusos de menores, que tanta dor e dano vêm provocando na Igreja, se encontra o clericalismo, que leva ao abuso de poder e à traição da confiança¹³⁷.

¹³¹ FRANCISCO, *Gaudete et exsultate* Sobre a chamada à santidade no mundo atual (2018), 170.

¹³² FRANCISCO, *Gaudete et exsultate*, 167.

¹³³ Cf. FRANCISCO, *Gaudete et exsultate*, 169.

¹³⁴ Cf. FRANCISCO, *Mensagem à Arquidiocese de Buenos Aire* (27 de outubro de 2011).

¹³⁵ FRANCISCO, *Carta ao Povo de Deus* (20 de agosto de 2018).

¹³⁶ FRANCISCO, *Homilias em Santa Marta*: 13 de março de 2020; 13 de dezembro de 2016.

¹³⁷ Cf. SÍNODO DOS BISPOS, XV Assembleia geral: Os jovens, a fé e o discernimento vocacional. *Documento final* (27 outubro, 2018), 29-30. Cf. DANIEL PORTILLO TREVIZO, *Psico-Teología del Discernimiento vocacional. Una tentativa de protección del abuso sexual de menores en la Iglesia Católica* (México 2017).

Tanto o discernimento pessoal como o comunitário ajudam que nos sintamos pobres diante de Deus; permitem-nos ser conscientes de nossos próprios limites e possibilidades, enquanto, pela caridade, abrem o nosso coração à comunhão e à solidariedade para com os mais pobres. Por outro lado, estar à escuta e discernir a vontade do Senhor levam a que nos sintamos corresponsáveis na vida e na missão da Igreja, de uma Igreja sinodal e evangelizadora.

Porque a comunhão propicia a unidade e enriquece-se com a diversidade. O respeito à dignidade das pessoas é sagrado, e isso implica escutar diferentes opiniões, evitando, certamente, qualquer imposição ou desqualificação. O contrário disso são as posturas autorreferenciais, que geram divisão e conflito com vistas a impor as próprias ideias. “Não gasteis demasiado tempo nem recursos a ‘olhar para vós mesmos’, a elaborar planos autocentrados nos mecanismos internos, na funcionalidade e capacidades do seu organograma. Olhai para fora, não vos olheis ao espelho”¹³⁸.

4.2.3. Simplicidade, sobriedade e austeridade de vida

Conforme narra São Possídio, Santo Agostinho vivia pessoalmente com simplicidade e frugalidade. “Suas vestes, calçados e lençóis eram simples, mas adequados; nem ótimos, nem péssimos”¹³⁹. E, na *Regra*, Santo Agostinho deixará claro o contraste entre as apetências mundanas e a felicidade dos servos de Deus, oferecendo-nos assim uma excelente chave de discernimento para viver a pobreza: “Estimem-se mais ditosos os que se encontrarem mais fortes para viver a sobriedade: porque necessitar menos é melhor do que ter mais”¹⁴⁰.

Por sua vez, a *Forma de viver* destaca a necessidade de sermos pobres não só no tocante à posse de bens, mas também quanto a seu uso e à liberdade ante o apego a eles, para podermos viver a caridade com maior perfeição¹⁴¹.

Nas Constituições, exorta-se também à sobriedade pessoal e comunitária: “Em conformidade com o espírito de Santo Agostinho e dos fundadores, a comunidade se há de distinguir por uma honesta sobriedade em tudo: melhor é ter poucas necessidades do que abundar em riquezas. Não só os religiosos em particular, mas as próprias comunidades deem testemunho coletivo de pobreza evangélica ante o povo de Deus”¹⁴².

¹³⁸ FRANCISCO, *Mensagem às Pontifícias Obras Missionárias* (21 de maio de 2020).

¹³⁹ SÃO POSSÍDIO, *Vida de Santo Agostinho* 22,1.

¹⁴⁰ SANTO AGOSTINHO, *Regra* 3,5.

¹⁴¹ Cf. *Forma de viver* 4,1.

¹⁴² *Constituições* 51.

A pobreza evangélica deve traduzir-se em simplicidade, sobriedade e frugalidade. A avareza e o consumo combatem-se com a arte da frugalidade. A frugalidade é a negação do consumo exagerado e a rejeição do supérfluo. Objetivo da frugalidade não é ser pobre nem poupar. Tampouco se confunde com a avareza. Optamos pela frugalidade quando não estamos dispostos a satisfazer os desejos que o mercado nos apresenta ou nos opomos a adentrarmos no mundo do supérfluo. É-se frugal quando se tem a capacidade interior de resistir às tentações do consumo. A pobreza do Reino de Deus e a frugalidade tentam criar uma harmonia com o cosmos a partir da qual chega até nós a felicidade do todo. A pobreza evangélica é “pobreza apaixonada”. É pobreza em perspectiva de um mundo novo que chega. É uma pobreza inquieta, mas não uma pobreza violenta, destrutiva ou ressentida. É simplesmente a pobreza de espírito¹⁴³.

A sobriedade não é um valor nem uma virtude de outro tempo. Deve ser entendida no contexto de uma conversão integral, de um processo humano que nos liberta de ataduras e nos une em Cristo. “A espiritualidade cristã –recorda o Papa Francisco– propõe um crescimento na sobriedade e uma capacidade de se alegrar com pouco. É um regresso à simplicidade que nos permite parar e saborear as pequenas coisas, agradecer as possibilidades que a vida oferece, sem nos apegarmos ao que temos nem nos entristecermos por aquilo que não possuímos”¹⁴⁴.

Os meios ascéticos têm sido e ainda são uma ajuda para um autêntico caminho de pobreza, sobriedade e santidade. A ascese, ajudando a dominar e a corrigir as tendências da natureza humana ferida pelo pecado, é indispensável à pessoa consagrada para permanecer fiel à própria vocação e seguir Jesus pelo caminho da Cruz¹⁴⁵.

Temos hoje uma visão positiva do mundo, da vida, dos bens, da dignidade de toda pessoa, do próprio corpo, da inteligência e da afetividade. A criação inteira manifesta a beleza e a bondade do Criador. “A vida espiritual, considerada como vida em Cristo, vida segundo o Espírito, se apresenta como *um itinerário de crescente fidelidade*, onde a pessoa consagrada é guiada pelo Espírito e por Ele configurada com Cristo, em plena comunhão de amor e de serviço na Igreja”¹⁴⁶. Somos conscientes da nossa fragilidade e do nosso pecado, mas, se envidarmos os meios ao nosso alcance e confiarmos no Senhor, Ele nos abençoará. “Quando sou fraco, então é que sou forte” (2Cor 12, 10).

¹⁴³ Cf. JOSÉ CRISTO REY GARCÍA PAREDES, “El encanto amenazado. Gracia y pecados capitales en singular batalla”, em *Vida Religiosa. Monográfico 5/2019*/ vol.126, 76-87 – tradução livre.

¹⁴⁴ FRANCISCO, *Laudato si’* 222.

¹⁴⁵ Cf. JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* 38.

¹⁴⁶ JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* 93; cf. *Catecismo da Igreja Católica* 2015.

“Quem te criou sem ti, não te salva sem ti”¹⁴⁷, – diz-nos Santo Agostinho. Temos de esvaziar o nosso coração para que o Senhor o possa encher com Seus dons. A atitude da ascese cristã é “a capacidade de saber renunciar a algo por um bem maior, pelo bem dos outros”¹⁴⁸. Temos de envidar os meios para podermos ser livres e para encararmos as tensões e as contrariedades da vida. Com humilde realismo, vemos que para viver a pobreza evangélica é preciso ter sensibilidade espiritual e tomar decisões. Além da graça e da sabedoria do Espírito, requer-se da nossa parte: esforço, espírito de sacrifício e luta contra a tentação de colocar o coração na riqueza e no poder. A ascese das pequenas ações de cada dia, os detalhes simples, a solidariedade para com o pobre e o serviço realizado com alegria alargam o coração, expressam o amor e agradam a Deus: “Quero a misericórdia, e não o sacrifício; conhecimento de Deus, mais que holocaustos” (Os 6, 6; cf. Mt 9, 13).

Uma ascese necessária para um pobre é o domínio de si mesmo, o cuidado da saúde e a aceitação dos próprios limites, o respeito aos outros, a capacidade de escuta, a tolerância e todas aquelas virtudes humanas que favorecem “a comunhão dos espíritos e dos corações daqueles que são chamados a viver juntos numa comunidade”¹⁴⁹.

Não se entende, por isso, que um religioso que tenha optado pela pobreza, além de viver com austeridade, não se esforce para ser educado, cuidadoso com a higiene pessoal, para vestir-se com dignidade, para estar disponível ao serviço e para cuidar do que é comum. Nestes aspectos, teríamos também de ajudar-nos mutuamente com a correção fraterna, realizada com respeito e sempre motivada pela caridade¹⁵⁰.

É fácil deixar-se levar pela obsessão de obter por si mesmo a perfeição e ceder à tentação de assumir a atitude da rigidez do coração. A rigidez impede de avançar no conhecimento de Jesus: “A fidelidade é sempre um dom a Deus; a rigidez é uma segurança para mim mesmo”¹⁵¹. Provém do medo da mudança e termina semeando limites e obstáculos no terreno do bem comum, convertendo-o num campo minado de incomunicabilidade e ódio. “Lembremo-nos sempre – diz o Papa Francisco – de que, por trás de qualquer rigidez, jaz um desequilíbrio. A rigidez e o desequilíbrio nutrem-se, mutuamente, num círculo vicioso. E, hoje, esta tentação da rigidez é tão atual!”¹⁵².

¹⁴⁷ SANTO AGOSTINHO, *Sermão* 169, 13.

¹⁴⁸ FRANCISCO, *Mensagem aos participantes no II Fórum das Comunidades Laudato si’* em Amatrice (6 de julho de 2019).

¹⁴⁹ CIVCSVA, *Vida fraterna em comunidade* 27.

¹⁵⁰ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Regla*, 4, 7-9; *Comentário ao Salmo* 50,1; *Constituições* 17.

¹⁵¹ FRANCISCO, *Homilia em Santa Marta* (5 de maio de 2020).

¹⁵² FRANCISCO, *Discurso à Cúria Romana* (21 de dezembro de 2019).

Por outro lado, o jejum, as privações voluntárias e a esmola são propostos pela Igreja à luz da Palavra como um meio para intensificar a vida do espírito¹⁵³. Temos que discernir e ser coerentes para libertar-nos das novas dependências que surgem do mau uso dos meios que facilitam a nossa vida e o nosso trabalho apostólico, mas que também nos podem levar à perda de tempo: internet e redes sociais, televisão e cartão de crédito, entre outras coisas. Precisamos de ascese e de agir com responsabilidade para privar-nos do que ocasiona detrimento da vida espiritual e do serviço aos pobres; temos de evitar a dependência com relação às modas e ao consumo compulsivo *on line*.

Em suma, os irmãos que exercem o governo, deveriam ajudar todos a viverem a pobreza com sentido evangélico sem asfixiar a ação do Espírito, propiciando a responsabilidade e procurando que disponham do necessário para viver com simplicidade e alegria.

4.3. Comunhão de bens, trabalho, solidariedade

A comunidade, segundo o propósito de Santo Agostinho, busca imitar a primitiva Igreja de Jerusalém, em que os irmãos desejavam ter uma só alma e um só coração dirigidos a Deus e para Deus¹⁵⁴. Esta união se expressa na comunhão de bens: «Tudo lhes era comum, e a cada um se distribuía conforme a própria necessidade (At 4, 32.35)»¹⁵⁵.

Para o Santo, a palavra «pobreza», enquanto tal, não reflete a situação de sua comunidade, que tem o necessário para viver. “Os bens materiais continuam sendo, de fato, uma fonte de desunião, segundo o lema: ‘Isto é meu e aquilo é teu’. Agostinho os apresenta como causa de individualismo, egoísmo, inveja, avareza, conflitos e disputas”¹⁵⁶. O que Agostinho destaca é a «comunidade de bens» como um modo de construir novas relações de igualdade e unidade no seio da comunidade.

Para nós, “a pobreza consagrada, que torna todas as coisas comuns em Deus, é origem de paz, fraternidade e comunhão. [...] Necessária para a vida comum, é sinal e realização do amor ordenado, que constitui a comunidade. É amor que não busca o próprio interesse, mas o de Jesus Cristo, e que faz o religioso solidário com todos os homens e, especialmente, com os pobres, a quem há de amar nas entranhas de Cristo”¹⁵⁷.

¹⁵³ Cf. FRANCISCO, *Mensagem de Quaresma* (2018).

¹⁵⁴ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Regra 1, 2; Comentário ao Salmo 132, 2*.

¹⁵⁵ SANTO AGOSTINHO, *Regra 1, 2-3*.

¹⁵⁶ TARSICIO J. VAN BAVEL, *Carisma: Comunidad. La comunidad como lugar para el Señor* (Madrid 2004) 108 – tradução livre.

¹⁵⁷ *Constituições* 46.

Seguindo a doutrina e o exemplo de Agostinhon¹⁵⁸, os irmãos se sentem obrigados ao trabalho, não só pela lei natural, mas também por sua profissão de pobreza¹⁵⁹. Ganhando com seu próprio esforço o necessário para a vida e para as obras de apostolado, “demonstram aos homens que não procuram uma vida fácil na folga, mas o Reino de Deus no estreito e áspero caminho desse compromisso”¹⁶⁰.

Em nossa vida, o trabalho e a oração se complementam, sendo ambos necessários. O Senhor nos envia a trabalhar com alegria em Sua vinha. “É muito importante cultivar essa alegria na comunidade religiosa: a sobrecarga de trabalho pode apagá-la, o zelo excessivo por algumas causas pode fazê-la cair no esquecimento, o contínuo interrogar-se sobre a própria identidade e sobre o próprio futuro pode ofuscá-la”¹⁶¹. O Senhor não quer que sejamos ativistas neuróticos angustiados por trabalhar sem descanso, nem tampouco medíocres ou acomodados, que se limitam aos mínimos níveis de exigência. Já nos tempos de Santo Agostinho existiam os monges que trabalhavam pouco e falavam de tudo: “Oxalá esses que querem folgar dos braços, quisessem folgar também da língua! Não convidariam tanta gente a que os imitasse, se não lhe propusesse apenas exemplos de ociosidade, mas também de mutismo”¹⁶². Não é agostiniana nem recoleta uma vida à la carte, movida pela desídia e pelo próprio gosto. Enquanto isso, o trabalho realizado por amor dignifica a pessoa, associando-a à obra criadora de Deus. No trabalho livre, criativo, participativo e solidário o ser humano expressa e acrescenta a dignidade da própria vida¹⁶³.

O trabalho deveria ser o âmbito em que se põem em jogo muitas dimensões da vida: a criatividade, a projeção do futuro, o desenvolvimento de capacidades, o exercício dos valores, a comunicação com os demais, uma atitude de adoração. A Igreja necessita do testemunho de comunidades ricas «de alegria e do Espírito Santo» (At 13, 52); de comunidades que, por sua simplicidade de vida, trabalho e solidariedade com os mais pobres, manifestem a comunhão e a pobreza evangélica. Faz-se urgente hoje ver comunidades em que “a recíproca atenção ajuda a superar a solidão, e a comunicação impele a todos a sentirem-se corresponsáveis; o perdão cicatriza as feridas, reforçando em cada um o propósito da comunhão. Numa comunidade deste tipo, a natureza do carisma dirige as energias, sustenta a fidelidade e orienta o trabalho apostólico de todos para a única missão”¹⁶⁴.

¹⁵⁸ Cf. SANTO AGOSTINHO, *O trabalho dos monges* 29, 37.

¹⁵⁹ Cf. SANTO AGOSTINHO, *O trabalho dos monges* 22, 26.

¹⁶⁰ SANTO AGOSTINHO, *O trabalho dos monges* 28, 36. Cf. *Constituições* 53.

¹⁶¹ CIVCSVA, *Vida fraterna em comunidade* 28.

¹⁶² SANTO AGOSTINHO, *O trabalho dos monges* 22, 26.

¹⁶³ Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 192.

¹⁶⁴ JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* 45.

A comunhão de bens e o trabalho são para nós o modo de viver a pobreza pessoal e comunitária: facilitam a união de corações e a entrega de si mesmos no serviço aos demais; e impedem que sejamos uma organização religiosa dedicada –como uma empresa qualquer– a acumular bens em propriedade. A comunidade movida pelo Espírito escuta o clamor dos pobres e se sente solidária com eles.

“Embora um pouco desgastada e, por vezes, até mal interpretada, a palavra «solidariedade» significa muito mais do que alguns atos esporádicos de generosidade; supõe a criação duma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns”¹⁶⁵. Tanto para nós como para todos os cristãos, é a reação de quem “reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade privada. A posse privada dos bens justifica-se para cuidar deles e aumentá-los de modo a servirem melhor o bem comum, pelo que a solidariedade deve ser vivida como a decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde. Estas convicções e práticas de solidariedade, quando se fazem carne, abrem caminho a outras transformações estruturais e tornam-nas possíveis. Uma mudança nas estruturas, sem se gerar novas convicções e atitudes, fará com que essas mesmas estruturas, mais cedo ou mais tarde, se tornem corruptas, pesadas e ineficazes”¹⁶⁶.

É relativamente fácil dar uma esmola e desentender-se da pessoa que passa necessidade, e não é esta a atitude do bom samaritano que Jesus nos propõe no Evangelho (cf. Lc 10, 25-37). Santo Tomás de Vilanova dizia muitas vezes que “a esmola não é somente dar, mas tirar da necessidade a quem a padece e livrá-lo dela na medida do possível; e que o cristão que, podendo tirar o seu próximo da necessidade, o deixa nela, ou pelo menos não o encaminha a que tenha algum remédio, e faz pesar o juízo no tocante a seu estado, não merece o nome de esmoler”¹⁶⁷.

A solidariedade, além de ajudar e socorrer a quem passa necessidade, requer que nos posicionemos ante a realidade social dos países em que nos encontramos e, à luz do Evangelho, promovamos uma sociedade mais justa, que respeite e exalte a dignidade de cada pessoa humana, evitando o descarte dos que não produzem benefícios econômicos. Em última análise, que releiamos os princípios da Doutrina Social da Igreja, a qual pretende humanizar as propostas políticas e econômicas de hoje, deixando-nos questionar por eles.

¹⁶⁵ FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 188.

¹⁶⁶ FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 189.

¹⁶⁷ MIGUEL SALÓN, *Vida de santo Tomás Vida de Villanueva, Arzobispo de Valencia, ejemplar y norma de obispos y preladados*, (El Escorial 1925), 277 – tradução livre.

4.4. Opção preferencial pelos pobres

Em Jesus de Nazaré, encontraremos a inspiração e a graça para assumir o grande desafio de aproximar-nos dos pobres com simplicidade, amá-los, ajudá-los e fazer uma opção preferencial por eles. Deixemos que ressoem mais uma vez em nosso interior as palavras do Senhor no Evangelho: «O que fizestes a um destes meus irmãos mais pobres, a mim o fizestes» (cf. Mt 25, 31).

Apesar das interpretações políticas e tendenciosas que se davam em meio à busca por uma evangelização mais profética e solidária, no documento conclusivo da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano celebrada em Puebla, no México (1979), empregou-se pela primeira vez de forma explícita a expressão «opção preferencial pelos pobres»: “Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação”¹⁶⁸.

Em nosso caso, partindo de *fake news* e com raciocínios tendenciosos, podemos chegar a pensar que a opção pelos pobres é uma expressão mundana e que nada tem a ver com a nossa pobreza religiosa. Em termos inequívocos, São João Paulo II interpela-nos sobre a nossa autenticidade como consagrados a Deus e a nossa missão evangelizadora: “A opção pelos pobres inscreve-se na própria dinâmica do amor, vivido segundo Jesus Cristo. Assim, estão obrigados a ela todos os Seus discípulos; mas aqueles que querem seguir o Senhor mais de perto, imitando as Suas atitudes, não podem deixar de se sentirem implicados de modo absolutamente particular em tal opção. A sinceridade da sua resposta ao amor de Cristo leva-os a viver como pobres e a abraçar a causa dos pobres”¹⁶⁹. Para a Ordem e para cada um de nós, isso implica a adoção –no nível pessoal e no comunitário– de *um estilo de vida humilde e austero* que nos permita denunciar, da maneira mais adequada, a partir da nossa pobreza, e permanecendo livres de ideologias políticas, as injustiças cometidas contra tantos filhos e filhas de Deus. Este estilo de vida permite-nos comprometer-nos também com a promoção da justiça e da paz no ambiente social em que nos movemos¹⁷⁰.

Contudo, «livres de ideologias políticas» não significa desentender-se da política. A opção pelos pobres exige definir-se ante as estruturas políticas e sociais injustas e ante a cultura do descarte. “Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus «manifesta a Sua misericórdia antes de mais» a eles. Esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos,

¹⁶⁸ CELAM, *Documento final de Puebla* (1979) 1134.

¹⁶⁹ JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* (1996) 82; Cf. BENEDICTO XVI, *Discurso inaugural da V Conferência geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe* (Aparecida, 13 de maio de 2007) 3.

¹⁷⁰ Cf. JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* (1996) 82.

Traslado em barco para chegar ao Colégio San Agustín de Kankintú (Panamá)



chamados a possuírem «os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus» (Fl 2, 5). Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma opção pelos pobres, entendida como uma «forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja»... Por isso desejo uma Igreja pobre para os pobres¹⁷¹.

E nós, como discípulos e missionários, temos que aprender a reconhecer que “os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo. Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs. Tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo: «Tudo quanto fizestes a um destes meus irmãos menores, a mim o fizestes (Mt 25, 40)»¹⁷².

A Ordem não pode fazer ouvidos surdos a esse clamor. Não escutá-lo situar-nos-ia à margem do projeto do Pai, porque nós somos instrumentos para a libertação do nosso povo¹⁷³. Em todas as etapas da história da Ordem, houve comunidades que se caracterizaram por responder com sua oração, criatividade, esforço e generosidade às necessidades humanas e sociais dos pobres e indigentes. O governo geral, cada província, cada comunidade e cada um de nós, todos nós temos de sentir-nos interpelados e comprometidos, seja qual for a situação, a idade que se tenha, o ministério ou o cargo que se ocupe. Trata-se de uma opção evangélica pessoal e de toda a Ordem para mudarmos nós e tratar de mudar as nossas estruturas comunitárias, as da sociedade e as da cultura que o impeçam.

Parafraseando o que diz o Papa Francisco da Igreja, também podemos dizer de nossa Ordem que precisa continuar reconhecendo as situações de dor que padecem os nossos povos, saindo permanentemente a seu encontro, sem medo de experimentar-se acidentada, ferida ou enlameada por sair à rua; antes que aceitarmos ser uma Ordem enferma pelo fechamento e pelo comodismo de quem se aferra às próprias seguranças¹⁷⁴.

E não podemos desentender-nos pensando que isso é para os outros. O Papa é claro e taxativo: “A preferência pelos pobres não é uma opção facultativa para a Igreja”¹⁷⁵. Nem tampouco para a Ordem. Precisamos ser coerentes com nosso voto de pobreza e reconsiderar a pobreza da Ordem. Não basta que os irmãos trabalhem muito e ponham em comum o que recebem de seu trabalho se a instituição tem uma mentalidade empresarial em que tudo se valoriza pelos benefícios econômicos. “Uma comunidade de «pobres» é capaz de ser solidária

¹⁷¹ FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 198.

¹⁷² CELAM, *Documento final de Aparecida* (2007) 393.

¹⁷³ Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 187.

¹⁷⁴ Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 49.

¹⁷⁵ FRANCISCO, *Mensagem às Pontifícias Obras Missionárias* (21 de maio de 2020).

com os pobres e de manifestar qual é o coração da evangelização, porque apresenta concretamente a força transformante das bem-aventuranças¹⁷⁶.

4.5. Repensar em nossa economia

Custa-nos reconhecer que somos um pouco inconscientes ante as tragédias que acabrunham o mundo neste momento. Além de conhecer os efeitos da pandemia de Covid-19, que afeta grande parte dos países do mundo, seria bom que conhecêssemos outras estatísticas, como a que estima em 900.000 as pessoas que a cada mês morrem de fome. Ou outras sobre migrantes, refugiados, vítimas das guerras, do desemprego, etc¹⁷⁷. Lamentavelmente, estas são notícias de escasso relevo nos meios de comunicação.

Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso oprime o fraco. Como consequência desta situação, grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem horizontes, sem saída. Considera-se o ser humano em si mesmo como um bem de consumo, que se pode usar e, em seguida, jogar fora. Vemos como se promove uma cultura do «descarte». Os excluídos já não são «explorados», mas refugos, «sobras».

A crise mundial, que afeta as finanças e a economia, põe de manifesto a grave carência de sua orientação antropológica, que reduz o ser humano a uma só de suas necessidades: o consumo. Por trás dessa atitude, esconde-se a rejeição da ética e de Deus. A ética costuma ser vista com certo desprezo debochado. Quando a ética não está ideologizada, permite criar um equilíbrio e uma ordem social mais humana, em que *o dinheiro deve servir e não governar*. Por isso, considera-se contraproducente, demasiadamente humana, porque relativiza o dinheiro e o poder. É sentida como ameaça, pois condena a manipulação e a degradação da pessoa. Em última análise, a ética leva a um Deus que espera uma resposta comprometida, para além das categorias do mercado¹⁷⁸.

A promoção integral de cada pessoa, de cada comunidade humana e de todas as pessoas, é o horizonte último do bem comum, que a Igreja pretende alcançar como sacramento de salvação. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma excelente da caridade, que não só afeta as relações entre os indivíduos mas também as relações sociais, econômicas e políticas. Por isso, a Igreja propôs ao mundo o ideal de uma “civilização do

¹⁷⁶ CIVCSVA, *Vida fraterna en comunidad* 44.

¹⁷⁷ Cf. FRANCISCO, *Homília em Santa Marta* (14 de maio de 2020); NOTÍCIAS ONU, *Más de cien millones de personas pueden morir de hambre* (2 de abril de 2019).

¹⁷⁸ Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 55-58; PEDRO JOSÉ GÓMEZ SERRANO, *El consumo que consume. Consumismo y pobreza evangélica* en *Frontera Hegian* 87 (Vitoria 2015)

amor” e “da solidariedade”. “O amor ao bem integral, inseparavelmente do amor pela verdade, é a chave do autêntico desenvolvimento”¹⁷⁹.

Para viver com fidelidade e alegria a nossa pobreza, teremos que perguntar-nos o que nos pede o Senhor. Nós, religiosos, evidentemente, temos que amar e servir a todos, ricos e pobres; mas temos que proclamar em nome de Cristo que os ricos devem ajudar os pobres, respeitá-los, promovê-los. Além do mais, não podemos deixar de promover a solidariedade desinteressada, e que a economia e as finanças sejam regidas por uma ética a favor do ser humano¹⁸⁰. Não basta propor a Doutrina Social da Igreja e a destinação social dos bens, mas, além disso, temos que viver a pobreza com sentido profético, e repensar na economia da Ordem.

Como já se indicou, nossas Constituições apontam a finalidade dos bens comuns e, sempre sob a responsabilidade dos superiores e de seus conselhos, deixam aos respectivos ecônomos a gestão das propriedades e dos bens das províncias e da Ordem. E nas Constituições também se estipulam alguns critérios sobre o uso de bens por parte dos religiosos, exortando a compartilhá-los com os pobres. Ora, não se impõe um limite às propriedades das províncias e da Ordem¹⁸¹. por isso, é necessária uma atualização que se atenha aos critérios assinalados no documento *A economia ao serviço do carisma e da missão*¹⁸².

A pobreza compromete-nos com um trabalho assíduo de discernimento a fim de que, em coerência com o carisma, as obras continuem sendo meios eficazes para fazer chegar a muitos a misericórdia de Deus. As obras apostólicas e instituições próprias da Ordem (centros educativos, templos, edifícios, casas de formação) não são só um meio para assegurar a sustentabilidade do próprio instituto, mas pertencem à fecundidade do carisma. Isso implica perguntar-nos se as nossas obras manifestam ou não o carisma que professamos, se cumprem ou não a missão que nos foi confiada pela Igreja. O critério principal de valorização das obras não é a sua rentabilidade, mas a sua correspondência com o carisma e a missão que a Ordem é chamada a realizar. Ser fiéis ao carisma requer atos de valentia: não se trata de vender tudo nem de ceder todas as obras, mas de discernir seriamente, mantendo os olhos bem fixos em Cristo e os ouvidos atentos à Sua Palavra e à voz dos pobres. Dessa maneira, nossas

¹⁷⁹ CONGRAGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones. Considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro* (6 de janeiro de 2018) 2; cf. FRANCISCO, *Audiência geral* (26 de agosto de 2020).

¹⁸⁰ Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 58; Cf. Id. *Audiência geral* (19 de agosto de 2020).

¹⁸¹ Cf. *Constituições* 49-57; 473-495.

¹⁸² CIVCSVA, *Economia ao serviço do carisma e da missão. Boni dispensatores multiformis gratiae Dei* [1P 4,10]. *Orientações* (2018).

obras podem, ao mesmo tempo, ser frutíferas para os projetos da Ordem e expressar a predileção de Deus pelos pobres¹⁸³.

Tudo isso implica repensar na economia, através de uma leitura atenta da Palavra de Deus e da história. Escutar o sussurro de Deus e o grito dos pobres, dos pobres de sempre e dos novos pobres; entender o que o Senhor pede hoje e, depois de tê-lo entendido, agir, com uma valente confiança na providência do Pai (cf. Mt 6,19), algo que, em tantos momentos da história, os agostinianos recoletos tiveram.

É certo que há problemas derivados da avançada idade de muitos religiosos e da complexa gestão de algumas obras, mas a disponibilidade a Deus far-nos-á encontrar soluções. Pode ser que o discernimento sugira reconsiderar uma obra que, talvez, se tenha tornado grande demais e complexa; talvez se possam encontrar formas de colaboração com os leigos, a diocese ou alguma congregação religiosa; ou se possa transformar a mesma obra de modo que continue, ainda que em outras modalidades, como obra da Igreja. Por tudo isso, é importante a comunicação e a colaboração dentro da Ordem, assim como com a Família agostiniana recoleta e a Igreja local. Dentro da Ordem, as diversas províncias não podem conceber-se de forma autorreferencial, como se cada uma vivesse para si mesma; os governos gerais tampouco podem ignorar as diferentes peculiaridades¹⁸⁴.

4.6. Ecologia integral e pobreza evangélica

Se nós quisermos viver a pobreza evangélica e optar pelos pobres, teremos que ser conscientes de que a degradação da terra acarreta consequências irreparáveis, sobretudo, para os mais pobres. Nossa terra, maltratada, requer uma “conversão ecológica”, uma “mudança de rumo”, para que o homem assuma a responsabilidade de “cuidar da casa comum”.

Deus não só criou tudo o que existe, mas, além disso, revela-Se a nós e Se nos dá em Jesus Cristo. Portanto, a partir da fé, há uma inter-relação entre a natureza e o homem. Daí que, “ao lado da ecologia da natureza, existe uma ecologia que podemos designar «humana», a qual por sua vez requer uma «ecologia social»”¹⁸⁵.

¹⁸³ Cf. FRANCISCO, *Mensagem ao II Simpósio Internacional sobre a gestão financeira*: “Em fidelidade ao carisma, repensar na economia dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica”, Roma (25 de novembro de 2016); FERNANDO TORRES, “Es el momento de otra visión y organización de la economía” en *Vida Religiosa. Monográfico 2/2020/ vol.128*; ENRIQUE LLUCH FRECHINA, *Transformar la economía desde el Evangelio. De una economía de la codicia a una economía solidaria* en Frontera Hegian 89 (Vitoria 2015)

¹⁸⁴ Cf. FRANCISCO, *Mensagem ao II Simpósio Internacional sobre a gestão financeira*: “Em fidelidade ao carisma, repensar na economia dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica”, Roma (25 de novembro de 2016).

¹⁸⁵ BENTO XVI, *Caritas in veritate* (2009) 51; cf. FRANCISCO, *Querida Amazonia* (2020) 41.

A pandemia de Covid-19 e a desolação criada pelo terrorismo, pelas guerras e pelas carestias deram-nos claras indicações da vulnerabilidade e da fragilidade de nosso mundo moderno, fortalecendo as palavras proféticas do Papa Francisco sobre a necessidade de cuidar da mãe terra.

Partindo da fé em Jesus, queremos escutar o “clamor da terra e o clamor dos pobres”¹⁸⁶. A partir dessa escuta à luz da fé, o Papa Francisco, na Encíclica *Laudato si'*, convida a refletir sobre a criação como casa comum; a íntima relação entre os pobres e a fragilidade do planeta; a convicção de que o mundo todo está conectado; a crítica às formas de poder derivadas da tecnologia, que ignoram o bem comum e agem sem ética; a busca de outros modos de entender a economia e o progresso; o reconhecimento do valor próprio de cada pessoa e o sentido humano da ecologia; a rejeição da cultura do descarte e a proposta de um novo estilo de vida¹⁸⁷.

A ecologia considera as relações entre os organismos vivos e o ambiente onde se desenvolvem. Quando se fala de «meio ambiente», indica-se particularmente uma relação, a que existe entre a natureza e a sociedade que a habita. Isso nos impede de entender a natureza como algo separado de nós ou como mera moldura da nossa vida. Estamos inseridos nela, somos parte dela e por ela estamos interpenetrados. Dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que leve em conta todos os fatores da crise mundial, propõe-se em *Laudato si'* uma ecologia integral que incorpore claramente as dimensões humanas e sociais¹⁸⁸.

Se não há ética nem moral no uso dos recursos naturais e na proteção do meio ambiente, não só se destrói a criação, mas se produz a deterioração da qualidade de vida humana e a degradação social. “Tendo em conta que o ser humano também é uma criatura deste mundo, que tem direito a viver e ser feliz e, além disso, possui uma dignidade especial, não podemos deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte na vida das pessoas”¹⁸⁹.

Ambiente humano e ambiente natural degradam-se juntos; não poderemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental se não prestarmos atenção nas causas relacionadas à degradação humana e social. De fato, a deterioração do ambiente bem como a da sociedade afetam de um modo especial os mais frágeis do planeta: “Tanto a experiência comum da vida cotidiana como a

¹⁸⁶ FRANCISCO, *Laudato si'* 49; cf. JAAZEAL JAKOSALEM, “Grito de la tierra, clamor de los pobres”, en Agustinos Recoletos, *Programa de formación permanente 2020: Profetas del Reino 10*.

¹⁸⁷ Cf. FRANCISCO, *Laudato si'* 16.

¹⁸⁸ Cf. FRANCISCO, *Laudato si'* 137-139.

¹⁸⁹ FRANCISCO, *Laudato si'* 43.

investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres¹⁹⁰.

E não só isso. O Papa Francisco adverte, ainda, que não costuma haver consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. Eles são a maior parte do planeta, milhões e milhões de pessoas. Hoje estão presentes nos debates políticos e econômicos internacionais, mas frequentemente parece que seus problemas são considerados como apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou de maneira periférica, quando não como mero dano colateral. De fato, na hora da ação concreta, são relegados frequentemente ao último lugar¹⁹¹.

Nós, agostinianos recoletos, não podemos ficar encerrados em nosso pequeno mundo, desprovidos de uma visão global da realidade para assumir a nossa responsabilidade e pronunciar-nos em defesa dos pobres, dos frágeis e vulneráveis, num debate dominado amiúde pelos interesses dos mais poderosos. “É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana. Não há fronteiras nem barreiras políticas ou sociais que permitam isolar-nos e, por isso mesmo, também não há espaço para a globalização da indiferença¹⁹². Por isso, é um bem para a humanidade que nós, fiéis, reconheçamos melhor os compromissos ecológicos que brotam da nossa fé. O destino de toda a criação passa pelo mistério de Cristo, que está presente desde a origem de todas as coisas: «Tudo foi criado por Ele e para Ele» (Cl 1,16)¹⁹³.

Frente a tantas necessidades e angústias que clamam a partir do coração dos povos explorados e empobrecidos, podemos responder a partir de organizações sociais, recursos técnicos, espaços de debate, programas políticos, e tudo isso pode ser parte da solução. Mas nós, como cristãos, não podemos renunciar ao anúncio do Evangelho e propor o encontro libertador com Jesus Cristo. Em repetidas ocasiões, o Papa Francisco tem afirmado que a Igreja não é uma empresa, nem uma agência humanitária ou uma ONG: a Igreja é enviada para levar todos para Cristo e para o Seu Evangelho¹⁹⁴.

E a nós, religiosos, a vivência da pobreza deveria implicar-nos no cuidado de toda a criação e motivar-nos numa formação permanente sobre a ecologia integral, para compreender que o meio ambiente é um dom de Deus e um patrimônio comum que deve ser cuidado, e não destruído. A ecologia integral pode ser um caminho de amor para sentir-se pobre e agradecido diante de Deus.

¹⁹⁰ FRANCISCO, *Laudato si'* 48.

¹⁹¹ Cf. FRANCISCO, *Laudato si'* 49.

¹⁹² FRANCISCO, *Laudato si'* 52.

¹⁹³ FRANCISCO, *Laudato si'* 99.

¹⁹⁴ Cf. FRANCISCO, *Audiência geral* (23 de outubro de 2013); *Audiência aos participantes no IV Fórum Mundial das ONGs de inspiração católica* (7 de dezembro de 2019).

Os problemas podem converter-se em autênticas oportunidades para descobrir que somos uma só família humana. O Espírito Santo é o artífice da comunhão: Ele é quem abre o encerro de nossos corações e nos ilumina para reconhecermos os nossos erros, quem nos inspira para pedir e outorgar perdão por ter-nos deixado arrastar por lógicas que dividem, levam a passar fome, isolam e condenam. Se fôssemos capazes de pedir perdão aos pobres e aos excluídos, então seríamos capazes também de arrepender-nos sinceramente do dano causado à casa comum¹⁹⁵.

Passados cinco anos da *Laudato si'*, o Papa Francisco assinou o documento *A caminho para o cuidado da casa comum*, preparado pela Mesa Interdicasterial da Santa Sé sobre a Ecologia Integral, em que se apresenta um total de 227 propostas para uma relação com a criação.

A primeira parte, "Educação e conversão ecológica", abre-se com o chamamento à conversão e a uma mudança de mentalidade que leve ao cuidado da vida e da criação, ao diálogo com o outro e à tomada de consciência da profunda conexão entre os problemas do mundo. Considera-se tutelar a vida e promover a família, a centralidade da escola e da universidade, a catequese, o diálogo ecumênico e a comunicação¹⁹⁶.

A segunda parte do documento trata do tema da alimentação e faz referência às palavras do Papa Francisco: «A comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre»¹⁹⁷. Daí a condenação do desperdício alimentar como um ato de injustiça, o convite a promover uma agricultura "diversificada e sustentável". Faz-se ainda um forte chamamento para que se combatam fenômenos como a concentração de terras, os grandes projetos agroindustriais contaminantes e para que se tutele a biodiversidade. Ecos deste chamamento encontram-se também no capítulo dedicado à água: o acesso a ela é "um direito humano essencial". Na mesma linha, lê-se o chamamento a reduzir a contaminação, a descarbonizar o setor energético e econômico, e a investir em energia limpa e renovável, acessível a todos. Por último, aborda a questão do clima, consciente de que tem uma profunda relevância ambiental, ética, econômica, política e social, que *repercute principalmente nos mais pobres*: portanto, é necessário "um novo modelo de desenvolvimento" que vincule de maneira sinérgica a luta contra a mudança climática e a luta contra a pobreza, em sintonia com a Doutrina Social da Igreja¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Cf. FRANCISCO, *Uma grande esperança. A guarda da Criação* (Città del Vaticano 2019) 31-64.

¹⁹⁶ Cf. MESA INTERDICASTERIAL DA SANTA SÉ SOBRE A ECOLOGIA INTEGRAL: *A caminho para o cuidado da casa comum. Cinco anos depois da Laudato si'* (18 de junho de 2020).

¹⁹⁷ FRANCISCO, *Laudato si'* 50.

¹⁹⁸ Cf. MESA INTERDICASTERIAL DA SANTA SÉ SOBRE A ECOLOGIA INTEGRAL: *A caminho para o cuidado da casa comum. Cinco anos depois da Laudato si'* (18 de junho de 2020).

Na perspectiva da nossa fé e da nossa pobreza, “a nossa atitude perante o presente do planeta deveria responsabilizar-nos e obrigar-nos a testemunhar a gravidade da situação. Não podemos ficar calados perante o clamor quando demonstramos os custos muito elevados da destruição e exploração do ecossistema. Não é tempo de continuar a olhar para o outro lado, indiferentes aos sinais de um planeta que está a ser saqueado e violado, por ganância de lucro e —muito frequentemente— em nome do progresso. Temos a oportunidade de inverter a marcha e de apostar num mundo melhor e mais saudável a legar às gerações futuras. Tudo depende de nós; se realmente o quisermos”¹⁹⁹.

A escuta do clamor da terra e do grito dos pobres e dos povos com os quais caminhamos, chama-nos a uma verdadeira conversão integral, com uma vida simples e sóbria, de união a Cristo e de fidelidade ao Espírito. Uma leitura orante da Palavra de Deus ajudar-nos-á a aprofundar e a descobrir os gemidos do Espírito, iluminando-nos num processo de conversão pessoal e comunitária, uma conversão da mente e do coração, que nos comprometa a relacionar-nos harmonicamente com a obra criadora de Deus, que é a “casa comum”²⁰⁰.

4.7. Uma história para contar, uma história para construir

É evidente que nosso compromisso com os pobres não começou agora; na verdade, temos necessidade de despertar hoje o espírito missionário, alentar o desejo de ir aonde a Igreja necessitar de nós e de continuar caminhando com os pobres. Ante os novos desafios sociais, temos de responder a partir da vitalidade do carisma e da força do Evangelho, quebrando moldes e unindo esforços numa rede de caridade solidária. A vida faz-se história. Nós temos uma história para contar e temos uma história para construir²⁰¹.

Façamos memória daqueles irmãos e irmãs que, ao verem as necessidades de seu tempo e movidos pela caridade, socorriam os pobres. Pensemos em São Nicolau de Tolentino, que entregava a vida para oferecer com alegria o pão, o amor e a esperança²⁰²; em Santo Tomás de Vilanova, “o pai dos pobres”²⁰³;

¹⁹⁹ FRANCISCO, *Carta ao Presidente da República da Colômbia por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente* (5 de junho de 2020).

²⁰⁰ Cf. ASSEMBLEIA ESPECIAL DO SÍNODO DOS BISPOS PARA A REGIÃO PAN-AMAZÔNICA, “Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral” (6-27 outubro de 2019) *Documento final* 17-18; Cf. FRANCISCO, *Querida Amazônia* (2020).

²⁰¹ Cf. JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* 110.

²⁰² Cf. PABLO PANEDAS GALINDO, *El Santo de la Estrella. San Nicolás de Tolentino* (Madrid 2005); LUCIANO RADÍ, *San Nicola da Tolentino* (Torino 2004).

²⁰³ Cf. MIGUEL SALÓN, *Vida de Santo Tomás de Villanueva, Arzobispo de Valencia. Ejemplo y norma de obispos y preladados* (El Escorial 1925); VARIOS, *Ponencias del Congreso Santo Tomás de Villanueva, postulado como Doctor de la Iglesia* (Valencia 23-25 de enero, 2018) em “Cuadernos de Investigación histórica” 35 (2018); ISAAC GONZÁLEZ MARCOS (ed.), *Santo Tomás de Villanueva. 450 Aniversario de su muerte* (Madrid 2005).

em Santo Ezequiel Moreno, que acolhia os pobres nas Filipinas, dava de comer aos que vinham esmolar junto ao convento de Monteagudo e emocionava-se percorrendo os Ihanos de Casanare, na Colômbia²⁰⁴; em Dom Frei Ignacio Martínez, que, com admirável caridade e sacrifício, evangelizava pelos igarapés do Rio Purus, no Amazonas (Brasil)²⁰⁵; na Bem-aventurada Madre Maria de São José, que dizia a suas irmãs: “Os que ninguém quiser receber, esses serão os nossos”²⁰⁶; em Dom Frei Alfonso Gallegos, que se prodigalizou na atenção aos imigrantes hispanos e advogou pelo futuro dos jovens em regiões depauperadas dos Estados Unidos²⁰⁷; nos missionários da China, tais como o Frei Mariano Gazpio²⁰⁸ e a Irmã Esperanza Ayerbe²⁰⁹, apóstolos do que hoje é Shangqiu, na China; na Irmã Cleusa, missionária agostiniana recoleta, que morreu em 1985 ao defender os indígenas na prelaia de Lábrea²¹⁰, e em tantos outros.

Nossa missão vê-se respaldada pela eficaz oração das nossas irmãs contemplativas. Recordemos os desvelos fundadores da Madre Mariana de São José e da Madre Antônia de Jesus, na Espanha²¹¹, da Madre Guadalupe Vadillo, no México²¹². uma vitalidade carismática que hoje se manifesta nas fundações da Costa Rica, da Colômbia, da Guatemala, do Brasil, do Quênia, das Filipinas e dos Estados Unidos. Contamos com o apoio fiel das fraternidades seculares e com o entusiasmo juvenil das JAR; todos eles, com sua oração e alegria, suscitam esperança missionária e permitem sonhar com um renovado compromisso social.

Ao considerar-se uma obra social realizada em épocas passadas ou mesmo no presente, costuma-se identificá-la e atribuí-la à pessoa que a dirigiu ou que tomou a iniciativa, mas não foi uma pessoa só que a levou a cabo. Pensemos na comunidade religiosa que a apoiou e manteve e, especialmente, valorizemos e admiremos a colaboração dos benfeitores e do povo fiel que, com seu trabalho, contribuição econômica e esforço, a tornaram possível.

²⁰⁴ Cf. ÁNGEL MARTÍNEZ CUESTA, *Beato Ezequiel Moreno. El camino del deber* (Roma 1975); Id. *Ezequiel Moreno. Santo de tres continentes* (Madrid 2006).

²⁰⁵ Cf. TEODORO CALVO MADRID, *El Apóstol del Amazonas. El siervo de Dios Mons. Ignacio Martínez* (Monachil 2005).

²⁰⁶ JOÃO PAULO II, *Homilia na beatificação* (7 de mayo de 1995); Dilia Barros, *Madre María de San José* (San Pedro de los Altos 1995).

²⁰⁷ Cf. JOHN OLDFIELD, *Alfonso Gallegos. Con los ojos del corazón* (Madrid 2020).

²⁰⁸ Cf. JOSÉ JAVIER LIZARRAGA, *Un camino de fidelidad. Mariano Gazpio, agustino recoleto* (Marcilla 2019); Id. *Mariano Gazpio. Siervo bueno y fiel* (Madrid 2015).

²⁰⁹ Cf. MARINA GARCÍA, *Esperanza Ayerbe. Misionera contemplativa* (Madrid 2016).

²¹⁰ Cf. ROSALINA MENEGHETTI, *Cleusa Carolina Rody Coelho. Sangre derramada* (Madrid 2015).

²¹¹ Cf. JESÚS DíEZ RASTRILLA, *Mariana de San José. Mística y fundadora* (Madrid 2017); SANTIAGO MARTÍNEZ LAZARO, *Antonia de Jesús. La hormiguilla de Dios* (Madrid 2018).

²¹² Cf. ÁNGEL MARTÍNEZ CUESTA, *Agustinas Recoletas. Fidelidad carismática* (1993).

Antes de empreender um breve percurso pelo século XX, detenhamos o olhar em duas obras sociais do passado, nas quais a caridade é criativa e abre caminhos para superar a necessidade com visão de futuro.

4.7.1. Evangelização da Ilha de Negros, nas Filipinas (1848-1898)

No século XIX, a principal contribuição da Ordem para o progresso do arquipélago filipino foi a evangelização e a promoção social da Ilha de Negros. Em 1848, ao assumirmos o ministério, aquela era uma ilha marginal. Seus cem mil habitantes achavam-se espalhados pelos montes e arrozais, e sobreviviam com uma agricultura rudimentar. Cinquenta anos depois, era uma das ilhas mais pujantes do arquipélago filipino, com uma população próxima ao meio milhão de habitantes, distribuídos em 47 povoações e atendidos por mais de setenta religiosos. A safra açucareira ascendeu de 189 toneladas em 1848, a mais de 110.000, em 1898. Simultaneamente, e em íntima conexão com este fenômeno, surgiram outros tão significativos como a atenção religiosa, a catequese e o aprimoramento do ensino primário, da atenção à saúde e das comunicações.

Artífices destacados deste espetacular progresso foram os missionários. Frei Fernando Cuenca (1824-1902), pároco de Talisay desde 1849 até a sua morte, foi quem impulsionou este labor. No princípio, dedicou suas energias à redução dos nativos a um povoado. Em seguida, pensou nas comunicações e no cultivo da cana-de-açúcar, em cuja promoção consumiu os melhores anos de sua vida. Construiu e aplicou pessoalmente a máquina hidráulica ao beneficiamento da cana.

Em 1898, quando a revolução obrigou os religiosos a sair de Negros, a Ordem não possuía propriedade alguma na ilha, apesar das centenas de milhares de hectares que ajudara a repartir entre centenas de agricultores.

4.7.2. A Fazenda do Centro (Espírito Santo, Brasil)

O progressivo empobrecimento dos campos no Estado do Espírito Santo (Brasil) forçou os colonos a buscarem outras terras. O Padre Frei Manuel Simón (1862-1937) propôs-se ajudar os colonos dos municípios de Anchieta e Guarapari nesse intento. Logo encontrou uma velha fazenda, abandonada desde a abolição da escravatura em 1888. Media quase quinze mil hectares e situava-se no termo do município de Castelo. Imediatamente, deu-se conta de seu valor e tratou dos meios de conseguir fundos para adquirir uma parte. Durante a visita canônica de 1908, comentou a ideia com o prior provincial, o qual a viu com agrado.

Em 1909, compraram-se os dois primeiros lotes. Depois de superar muitas dificuldades, o conselho provincial fez-se cargo da operação e, em 1914,

constituiu-se uma fundação. Por essa ocasião, a fazenda ficara reduzida a 6.118 hectares, dos quais a província se reservou 630. Os restantes 5.488 foram divididos em lotes de 50 hectares e entregues, em condições favoráveis, ao correspondente número de famílias. O colono devia efetuar o pagamento no prazo de dez anos, que começavam a correr no quinto ano após a assinatura do contrato. Nos dois primeiros anos, podiam contar com a ajuda dos religiosos, que se encarregavam do seu sustento. Em 1998, um daqueles colonos ainda recordava saudoso o ambiente de família que reinava então entre eles: *«Vivíamos aqui como irmãos, num ambiente de fraternidade, onde tudo era dividido»*. A Fazenda chegou a ser o centro econômico-social mais importante da região. A partir de 1916, os recoletos converteram-na também num importante centro evangelizador, percorrendo-a em todas as direções e dotando-a de doze capelas.

4.7.3. Apostolado social no século passado

Ampliemos agora o olhar em direção ao século XX. Em todo esse período, os agostinianos recoletos estiveram perto dos mais pobres, ainda que o grande número de ministérios e a escassez de religiosos impedissem-nos de realizar um trabalho mais coordenado. Iniciaram-se obras que existem ainda hoje, outras foram deixadas ou mudaram de orientação. O esforço por melhorar a qualidade de vida do povo tem sido constante. Os missionários, além de edificar igrejas, têm promovido a construção e a manutenção de escolas, de dispensários médicos, de moradias, de centros sociais e de refeitórios paroquiais²¹³.

Área educativa

No Panamá, com o intuito de proteger a cultura própria, estabeleceu-se uma escola em Canquintu, que hoje oferece estudos universitários. No Brasil, abriram-se escolas gratuitas em Ribeirão Preto e na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Atualmente, continuam-se apoiando economicamente escolas de cunho social no Rio de Janeiro (na favela do Vidigal) e em Breves (prelazia de Marajó). Nas Filipinas, ofereceram-se bolsas aos alunos e facilitaram-se moradias aos professores. A universidade de Bacólod empreendeu no barangay Handumanan um ambicioso projeto social, que incluía uma escola, moradias e um centro de saúde. Mencione-se ainda o trabalho que, desde 1966, vem desenvolvendo a Cidade dos Meninos, de Cartago (Costa Rica), na formação de crianças e jovens de escassos recursos. Em Serra Leoa (1996), tem-se ajudado desde o início os professores das aldeias.

²¹³ Extractamos algunos datos relevantes del material recopilado por Ángel Martínez Cuesta para el tomo III de la *Historia de los Agustinos Recoletos*.

Projetos sociais e pastorais

Na Colômbia, nas missões de Tumaco (1899-1947), graças ao trabalho tenaz, durante 20 anos, do Padre Frei Bernardo Merizalde, os recoletos introduziram o cultivo do arroz, impulsionando a construção da estrada de ferro, o traçado de uma estrada a Pasto, a inauguração de linhas de navegação marítima, fluvial e aérea, a instalação do telégrafo e, sobretudo, a abertura de vários centros de ensino. Em 1947, deixou-se a missão.

Em muitos dos nossos ministérios, abriram-se “Oficinas de Santa Rita”, que criaram um espírito de solidariedade entre os fiéis e distribuíram milhares de peças de vestuário aos pobres. As mais ativas foram as de Manizales (1909), onde, em 1926, já funcionavam doze equipes, e de Caracas (1936).

No Peru, os missionários de Chota promoveram a criação de cooperativas de poupança e crédito. Também foi eficaz o seu trabalho na promoção social do camponês e, principalmente, da mulher. Realizaram-se projetos para a construção de cozinhas e para melhorar as moradias.

Na prelazia de Bocas del Toro (Panamá), é notável o esforço inculturador dos missionários, desenvolvendo entre os indígenas guaimis uma evangelização integral, respeitando os seus valores culturais. Deve-se mencionar nesta prelazia a perícia de alguns religiosos no traçado de estradas e na construção de passagens, pontes e aquedutos.

No Brasil, há vários anos, trabalha-se na pastoral da terra, na pastoral indigenista e no desenvolvimento integral da Amazônia. Implantou-se também um programa de nutrição, prevenção e educação que tem contribuído para reduzir a mortalidade infantil. Realizaram-se projetos para a construção de moradias populares. Em 1993, iniciaram-se, na prelazia de Lábrea, os centros Esperança para impulsionar a pastoral social e da juventude; estes centros contam com o apoio da Fraternidade Secular de Lodosa (Espanha), constituída como ONGd em 1994, que organiza feirinhas e arrecada fundos com simplicidade espírito solidário.

A missão de Serra Leoa conta há anos com a colaboração provincial das Filipinas. Durante um tempo, realizaram-se projetos e receberam-se contêineres com material escolar e alimentos procedentes da solidariedade de colégios, de Haren Alde e de outras associações da Espanha. Contou-se ainda com a ajuda de paróquias da Espanha e da Inglaterra.

Os apadrinhamentos, às vezes questionados, são hoje ainda uma grande ajuda para que muitas famílias possam manter e educar os seus filhos.

Área de saúde

Na Venezuela, atendeu-se aos leprosários de Cabo Blanco e da Ilha Providência. Também na prelazia de Lábrea, os leprosos são acompanhados pastoralmente e promove-se a sua integração. Na Cidade do México, desde 1996, atende-se espiritualmente aos pacientes do Hospital Geral. A ajuda moral e material aos doentes de câncer na Colômbia é um fato, através da associação “Santo Ezequiel Moreno” (desde 1976), que conta com filiais em cerca de trinta cidades do país. A arrecadação de medicamentos e a atenção a dispensários paroquiais continuam sendo potencializadas em vários países.

Temos de reconhecer, não obstante, que a eficácia de várias dessas iniciativas se viu seriamente ameaçada pela escassez de pessoal qualificado, pela descontinuidade dos processos e pela falta de um planejamento comum.

4.7.4. Uma história para construir

Desde 1994, durante 25 anos, foi significativa a ajuda econômica prestada pela ONGd Haren Alde. Esta associação, assumida pela Ordem, procurou mostrar a dimensão social do carisma agostiniano recoleto e apoiou economicamente cerca de 300 projetos sociais. Contou com religiosos muito dedicados em sua direção e fomentou a colaboração de leigos profissionais e de voluntários. Mantiveram-se e financiaram-se os projetos com as contribuições de entidades públicas espanholas e doações de benfeitores. Em 2018, deu-se por concluído o seu serviço e optou-se por estabelecer uma rede solidária agostiniana recoleta que organizasse e dinamizasse o trabalho solidário em cada país.

Nos últimos anos, iniciaram-se novas obras sociais: no Brasil, o Centro social de Belém do Pará (2003), que presta um serviço de atenção médica com quinze especialidades, assistência social, voluntariado e projetos de formação. No dia 27 de agosto de 2008, inaugurou-se, em Fortaleza, o Lar Santa Mônica, dedicado à atenção e à prevenção de agravos a meninas vulneráveis. Na Cidade do México, desde 2006, o CARDI (Centro Agostiniano Recoleta de Desenvolvimento Integral) oferece um programa de voluntariado enquanto presta atenção e apoio às famílias dos pacientes do Hospital Geral e do Hospital Infantil. No Panamá, em 2014, criou-se um Banco de alimentos na paróquia San Lucas, que conta atualmente com o suporte de quatrocentas organizações beneficentes. Em Serra Leoa, construíram-se as escolas de nível secundário de Kamabai (2017) e de Kamalo (2019). Em 2017, a Ordem assumiu, em Cuba, uma área missionária, que atende atualmente quatro paróquias na diocese de Holguín (Banes, Antilla, Tacajó e Báguanos). Em 2017, intensificou-se a ajuda solidária à Venezuela, dada a situação social e política vivida pelo país.

Temos de reconhecer a colaboração e a responsabilidade dos leigos que, com suas contribuições econômicas e seu trabalho, solidarizam-se com os pobres. É preciso destacar o seu trabalho solidário nos grupos de Cáritas, no voluntariado, na atenção a refeitórios e a dispensários médicos, nos projetos sociais e na pastoral social que se faz nas paróquias de vários países. E, igualmente, devemos reconhecer e agradecer o labor dedicado e silencioso que hoje fazem tantos religiosos que confiam nos leigos e se esforçam para caminhar ao lado dos pobres e para promover um desenvolvimento integral e o cuidado da criação.

Constatamos um significativo aumento do voluntariado no próprio país e do voluntariado missionário. Esse serviço social requer abertura, confiança e dedicação por nossa parte²¹⁴. Não basta enviar voluntários, jovens ou adultos, a um ministério para que ali trabalhem; faz-se necessária hoje a formação, a identificação com a obra social e a disposição solidária para realizar na fé um serviço humanizador, que respeite as pessoas e sua cultura. Para impulsionar o voluntariado, é necessária a acolhida, a organização e o testemunho de vida das comunidades religiosas.

Com o fim de unir esforços em toda a Família agostiniana recoleta, de impulsionar a organização do apostolado social em cada país e de criar uma consciência solidária em todas as nossas comunidades e ministérios, criou-se, em 2017, a Rede solidária internacional agostiniana recoleta ARCORES.

Face aos desafios que hoje temos com vistas a sermos comunidades evangelizadoras, vivermos a pobreza, revitalizarmos o carisma com renovada fidelidade, sermos solidários com os pobres e cuidarmos da casa comum, não deixemos de recordar com gratidão o passado, vivamos o presente com paixão missionária e abracemos o futuro com renovada esperança²¹⁵.

²¹⁴ Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium* 106.

²¹⁵ Cf. FRANCISCO, *Carta a los consagrados* (2014) I, 1-3.

Favela do Rio de Janeiro (Brasil)



5

Orientações para viver a pobreza

O voto de pobreza é hoje um sinal de coerência, liberdade de espírito e disponibilidade apostólica. Recordemos as palavras de São Paulo VI em Medellín: “Somos muito observados: «spectaculum facti sumus» (1Cor 4, 9); o mundo nos observa hoje de modo particular com relação à pobreza, à simplicidade da vida, ao grau de confiança que pomos para nosso uso nos bens temporais”²¹⁶.

Em todos os países onde estamos –cada um com sua cultura e peculiar situação social–, como se de uma pandemia se tratasse, envolve-nos a indiferença e a cultura do descarte. Cresce a tensão entre o pessoal e o comunitário. O desejo de autorrealização entra às vezes em colisão com os projetos comunitários. A busca do bem-estar pessoal, seja este espiritual, seja material, dificulta a vivência da pobreza e a entrega ao serviço da missão comum. Enfim, determinadas visões excessivamente subjetivas do carisma e do serviço apostólico roubam força aos projetos comuns e ao trabalho em equipe²¹⁷.

Temo-nos habituado a grandes declarações, a recordar histórias do passado, a formular bons desejos; mas, na hora de vivermos a pobreza, não podemos ficar em belas teorias ou em postulados doutrinários. Teremos que recuperar a inquietude e a tensão para entrar em processos de conversão pessoal e de transformação das estruturas da Ordem.

Sabemos –e o sabemos muito bem– que a felicidade e a alegria que brotam do coração não nascem do possuir nem do desejar grandezas que superam a nossa capacidade, mas de sentir-nos pobres diante de Deus e próximos

²¹⁶ PAULO VI, *Homilia* Inauguração da II Assembleia do CELAM (24 de agosto de 1968).

²¹⁷ Cf. CIVCSVA, *O serviço da autoridade e da obediência* (2008) 3.

aos necessitados. Surge em nosso interior o desejo de “reavivar” a alegria, a disponibilidade e a radicalidade da pobreza evangélica para ouvir o clamor dos empobrecidos e da voz de Cristo neles. Seremos credíveis se formos coerentes e se transmitirmos a misericórdia e a paz do Senhor a partir do fundo do coração.

Aventuro-me agora a delinear algumas propostas concretas, e ofereço –para o melhor governo da Ordem– algumas orientações que propiciem a pobreza de espírito e a predileção pelos pobres. Se não houver gestos, decisões e mudanças audazes em cada um de nós e nas estruturas da Ordem, não viveremos a pobreza nem encontraremos o caminho da verdadeira alegria.

5.1. Itinerário pessoal

A pobreza de espírito é dom do Espírito Santo. Não há uma fórmula mágica nem uma receita; cabe discernir e arriscar. Não há uma pobreza típica, mas sim um perfil e um modo de ser pobre marcados pelo carisma, pela família, pela formação, pela cultura e pelas experiências pessoais. O Papa Francisco convida-nos a “semear inquietude com relação à pobreza e a ter o valor de interrogar-nos constantemente sobre o nosso estilo de vida”²¹⁸.

Com o desejo de convidar à reflexão e ao discernimento pessoal e comunitário, proponho algumas questões que nos temos de fazer com critérios evangélicos:

- 1ª. Temos de atrever-nos a pedir ao Senhor que nos conceda viver com alegria o voto de pobreza. Crescer na «pobreza de espírito», na humildade, na simplicidade, no reconhecimento dos dons dos outros, no apreço das realidades evangélicas, como «vida escondida com Cristo em Deus», na estima pelo sacrifício oculto, na valorização dos postergados, na dedicação a tarefas não remuneradas nem reconhecidas²¹⁹. Considerar sinceramente o que me falta e o que me sobra para viver com pobreza o carisma e a missão. Neste momento da minha vida, qual é a minha disponibilidade para ir a lugares mais pobres? Tenho de perguntar-me o que faço em concreto para servir aos irmãos da comunidade em que estou e qual é a minha relação com as situações de pobreza das pessoas vulneráveis do meu entorno.
- 2ª. A gravidade da crise ecológica e social que se vive hoje exige de todos nós que cuidemos da casa comum. O Papa Francisco, em *Laudato si'*, propõe-se “passar do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade,

²¹⁸ FRANCISCO, *Encontro com a União de Superiores Gerais* (29 de novembro de 2019).

²¹⁹ Cf. CIVCSVA, *Vida fraterna em comunidade* 44.

do desperdício à capacidade de partilhar, numa ascese que significa aprender a dar, e não simplesmente a renunciar. É um modo de amar, de passar pouco a pouco do que eu quero àquilo de que o mundo de Deus precisa. É libertação do medo, da avidez, da dependência²²⁰.

- 3ª. Pela profissão do voto de pobreza, cada um de nós renunciou à propriedade pessoal. Pela profissão solene, renunciámos definitivamente a todo e qualquer domínio sobre os bens, e inclusive à capacidade de adquirir outros. Na posse de bens, não só o religioso, também os superiores e a própria comunidade têm a responsabilidade de agir com diligência²²¹. Renunciámos ao “uso e usufruto particular” dos bens e ao livre uso do dinheiro, a não ser que o prior nos encomende temporalmente um serviço determinado. Não se permite a religioso algum possuir e acumular dinheiro procedente de doações pessoais, publicações, missas, mesada ou sobranço de férias. Todos nós temos de prestar contas. Nos casos em que um religioso precise abrir uma conta para receber aposentadorias ou realizar operações económicas, que o faça mediante permissão escrita do superior maior, que figure também, se possível, a assinatura do ecônomo local, e o interessado preste contas de forma periódica.
- 4ª. Nas províncias, tem-se difundido a prática de dar aos religiosos uma módica quantia mensal para pequenos gastos mais pessoais. O que começou como um pequeno detalhe converteu-se, nalguns lugares, em exigência de dispor de dinheiro para uso particular. Estabelece-se, ainda, uma quantia para as férias com a família. Não se entende que, quando há tanta pobreza, os religiosos tenham um “pecúlio” que lhes permite certa autonomia pessoal e acumulação, sem prestação de contas. Os capítulos e os diretórios provinciais terão que ser precisos nessa questão de modo a evitar a acumulação.
- 5ª. Nossa pobreza não está somente em não ter coisa própria, mas principalmente em não ter o coração apegado a coisa alguma, que é o fim ao qual se ordena a pobreza exterior²²². É pouco privar-nos de dinheiro se nos amarguramos a vida desejando ter objetos, alcançar títulos, receber reconhecimentos e privilégios. Não é próprio de pessoas que entregaram a vida, e querem viver a pobreza, possuir em particular, guardar às escondidas para sentir-se seguras ou dar presentes a outros para angariar simpatias.
- 6ª. Na formação inicial e permanente da Ordem –também em nossos centros educativos e ministérios– é necessário insistir no sentido da

²²⁰ FRANCISCO, *Laudato sí'* 9; cf. *Ibid* 201.

²²¹ Cf. *Código de Direito Canônico* c. 600; *Constituições* 54.

²²² Cf. *Forma de viver* 4,1; *Constituições* 47-55.

pobreza evangélica, promover uma adequada formação em Doutrina Social da Igreja²²³ e alentar um renovado compromisso com os pobres e com o cuidado da criação.

- 7ª. Uma característica da pobreza na Ordem é a de pedir quando se necessita de algo, quer ao prior, quer ao ecônomo. Os ecônomos sejam respeitosos com os religiosos e procurem que tenham dinheiro suficiente ante uma situação imprevista; em seguida, o religioso em questão preste contas do dinheiro recebido²²⁴. Não nos ajudam a desconfiança ou a estreiteza de visão por parte do ecônomo, nem tampouco a atitude do irmão que quer gastar sem prestar contas.
- 8ª. Quando um religioso vir que seus pais ou familiares se encontram em necessidade, deve acudir com confiança ao Superior maior e expor-lhe a situação. Não é o religioso por sua conta quem deve conseguir dinheiro para ajudar a própria família. Este discernimento corresponde ao Superior maior com seu conselho, que ajudarão a quem realmente necessitar, evitando privilégios²²⁵.
- 9ª. Teremos que pensar e entender que nossas particulares necessidades não são as necessidades de todos, muito menos as daqueles que não dispõem do necessário para viver. Pensemos nos modelos de automóveis que compramos, no número de aparelhos eletrônicos de uso pessoal que temos e no desejo de possuir os modelos de “última geração”, buscando justificativas sem preocupar-nos com o gasto que supõem nem com a serventia que vão ter.
- 10ª. Temos que discernir com espírito de fé e critérios morais como libertar-nos das novas dependências que surgem do mau uso de meios que facilitam a nossa vida e trabalho apostólico: internet e redes sociais, televisão ou cartão de crédito, entre outros. Também neste aspecto precisamos de ascese e de responsabilidade, para não perdermos o tempo, nem evadirmos o trabalho e o serviço pastoral.
- 11ª. A pobreza requer domínio de si, ascese e agir com responsabilidade para privar-nos do que prejudica a saúde, como o cigarro ou as bebidas alcoólicas, e não nos deixarmos levar compulsivamente por objetos de consumo, ante as modas e a facilidade para comprar *on line* sem necessidade.
- 12ª. Não se entende que um religioso que optou pela pobreza não se esforce para ser educado, cuidar da higiene pessoal, vestir com dignidade, estar

²²³ BENTO XVI, *Discurso inaugural de Aparecida* (13 de maio de 2007) 3.

²²⁴ Cf. *Constituições* 54; 478-481.

²²⁵ Cf. *Código adicional* 56.

disponível para o serviço e velar pelo comum. Nestes aspectos, também teríamos de ajudar-nos mutuamente com a correção fraterna, realizada com respeito e sempre motivada pela caridade²²⁶.

- 13ª. Cada religioso trabalhará segundo as próprias possibilidades e segundo o *Projeto de vida e missã* da comunidade. Pelo trabalho, une-se e serve aos irmãos, aperfeiçoa-se a si mesmo, contribui para a economia da comunidade e associa-se à obra criadora de Deus²²⁷. Não é questão de ganhar dinheiro, mas de serviço e entrega pessoal. Como pobres que queremos ser, teremos que levar em conta as horas que trabalhamos e a atitude com que o fazemos.
- 14ª. A comunidade determinará em seu *Projeto de vida e missão* seu compromisso social e as ajudas a ARCORES ou outras instituições caritativas. Pode ajudar a fomentar um singelo diálogo sobre a pobreza, a gestão dos bens, as privações e as dificuldades econômicas por que passam os pais de família, os idosos, os estudantes, os doentes.
- 15ª. As comunidades que atendem ministérios ou centros educativos de nível social mais alto não se podem considerar autossuficientes e desentender-se do fundo comum da província, ao qual têm de contribuir segundo o estabelecido no próprio estatuto. Os religiosos que estão nestes ministérios não devem considerar-se com privilégios para o uso do dinheiro, nem eximir-se de prestar contas. Tem-nos prejudicado a permissividade dos superiores, assim como um conceito errôneo da economia e da pobreza, que leva a estimar que possamos gastar como quisermos o dinheiro que administramos.
- 16ª. Todos os anos, dispomos de uns dias de férias para estar com a família ou descansar. Não é próprio de quem fez profissão de pobreza evangélica aspirar a férias de ricos. Não há coerência entre a opção de pobreza e o afã de visitar países e de desfrutar de uma vida social própria de pessoas abastadas. Sob o pretexto de sentir-nos liberados e de termos amigos ricos, fácil é identificar-nos com o estilo de vida deles e deixar-nos levar por critérios mundanos que não encaixam com o espírito de pobreza que professamos.
- 17ª. Na atenção às fraternidades seculares e às comunidades JAR, temos de oferecer com simplicidade e clareza, a partir da experiência do carisma agostiniano recoleto, uma proposta de pobreza libertadora que os ajude a sentir-se solidários com os pobres e a comprometer-se, como membros da família agostiniana recoleta, com as iniciativas sociais em que a Ordem está envolvida através de ARCORES.

²²⁶ Cf. SANTO AGOSTINHO, *Regra*, 4, 7-9; *Comentário ao Salmo 50,1*; *Constituições 17*.

²²⁷ Cf. *Constituições 53*.

5.2. Processo e compromisso comunitário

Já indicamos que não basta sermos pobres pessoalmente se pertencemos a instituições ricas, que acumulam bens sem limite, garantindo-nos todas as seguranças e um estilo de vida próprio de ricos. A pobreza vivida segundo o carisma da Ordem questiona-nos não só pessoalmente; mas interpela também as atitudes e comportamentos de cada uma das comunidades, de cada província e da própria Ordem.

A vida fraterna em comunidade, “como expressão da união realizada pelo amor de Deus, além de constituir um testemunho essencial para a evangelização, tem grande importância para a atividade apostólica e para sua finalidade última”²²⁸. Pede-se de nós, religiosos, que sejamos especialistas em comunhão²²⁹; a comunhão requer uma positiva e confiante relação humana, e comunicação. Hoje, na Ordem, precisamos trabalhar em equipe para discernir, coordenar e assumir os processos operativos com sustentabilidade e renovada esperança. Não podemos estar continuamente abandonando os projetos iniciados e começando outros novos.

O 55º Capítulo Geral acolheu as propostas que o Papa Francisco nos fez: que «sejamos criadores de comunhão», «reflitamos o ideal dos primeiros cristãos» e «sejamos profecia vivente de comunhão», para que não haja divisões, nem conflitos, nem exclusões²³⁰. A ação evangelizadora, transformadora e solidária compromete-nos a responder de forma comunitária aos desafios existenciais que surgem nos países e nas diversas realidades em que estamos presentes. A fidelidade ao carisma, a vivência da pobreza evangélica, a caridade solidária, a opção preferencial pelos pobres e o cuidado da criação interpelam-nos e reclamam de nós um processo e um compromisso comunitário.

O Papa Francisco recorre à metáfora da rede para expressar a “união” na comunidade: “Uma comunidade é tanto mais forte quando mais for coesa e solidária, animada por sentimentos de confiança e empenhada em objetivos compartilháveis”²³¹. A comunhão e a missão obrigam-nos a unir esforços e a estar unidos em rede, como Ordem e como família agostiniana recoleta. Somos conscientes das dificuldades que surgem para “estarmos em rede”, assumindo a responsabilidade sem protagonismo, buscando a *comunhão* pondo os meios que temos à disposição de todos. Com a força do Espírito, poderemos perceber o sinal destes tempos e reconhecer a ação de Deus nas vicissitudes humanas.

²²⁸ CIVCSVA, *em comunidade 2*.

²²⁹ Cf. CONGREGAÇÃO PARA OS RELIGIOSOS E INSTITUTOS SEculares (SCRIS), *Religiosos e promoção humana* (1980) 24; JOÃO PAULO II, *Vita consecrata* (1996) 46; FRANCISCO, *Carta aos consagrados* (2014) I, 2.

²³⁰ Cf. FRANCISCO, *Discurso aos participantes no Capítulo Geral dos Agostinianos Recoletos* (20 de outubro de 2016).

²³¹ FRANCISCO, *Mensagem para o 53º Dia Mundial das Comunicações Sociais* (24 de janeiro de 2019).

Nos processos de reestruturação das províncias, quase sempre se incluiu o critério de atender às missões e de ser solidários com os pobres; mas mudamos pouco na prática. Teremos que perguntar-nos por que nos preocupamos mais com manter os ministérios acomodados que com arriscar naqueles em que há mais pobres ou que requerem maior trabalho e entrega. Partindo da nossa limitação e pobreza, é preciso discernir e tomar decisões para impulsionar novos projetos comuns de pastoral e de compromisso com os pobres em cada uma das nossas jurisdições. Precisamos de gestos concretos e reais que nos atinjam o coração e o bolso. Cada comunidade, cada paróquia e cada colégio poderiam comprometer-se mais com as obras sociais da Ordem e da própria diocese. Repetidas vezes, com tom profético, o Papa Francisco recorda-nos as frases fortes dos Santos Padres, como São João Crisóstomo: “Não partilhar com os pobres os próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida. Os bens que possuímos não são nossos, mas deles”²³².

O dinheiro existe para servir, não para governar. E os bens temporais da Ordem, das províncias e de cada comunidade, são um instrumento a serviço do carisma e da missão. Segundo o Código de Direito Canônico, são também “bens eclesiais” (c. 635, 1) e, portanto, ordenados a um fim consentâneo com a missão da Igreja (cf. c. 114 § 1), «para desempenharem em nome da Igreja o múnus próprio que lhes foi confiado em ordem ao bem público» (c. 116 § 1).

A nós, todavia, imersos como estamos na sociedade de consumo, custa-nos entender que os bens da Ordem e de cada província sejam bens eclesiais. Isso significa que a rentabilidade não é o único critério de gestão; deve-se levar em conta a fidelidade ao carisma, à missão e à solidariedade com os pobres. Um atento discernimento é o meio para repensar em nossa economia e no sentido que tem. A tal escopo se dirigem os seguintes apontamentos.

1º. De nada serve que estejamos a considerar a macroeconomia e os princípios da pobreza se não aterrissamos na própria comunidade e na vida de cada dia. Cada comunidade de agostinianos recoletos, como indicam as Constituições, “se há de distinguir por uma honesta sobriedade em tudo: melhor é ter poucas necessidades do que abundar em riquezas. Não só os religiosos em particular, mas as próprias comunidades deem testemunho coletivo de pobreza evangélica ante o povo de Deus. A Ordem evite cuidadosamente toda manifestação de luxo, de lucro imoderado e de acúmulo de bens, a fim de que a pobreza resplandeça sempre e em tudo”²³³.

²³² FRANCISCO, *Discurso aos Embaixadores do Quirguistão, Antigua e Barbados, Luxemburgo e Botswana acreditados junto à Santa Sé* (16 de maio, 2013); SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, *Homilia sobre Lázaro*, 1, 6.

²³³ *Constituições* 51.

2º. As Constituições, como já indicamos, assinalam que os bens temporais da Ordem “são, de certo modo, sagrados” e que “devem ser usados para os fins que, de acordo com a doutrina de Cristo Senhor e o ordenamento da Igreja, tornam lícita a sua posse: para o culto divino, a manutenção das casas de formação, o digno sustento da comunidade, as obras de apostolado e para ajudar os mais necessitados”²³⁴.

3º. Ao Capítulo Geral, que, «nos termos das Constituições, tem a autoridade suprema no instituto» (c. 631 § 1), compete fixar as orientações fundamentais em matéria econômico-administrativa para a Ordem toda²³⁵. O Capítulo Geral terá que discernir e decidir as modificações que considerar necessário fazer no capítulo 9 das Constituições e na gestão dos bens. Destacamos, por sua importância e novidade:

- a) Diretório econômico: Aprove o Capítulo Geral um *Directorio económico* que, à luz da experiência amadurecida com o tempo, favoreça a atuação de medidas que sejam o mais possível conformes ao carisma da Ordem, à sua missão e ao conselho evangélico de pobreza²³⁶.
- b) Estabeleça o Capítulo a quantia máxima para os atos de administração extraordinária de cada província, e concretize os trâmites necessários (cf. c. 638 § 1 e c. 1281).
- c) O “Conselho econômico e de patrimônio”, que já está estabelecido na Ordem como órgão que depende do Prior geral e de seu Conselho, deve desempenhar sua função de orientar o Conselho general e supervisionar os bens das províncias. Estas, por sua vez, têm também o seu “Conselho econômico e de patrimônio”. Para que seja operativo, suas funções hão de estabelecer-se no diretório econômico de cada província. Os conselhos econômicos provinciais têm que exigir a prestação de contas e estabelecer um programa administrativo com a colaboração de profissionais leigos.
- d) Convém estabelecer um regulamento administrativo nas obras de relevância social²³⁷, assim como procedimentos de controle interno, levando a cabo, se for o caso, auditorias internas²³⁸. Estamos em diversos países e a legislação varia de uns para outros. A confiança exige competência e transparência. Através de normas do direito próprio, determinar-se-ão formas de auditoria interna que permitam

²³⁴ *Constituições* 473.

²³⁵ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 58.

²³⁶ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 58.

²³⁷ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 62.

²³⁸ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 67.

aos conselhos, mediante um sistema equilibrado de autorizações preventivas, prestação de contas e comprovações sucessivas, velar pela atividade do ecônomo, do representante legal e dos profissionais encarregados²³⁹.

- e) O patrimônio estável seja formado pelos bens imóveis e móveis que garantam a subsistência das nossas instituições. A designação dos distintos bens que integram o patrimônio estável deve ser periodicamente avaliada. O Direito Canônico requer uma legítima designação, independentemente da qualificação que o patrimônio estável possa ter na legislação civil dos diversos países. Sejam claramente definidos os critérios para a gestão do patrimônio estável²⁴⁰.
- f) O dever de prestar contas. É da responsabilidade do Prior geral, dos priores provinciais, dos vigários provinciais e dos priores locais, que cada comunidade preste suas contas com clareza e transparência. Obrigação sua é verificar e instaurar auditorias para garantir a boa administração e a finalidade das obras e instituições. O prior provincial não deve permitir que se enviem as contas da comunidade assinadas por um só religioso. Nos países em que a economia for centralizada, o ecônomo provincial há de informar periodicamente ao prior local, ao ecônomo e à comunidade acerca do balanço de contas do centro educativo ou da obra apostólica. Nós todos temos de ser discretos e responsáveis²⁴¹.
- g) Arquivo econômico-administrativo. A Ordem e as províncias disporão de um arquivo econômico-administrativo (cf. c. 1283-1284) para assegurar uma organização administrativa e contábil eficiente. Cuidar-se-á com diligência da atualização permanente do inventário dos bens imóveis, da catalogação e conservação das escrituras e apólices de seguros²⁴².
- h) Perguntemo-nos por que nos empenhamos em manter edifícios, obras, estruturas e serviços apostólicos que não respondem às necessidades atuais. É necessária uma renovada consciência para abandonar a mentalidade assistencialista que cobre as perdas de uma obra sem resolver os problemas de gestão e representa um enorme dano, porque dissipa recursos que poderiam utilizar-se em outras obras de caridade²⁴³. Recordemos as palavras do Papa

²³⁹ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 59-69.

²⁴⁰ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 38-40; 72.

²⁴¹ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 91.

²⁴² Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 93.

²⁴³ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 15.

Francisco aos consagrados: “De vós espero gestos concretos de acolhimento dos refugiados, de solidariedade com os pobres, de criatividade na catequese, no anúncio do Evangelho, na iniciação à vida de oração. Consequentemente, almejo a racionalização das estruturas, a reutilização das grandes casas em favor de obras mais cônsonas às exigências atuais da evangelização e da caridade, a adaptação das obras às novas necessidades”²⁴⁴.

- i) Nos investimentos financeiros que forem feitos com os nossos bens econômicos, havemos de proceder sempre com critérios éticos e morais, mesmo à custa de obter menores benefícios. Ainda que nossa contribuição não seja senão um pequeno gesto, os superiores e ecônomos devem exigir e garantir que não apoiemos associações contrárias à dignidade das pessoas, promovendo a exploração do pobre, o tráfico de drogas, a venda de armas e tudo aquilo que se opuser ao bem comum, ao meio ambiente e a uma ecologia integral²⁴⁵.
- j) A comunhão de bens requer contribuir para o bem comum e evitar economias paralelas nas comunidades, nas províncias e na Ordem. Os superiores têm a obrigação de supervisioná-lo com a ajuda de pessoas qualificadas, a fim de evitar personalismos e investimentos privados, ainda que se destinem a obras sociais.
- k) Nas obras sociais promovidas pela Ordem ou nas que participem comunidades ou religiosos, estejamos abertos a colaborar e a estabelecer convênios com os Bispos, instituições diocesanas e outras congregações religiosas, impulsionando a comunhão, a evangelização, o desenvolvimento integral e a solidariedade²⁴⁶. Podem determinar-se ainda alianças com entidades privadas que trabalham denodadamente pelo fim da pobreza e pelo empoderamento dos empobrecidos. Religioso algum deveria ter contas em seu próprio nome nem dispor do dinheiro de obras sociais sem a explícita permissão do Superior maior e sem a supervisão de ditas contas por parte do conselho econômico, ainda que a obra não pertença à Ordem.

4º. “Os ecônomos desempenham seu ofício segundo as diretrizes e sob a vigilância do respectivo superior, mas de modo que toda a administração econômica, seja ela qual for, se realize sempre com a intervenção do ecônomo, que deve assistir aos conselhos e dar-lhes o seu parecer, quando

²⁴⁴ FRANCISCO: *Carta aos consagrados* (2014), II, 4.

²⁴⁵ Cf. FRANCISCO: *Evangelii gaudium* 200-208; *Laudato si'* 154-158.

²⁴⁶ Cf. CIVCSVA, *Economia a serviço do carisma e da missão* 94-95.

se tratar de temas econômicos, ainda que não tenha direito a voto²⁴⁷. É de responsabilidade dos superiores maiores e de seus conselhos tomar as decisões e exigir a transparência na gestão econômica. Em cada comunidade, o prior e o conselho local devem assumir também esta responsabilidade, informando à comunidade local acerca da gestão das obras, centros educativos e paróquias a ela encomendados.

- 5°. Responsabilidade, transparência e confiança. Os três princípios são uma exigência do voto de pobreza para todos os religiosos, para os ecônomos e, de modo especial, para os que exercem cargos de governo nas comunidades, nas vigararias, nas províncias e na Ordem. Não é só questão do ecônomo ou do conselho de economia, mas do superior, dos conselhos e de toda a comunidade. Hoje, todos nós temos que prestar contas e cumprir as leis civis. Prestar contas e justificá-las deve ser motivo de confiança e sinal de pobreza. Não devem aceitar-se as contas das casas que não estiverem incluídas no programa de economia da província e não forem assinadas pelo superior e pelo respectivo conselho. Tanto os irmãos que estão em lugares mais acomodados como os que estão em ambientes mais pobres hão de prestar contas. A transparência na economia não impede a generosidade, antes, facilita-a e contribui para uma solidariedade equitativa sem favoritismos.
- 6°. A comunhão de bens deve ser efetiva. Para isso, devem-se estabelecer os meios legais para contribuir com o patrimônio estável das províncias e para que, quando o prior provincial e seu conselho assim o decidirem, bens econômicos possam ser transferidos a outras vigararias e seja possível contribuir com a manutenção das casas de formação ou com obras em outros países.
- 7°. A comunhão de bens propicie também a colaboração com a Cúria geral, com outras províncias e com a Família agostiniana recoleta, consolidando a rede solidária agostiniana recoleta ARCORES, para que possamos desenvolver projetos sociais comuns em cada país e ser solidários em situações de emergência²⁴⁸.
- 8°. O apostolado social não é exclusivo dos religiosos. Precisamos tomar consciência de que é uma missão compartilhada que requer comunhão eclesial, corresponsabilidade e solidariedade. Temos que evitar os grupos fechados e dependentes de algumas pessoas; temos de estar abertos à intercongregacionalidade, somando forças ante a necessidade. Em nossas paróquias e centros educativos, temos de promover o voluntariado católico, oferecer programas de formação e preparar projetos solidários

²⁴⁷ *Constituições* 476.

²⁴⁸ Cf. *Constituições* 491-494.

avaliáveis que facilitem, em cada país, o encontro pessoal com os mais pobres.

9°. O pároco não pode atuar na administração da paróquia como “dono”, à custa dos fiéis e da comunidade. Segundo o Código de Direito Canônico, o conselho de assuntos econômicos é obrigatório em todas as paróquias (cf. cc. 115,2; 492,1). Este conselho pode desempenhar um papel de particular importância para fazer crescer a cultura da corresponsabilidade, da transparência administrativa e da ajuda às necessidades da Igreja. Em particular, há de entender-se a transparência não só como uma apresentação formal de dados, mas principalmente como devida informação à comunidade e uma proveitosa oportunidade para envolvê-la na formação²⁴⁹.

10°. A questão dos estípidios no ministério sacerdotal afeta também a pobreza pessoal e comunitária dos religiosos. Segundo a Instrução “A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja”, as ofertas pela celebração dos sacramentos devem ser “um ato livre” da parte do ofertante e não um “preço a pagar” ou uma “taxa a exigir”, como se se tratasse de “imposto sobre sacramentos”. Nesse sentido, é importante sensibilizar os fiéis para que contribuam livremente às necessidades da paróquia, que são “coisa sua”. Com o propósito de chegar a isso, exorta-se aos sacerdotes que deem um exemplo virtuoso no bom uso do dinheiro, seja com um estilo de vida sóbria e sem excessos em nível pessoal, seja com uma gestão transparente dos bens paroquiais, comensurada sobre reais necessidades dos fiéis, sobretudo os mais pobres e necessitados²⁵⁰.

11°. Um centro educativo agostiniano recoleto não pode ter como finalidade a obtenção de recursos econômicos, nem a utilidade que se há de dar a um edifício. Não basta ter um colégio ou universidade: nossos centros educativos têm de ser autenticamente católicos e agostinianos, com um explícito objetivo evangelizador²⁵¹. A pobreza evangélica é um valor de referência para todo cristão e, portanto, para a educação católica²⁵². Os centros reger-se-ão por estatutos próprios, aprovados pelo prior provincial com o consentimento de seu conselho²⁵³.

²⁴⁹ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja* (20 de julho de 2020), 101-107.

²⁵⁰ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *A conversão pastoral da comunidade paroquial a serviço da missão evangelizadora da Igreja* (20 de julho de 2020), 118-121.

²⁵¹ Cf. FRANCISCO, *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Christus vivit*, 221-223.

²⁵² Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, Congresso “Educar Hoje e Amanhã. Uma paixão que se renova” (21 de novembro de 2015).

²⁵³ Cf. *Código adicional* 315.

- 12°. Nossos centros educativos têm o desafio de harmonizar a excelência acadêmica com o desenvolvimento integral, educando a mente e o coração²⁵⁴. Não podemos agir como nos parecer, é necessário trabalhar em rede para oferecer planos concretos e contextualizados, promovendo a cooperação, a cidadania global, o cuidado da criação, a justiça e a solidariedade com os pobres²⁵⁵. Esses aspectos propostos pela Igreja, embora tenham sido assumidos de maneira muito concreta nas Constituições²⁵⁶, ainda requerem uma mudança de mentalidade em muitos de nossos centros. Se pretendermos uma educação integral, ao dispor de menos religiosos, teremos que gastar mais dinheiro em nossas plataformas evangelizadoras educativas²⁵⁷, na formação de leigos diretos e educadores, no ensino da religião, na pastoral, no voluntariado, na oferta de assistência social e nas bolsas de estudo. Para alcançar os objetivos de nossos centros educativos, constituiu-se a rede EDUCAR.
- 13°. A pobreza e a limitação experimentam-se de maneira mais intensa na enfermidade e na etapa de menos atividade, devido à idade avançada. Nestas situações, novas dificuldades se apresentam, mas, na perspectiva da fé, é uma etapa fecunda e apostólica pelo amor, pela oração e pela união com os sofrimentos de Cristo. Pouco credíveis serão a nossa pobreza e as nossas atividades sociais, se não nos sentimos implicados no cuidado dos enfermos da própria comunidade ou da província. Não só os encarregados, mas também os jovens e os adultos têm de servir e manifestar seu afeto e proximidade para com eles.
- 14°. Nossa presença missionária ou em ministérios com os mais desfavorecidos não chega a 8% dos religiosos da Ordem²⁵⁸. É verdade que somos menos e de idade mais avançada em várias partes do mundo; mas algo se passa quando preferimos colégios e paróquias de nível médio ou alto e nossa preocupação não são os pobres. A reestruturação com que há anos sonhamos parece paralisada e neutralizada; terá sido apenas um pequeno sobressalto se não avançarmos no processo de transformação de que necessitamos. Não podemos tomar decisões audazes com novos projetos, deixando de lado outros, que os sacerdotes diocesanos ou os leigos poderiam assumir? Apostar em presenças pobres e entre os pobres só é possível a partir de uma atitude de disponibilidade, de desprendimento e de debilidade. Fazer uma opção clara e firme pelas

²⁵⁴ Cf. *Projeto Educativo Institucional da Ordem dos Agostinianos Recoletos*, Roma 2015.

²⁵⁵ Cf. FRANCISCO, *Mensagem para o lançamento do Pacto educativo global* (12 de setembro de 2019).

²⁵⁶ Cf. *Constituições* 308.

²⁵⁷ Cf. FRANCISCO, *Christus vivit*, 221-223.

²⁵⁸ São ao todo 75 os religiosos que estão no que consideramos missões: Serra Leoa, Cuba, Indonésia, China, Taiwan, no Vicariato de Trinidad (Colômbia) e nas Prelazias de Lábrea (Brasil), Marajó (Brasil), Bocas del Toro (Panamá) e Chota (Peru).

missões e pelas periferias existenciais exige a audácia e a valentia de quem está verdadeiramente comprometido com o Reino de Deus.

15°. Energia renovável. Em nível global, a *Laudato si'* insiste na necessidade de substituir progressivamente as tecnologias baseadas sobre recursos de combustíveis fósseis, particularmente contaminantes, por energias renováveis. Temos de comprometer-nos com optar pela transição energética e promover as energias renováveis nos projetos de construção, em centros educativos, paróquias e obras sociais e inclusive nos investimentos financeiros. Onde isso não for possível, procuremos pelo menos alternativas menos danosas para o meio ambiente²⁵⁹.

16°. A Ordem, as províncias, cada comunidade religiosa, centro de espiritualidade, centro educativo ou paróquia, todos somos chamados a viver em coerência com o indicado na *Laudato si'*, assumindo iniciativas de educação e formação na ecologia integral, a coleta diferenciada e o descarte de detritos, a utilização de meios de transporte menos poluentes, um consumo crítico e circular, melhores sistemas de isolamento energético, investimento ético, abolição de plásticos descartáveis, cuidado dos espaços verdes e tantas outras medidas de consumo responsável²⁶⁰.

5.3. Rede solidária internacional agostiniana recoleta

A Família agostiniana recoleta sonha em ser significativa na Igreja e no mundo, anunciando o Evangelho a partir da vitalidade do carisma recebido. O Espírito nos une aos religiosos, irmãs contemplativas, congregações femininas, leigos das fraternidades e jovens das JAR. Une-nos, na diversidade e na fidelidade ao próprio carisma, na escuta da Palavra e na contemplação, no fato de sermos criadores de comunhão, de sermos solidários com os pobres e de anunciarmos o Evangelho com alegria e esperança.

A partir da inquietude que surgiu no Capítulo Geral de 2016, a Comissão de apostolado social foi perfilando o projeto da Rede solidária internacional ARCORES para desenvolver em toda a nossa Família a dimensão social do carisma. ARCORES oferece-nos a oportunidade de superar as fronteiras e as divisões, para contribuir com a construção da paz num mundo justo e solidário. Com a força que vem do Espírito de Cristo e a vitalidade do carisma que recebemos, podemos unir forças, conhecimentos e experiências, para preparar

²⁵⁹ Cf. MESA INTERDIOCESEANAL DA SANTA SÉ SOBRE A ECOLOGIA INTEGRAL: *A caminho para o cuidado da casa comum. Cinco anos depois da Laudato si' II*, 3, pág. 133-141.

²⁶⁰ Cf. MESA INTERDIOCESEANAL DA SANTA SÉ SOBRE A ECOLOGIA INTEGRAL: *A caminho para o cuidado da casa comum. Cinco anos depois da Laudato si'*. Conclusão, pág. 217.

e desenvolver projetos solidários no próprio país e nos diversos lugares onde a Família agostiniana recoleta se faz presente.

O Papa Francisco acabava de publicar a sua Encíclica *Laudato si'*, em que chama cada cristão a comprometer-se com o nosso mundo. Porque a terra é obra divina, criada por Deus. Por isso, é nosso dever cuidar da criação e de todos os seus habitantes para que não se produzam injustiças. O Papa explica que “é fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza”²⁶¹.

Esta abordagem, que implica mudanças na dimensão pessoal, social e estrutural, é o que a Rede solidária internacional agostiniana recoleta ARCORES tem assumido desde o seu começo. Tal como se consigna em sua visão, “ARCORES Internacional sonha com um mundo livre de pobreza, em que prime a promoção dos direitos humanos –econômicos, sociais e culturais–, a justiça social, a solidariedade, a paz e a integridade da criação sobre outros interesses econômicos e/ou políticos; em que todas as pessoas e povos possam desenvolver-se, sem discriminação alguma, e possam exercer seu direito a participar de forma equitativa para melhorar seu bem-estar”²⁶².

Trata-se, portanto, de intensificar a consciência social, criar comunhão na diversidade e promover a caridade solidária em nossas comunidades, paróquias, colégios, universidades e centros de espiritualidade. Pretende-se uma evangelização integral em consonância com a Igreja e em sintonia com toda a criação.

ARCORES possibilita dar passos progressivos em direção a:

- a) Uma motivação e promoção que desperte, sustente e acompanhe o compromisso social e o serviço aos pobres.
- b) Uma maior coordenação de projetos, chegando a executar programas comuns de cooperação para o desenvolv.
- c) Uma animação e organização de trabalhos, presenças e projetos de ação social nos diversos países em que está presente a Rede, com critérios comuns básicos de intervenção, com processos de formação compartilhados, e com um apoio em recursos pessoais e econômicos por parte da Rede.

²⁶¹ FRANCISCO, *Laudato si'* 139.

²⁶² ARCORES, *Estatutos* (Aprovados pelo Conselho geral no dia 2 de outubro de 2017).

- d) Uma potencialização da sensibilização e da Educação para o desenvolvimento (EpD) em colaboração com EDUCAR, a Rede internacional de centros educativos agostinianos recoletos. Um dos temas comuns nesta tarefa será a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável acordada pela ONU em 2015, tal como nos pede a Igreja através do *Dicastério para o serviço do desenvolvimento humano integral*.
- e) Um apoio e coordenação das campanhas de emergências postas em marcha por membros da Família agostiniana recoleta.
- f) Uma coordenação dos programas de voluntariado missionário –nacional e internacional– executados pelas ARCORES nacionais ou algum de seus membros.
- g) Uma responsabilidade econômica comum para poder levar a cabo as propostas comuns da Rede, junto com uma suficiente autonomia econômica para poder levar a cabo os projetos, programas e ações de cada organização ou entidade que faz parte da Rede.
- h) Órgãos de governo eficientes, com capacidade suficiente para definir as linhas comuns de trabalho da Rede e para apoiar, animar, avaliar, interpelar e reconduzir os processos e a execução dos planos acordados.
- i) Uma melhora nos indicadores de transparência e boa governança da Rede, tanto em sua cabeça como em seus membros.
- j) Uma aposta na inovação social para desenvolver projetos e oferecer soluções com conhecimento, as melhores práticas e os modelos de sucesso.
- k) Um assessoramento para brindar oportunidades concretas de compromisso social, realizar avaliações de impacto das obras sociais e propor critérios que permitam discernir o mais conveniente à hora de tomar decisões comprometidas com o serviço aos pobres.

Em suma, ARCORES Internacional pretende que, em cada país em que a Ordem se encontra, sejam instituídas as ARCORES nacionais, que busquem seus recursos, desenvolvam seus projetos e sejam solidárias com os que passam maior necessidade. A Rede ARCORES Internacional adotou como lema: “Movendo corações, transformando vidas”, que compendia a ação solidária eficaz que queremos, que nos compromete no mais essencial e quer envolver outros; que nos transforma e quer ser transformadora.

A partir do escritório técnico de ARCORES, realiza-se um serviço de acompanhamento das ARCORES nacionais e de animação de espaços de coordenação e de equipes internacionais, que marquem linhas de ação comum e potencializem a autonomia e a busca de recursos e de alianças para a Rede.

Pretende-se fomentar o intercâmbio de experiências e recursos, a formação de religiosos e de leigos, o desenvolvimento de capacidades para a Rede, a promoção de ações de caráter global que protejam o menor e a realização da Jornada Coração solidário. Promovem-se também ações de apoio técnico para a captação de sócios e entidades doadoras e a elaboração de projetos.



Comunidade Eclesial de Rio Acuti Perelra, Portel (Brasil)

6

Vosso é o Reino de Deus

O Papa Francisco clamava nas Filipinas: “Os pobres estão no centro do Evangelho, são o coração do Evangelho: se tirarmos os pobres do Evangelho, não podemos compreender plenamente a mensagem de Jesus Cristo”²⁶³. Isso nos compromete a nós, religiosos, a “viver de tal forma que espelhemos a pobreza de Cristo”²⁶⁴, o que significa “rejeitar perspectivas mundanas, olhando tudo de novo à luz de Cristo. Isto comporta que sejamos os primeiros a examinar a nossa consciência, reconhecer os nossos falimentos e quedas e embocar o caminho duma contínua conversão, da conversão diária. Como poderemos proclamar aos outros a novidade e o poder libertador da Cruz, se nós mesmos não permitirmos que a Palavra de Deus abale o comprazimento em nós próprios, o nosso medo de mudar, os nossos comprometimentos mesquinhos com as modalidades deste mundo, o nosso «mundanismo espiritual»?”²⁶⁵.

O Papa tem convidado com frequência todos os cristãos a refletirem sobre o mundanismo, ao que nós não somos imunes. Podemos pensar que o mundanismo é só superficialidade ou afã de festa, mas é algo muito mais profundo: é um estilo de vida que impede de ver a necessidade dos outros e de acolher a Palavra de Deus (cf. Lc 8,7). O mundanismo é uma cultura: uma cultura do efêmero, da aparência, da maquiagem; uma cultura do “hoje sim e amanhã não, amanhã sim e hoje não”. Tem, certamente, valores superficiais; mas desconhece a fidelidade, porque muda ao sabor das circunstâncias; negocia tudo. É uma cultura de usar e jogar fora, conforme a conveniência, uma cultura sem lealdade, sem raízes. Podemos dizer que é uma hermenêutica de vida, uma forma de vida, um modo de viver o cristianismo²⁶⁶.

²⁶³ FRANCISCO, *Homilia durante a Missa com Bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas, por ocasião da Viagem apostólica às Filipinas* (Manila, 16 de janeiro, 2015). Cf. *Id. Audiência gera* (19 de agosto de 2020).

²⁶⁴ FRANCISCO, *Homilia durante a Missa com Bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas, por ocasião da Viagem apostólica às Filipinas* (Manila, 16 de janeiro, 2015).

²⁶⁵ FRANCISCO, *Homilia durante a Missa com Bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas, por ocasião da Viagem apostólica às Filipinas* (Manila, 16 de janeiro, 2015).

²⁶⁶ Cf. FRANCISCO, *Homilia em Santa Marta* (16 de maio de 2020); HENRI DE LUBAC, *Meditación sobre la Iglesia* (Pamplona 1958).

“O Reino dos céus –diz Francisco– é o oposto das coisas supérfluas que o mundo oferece, é o oposto de uma vida trivial: é um tesouro que renova a vida todos os dias e a expande para horizontes mais amplos. De fato, aqueles que encontraram este tesouro têm um coração criativo e investigador, que não repete, mas inventa, traça e segue novos caminhos, que nos levam a amar a Deus, a amar os outros, a amar verdadeiramente a nós próprios”²⁶⁷.

Nosso voto de pobreza consagrada e nossa opção preferencial pelos pobres chocam-se com o mundanismo que se compraz em olhar para o outro lado, a fim de não complicar a própria vida. Corremos o risco de fechar-nos em torno ao que é meu, que é nosso; em âmbito pessoal, mas também, e de maneira muito mais sutil, em torno ao âmbito institucional das províncias e da própria Ordem. E isso se manifesta muito claramente em nossa vivência da pobreza.

“A pobreza é chave, para a vida consagrada especialmente. Tem de ser notada em tudo. As pessoas veem: este é pobre, esta é pobre. Não tem coisas supérfluas, não vive superfluamente. A pobreza te leva a buscar a única riqueza que é o que o Senhor te pede. É a riqueza de descobrir que a gente vive para o serviço... Os bens são necessários, certamente, mas a pobreza ajuda a viver mais perto do Senhor. Sempre está presente a tentação de encontrar escapatórias, mas deve-se ter o cuidado de não cair em certa ideologização da pobreza. Refiro-me a que, às vezes, muito se fala dela, mas não se vive tanto. Teoriza-se sobre ela, mas os nossos critérios e as nossas ações não a acompanham. A pobreza tem de ser vivida, e vivida com alegria. A pobreza acarreta um serviço real aos irmãos, implica envolver-se e servir, vivendo com simplicidade, sem necessidades artificiais, em harmonia com a criação e com a consciência desperta, sabendo que há milhões de seres humanos que vivem, ou melhor, sobrevivem com menos do que é justo”²⁶⁸.

Para a revitalização carismática e missionária da Ordem, é urgente recuperar o sentido profético da pobreza e que nos sintamos felizes por termos «os mesmos sentimentos de Jesus Cristo» (Fl 2, 5). A vivência da pobreza não é para nós algo pessoal ou meramente opcional, mas está no DNA do nosso ser, da nossa consagração e do nosso carisma. Sem a pobreza vivida com humildade e alegria, não podemos encontrar nossa própria identidade, nem a liberdade para desenvolver a nossa missão. Falta-nos algo constitutivo.

A conversão pastoral e a santidade passam pela oração, pela pobreza e pela unidade afetiva do coração. O verdadeiramente pobre é um homem de oração, porque se sente necessitado diante de Deus. O pobre se sente amado por Deus, é feliz porque pode amar e viver com alegria. Seu coração está em

²⁶⁷ FRANCISCO, *Angelus* (26 de julho de 2020).

²⁶⁸ FRANCISCO, *La fuerza de la vocación. La vida consagrada hoy. Una conversación con Fernando Prado* (2018) 93-94 – tradução livre.

Deus, e em Deus se encontra a si mesmo e com todas as coisas, dons de Deus. O pobre é humilde, sente-se agradecido por tudo o que recebe e é solidário com todo aquele que necessita dele. “São inseparáveis a oração a Deus e a solidariedade com os pobres e os enfermos. Para celebrar um culto agradável ao Senhor, é preciso reconhecer que toda a pessoa, mesmo a mais indigente e desprezada, traz gravada em si mesma a imagem de Deus. De tal consciência deriva o dom da bênção divina, atraída pela generosidade praticada para com os pobres”²⁶⁹.

Escutamos o clamor dos pobres e da criação, que aguarda expectante a redenção. “As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza”²⁷⁰. Nós também, a partir da nossa pobreza, podemos sustentar olhares de longo alcance e promover o desenvolvimento humano integral dos povos na caridade e na verdade, comprometer-nos em optar pelos pobres, trabalhar pela justiça e construir a paz. Este reino, que já começou, é boa semente, é levedura que fermenta a massa e vinho novo que rompe odres velhos. Alegrai-vos, o Reino de Deus nos pertence!

Viver a pobreza é graça e desafio; é disponibilidade ao Espírito e processo de conversão. Esta conversão nos leva à uma mudança de atitude e requer decisões e ações concretas. A pobreza evangélica nos une a Cristo e, com a Graça do Espírito, nos dispõe para a vida fraterna de nossas comunidades, a evangelização e a caridade pastoral, o compromisso com o meio ambiente e o cuidado da Criação.

Exorto-vos fraternalmente: não façamos resistência ao Espírito, abramos o nosso coração para discernir nossas motivações, desejos e decisões, para buscar a felicidade que Jesus prometeu os que O amam e seguem pelo caminho da pobreza evangélica. Consideremos com gratidão e esperança o que o Senhor vai fazendo em cada um de nós e, através de nós, na comunidade, na Ordem e no povo de Deus.

As bem-aventuranças são uma declaração da felicidade que possuem aqueles que se abrem à ação de Deus numa atitude de acolhida sincera. Eles são os pobres de espírito: os que puseram a sua confiança no Pai e com fé Lhe pedem que venha o Seu Reino (cf. Mt 6, 9; Lc 11,2). Este Reino começou, Cristo Ressuscitado é o Senhor da história e infunde Seu Espírito nos corações dos que O amam e creem n’Ele. O Reino de Deus é graça e missão. Com a graça do Espírito, Cristo habita em nós, inspira-nos para anunciar o Evangelho, dá-nos a força para permanecer fiéis na adversidade, está conosco até o fim e promete-nos a vida em plenitude. “O abandono à providência do Pai do céu liberta da

²⁶⁹ FRANCISCO, *Mensagem para o IV Dia Mundial dos Pobres* (13 de junho de 2020) 2.

²⁷⁰ FRANCISCO, *Laudato si’* 139.

preocupação pelo amanhã (cf. Mt 6, 25-34). A confiança em Deus dispõe para a bem-aventurança dos pobres: eles verão a Deus²⁷¹.

Jesus de Nazaré é o Homem plenamente feliz, o bem-aventurado por excelência, que nos faz partícipes da felicidade do Reino de Deus. “Jesus, que é o tesouro escondido e a pérola de grande valor, só pode suscitar alegria, toda a alegria do mundo: a alegria de descobrir um sentido para a própria vida, a alegria de se sentir comprometido com a aventura da santidade”²⁷².

Bem-aventurados os pobres de espírito, os que têm um coração inquieto. Se deixarmos de raciocinar em termos de acumulação e formos capazes de intuir a gratuidade dos dons de Deus, poderemos “saber e compreender” que a pobreza espiritual é a chave da santidade, da fecundidade apostólica e da verdadeira felicidade.

Roma, 28 de agosto de 2020
Solenidade de Santo Agostinho

Miguel Miró Miró OAR
Prior Geral

²⁷¹ *Catecismo da Igreja Católica*, 2547.

²⁷² FRANCISCO, *Angelus* (26 de julho de 2020).



Cristo Redentor do Corcovado (Brasil)





agostinianos
recoletos